

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

SUZY MEIRY SILVA

CIDADANIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR:
estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG

Goiânia
2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Suzy Meiry Silva		
E-mail:	suzyxmeiry@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	Cidadania, comunicação pública e ensino superior: estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG		
Palavras-chave:	Cidadania. Comunicação pública. Ensino superior. Ações afirmativas.		
Título em outra língua:	La ciudadanía, la educación superior y la comunicación pública: un estudio de caso sobre la acción afirmativa en UFG		
Palavras-chave em outra língua:	Ciudadanía. Comunicación Pública. Educación Superior. Acción Afirmativa.		
Área de concentração:	Comunicação, cultura e cidadania.		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	26/08/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Comunicação		
Orientador (a):	Tiago Mainieri de Oliveira		
E-mail:	tiagomainieri@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 31 / 10 / 2014

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

SUZY MEIRY SILVA

CIDADANIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR:
estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Comunicação, cultura e cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira.

Goiânia
2014

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

S586c Silva, Suzy Meiry.
Cidadania, comunicação pública e educação superior
[manuscrito]: estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG
/ Suzy Meiry Silva. -2014.
134 f. : il., figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Informação e Comunicação, 2014.
Bibliografia.
Inclui lista de figuras, siglas e tabelas.
Apêndices.

1. Cidadania 2. Comunicação na educação 3. Cidadania
– Educação 4. Comunicação de massa – Aspectos sociais. I.
Título.

CDU – 659:37.014.53

SUZY MEIRY SILVA

CIDADANIA, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E EDUCAÇÃO SUPERIOR:
estudo de caso sobre ações afirmativas da UFG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, aprovada em 26 de agosto de 2014, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Tiago Mainieri de Oliveira – FIC/UFG
Orientador e Presidente da Banca



Prof. Dr. Clodomilson Fernandes Braga
Membro Interno - FIC/UFG



Prof. Dra. Mirza Seabra Toschi
Membro Externo - UEG/GO

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por se fazer constante em minha vida e pela oportunidade de conviver com pessoas que me inspiram a ser uma pessoa melhor.

Agradeço a todos os professores do programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em especial, ao meu orientador Prof. Tiago Mainieri pela paciência com que tem me orientado e pela compreensão com minhas dificuldades.

Agradeço aos professores Marília Gouveia e João Oliveira e Nelson Amaral, do programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG.

Agradeço à professora Maria Genoveva, do Colégio Estadual Coração de Jesus, pela disponibilidade e gentileza em colaborar para a realização deste estudo.

Agradeço a Maria José, amiga especial, que me estimulou a transformar minhas inquietações no projeto de pesquisa que culminou com esse trabalho.

Agradeço ao professor Venerando Campos, meu chefe na Coordenação de Relações Públicas da UFG, com quem tive a honra de trabalhar e conviver por oito anos, o aprendizado profissional e de vida e todo o apoio para a realização deste e de estudos anteriores.

Agradeço aos meus colegas de trabalho e amigos da Coordenação de Relações Públicas da UFG Leonardo Rézio e Robeta Basile por se desdobrarem no trabalho, suprimindo minha ausência no período em que me afastei para os estudos. Em especial, agradeço à Profa. Daina Stasiak, atual chefe de nossa equipe, por todo apoio para vencer a etapa final da pesquisa.

Agradeço aos amigos da Comunidade Espírita Vitória por todo carinho que têm comigo, mesmo diante da necessária ausência dos últimos tempos.

Agradeço às amigas Josi Carvalho, Renata e Rosângela Bernardes, Keila Pires, Marília, Dulciana, Wilma, Ângela e Nair, que têm perdoado minha ausência e torcido por mim.

Agradeço aos meus amados sobrinho Matheus, Agness e Nathanael pelos momentos de descontração que me permitiram repor o ânimo para continuar o trabalho.

Agradeço a minha mãe Maria Luiza de Jesus e a meu esposo Rogério Andrade o apoio nos momentos de maior dificuldade.

Muito obrigada a todos!

*Se o conhecimento conforta ao avançar e concluir raciocínios,
ele também incomoda quando deixa escancarado um mundo de
implicações e significações abertas e até mesmo insolúveis.*

José Dias Sobrinho

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo da comunicação pública, compreendida como uma forma de comunicação comprometida com os interesses dos cidadãos e, por isso, afim às instituições públicas, também responsáveis por garantir os direitos de cidadania. Dentre esses direitos, abordamos o acesso ao ensino superior público no contexto das ações afirmativas, levando em consideração o papel da comunicação na sociedade. Para desenvolver a análise, realizamos um estudo de caso sobre a comunicação desenvolvida pela Universidade Federal de Goiás e sobre suas ações afirmativas. Com vistas a identificar características de comunicação pública, partimos, neste estudo, do site da instituição, de documentos oficiais e da opinião de alunos do terceiro ano do ensino médio, os quais provêm de uma escola pública da periferia de Goiânia.

Palavras-chave: Cidadania. Comunicação Pública. Ensino Superior. Ações Afirmativas.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo el estudio de la comunicación pública, entendida como una forma de comunicación en peligro los intereses de los ciudadanos y, por tanto, relacionada con las instituciones públicas, también responsable de garantizar los derechos de la ciudadanía. Entre estos derechos, abordamos el acceso a la educación superior pública en el contexto de la acción afirmativa, tomando el papel de la comunicación en la sociedad. Para desarrollar el análisis, se realizó un estudio de caso de la comunicación desarrollado por la Universidad Federal de Goiás en su acción positiva de la otra página web, los documentos oficiales y la opinión de los estudiantes de tercer año de secundaria, una escuela pública periferia de Goiânia, con el fin de identificar las características de la comunicación pública.

Palabras-clave: Ciudadanía. Comunicación Pública. Educación Superior. Acción Afirmativa.

LISTA DE ABREVIATURAS

CS – Centro de Seleção

CONSUNI – Conselho Universitário

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PROCOM – Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PS – Processo Seletivo

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

SISU – Sistema Informatizado de Seleção Unificada

UFG – Universidade Federal de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Página inicial do Centro de Seleção, 1ª parte	56
Figura 2	Página do Centro de Seleção, Guia Vestibular, 1ª parte	57
Figura 3	Página do Centro de Seleção, Guia Vestibular, 2ª parte	57
Figura 4	Página inicial da Prograd	58
Figura 5	Página da Prograd, Guia UFG Inlui, 1ª parte	58
Figura 6	Página da Prograd, Guia UFG Inlui, 2ª parte	59
Figura 7	Página da Prograd, Guia UFG Inlui, 3ª parte	59
Figura 8	Página inicial da Procom, 1ª parte	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Instituições de ensino superior de preferência	63
Gráfico 2	Tipo de instituição para concorrer à vaga para o ensino superior.	63
Gráfico 3	Principais fontes de informação utilizadas para decidir onde cursar o ensino superior	65
Gráfico 4	Uso da internet para busca de informações sobre onde cursar o ensino superior	66
Gráfico 5	Acesso ao site da UFG em busca de informações sobre o acesso ao ensino superior na instituição	67
Gráfico 6	Clareza de informações	67
Gráfico 7	Capacidade de sanar dúvidas	68
Gráfico 8	Facilidade de localizar informações	68
Gráfico 9	Disponibilidade de contato	69
Gráfico 10	Retorno aos contatos encaminhados por e-mail	69
Gráfico 11	Serviços de apoio à permanência na UFG de maior interesse	71
Gráfico 12	Necessidade de trabalho durante o curso superior	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - CIDADANIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA	16
1.1. Cidadania e justiça social: dever das instituições públicas	16
1.1.1. Serviços públicos para a cidadania: educação e comunicação	19
1.2. Comunicação pública: compromisso com a cidadania	22
CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AÇÕES AFIRMATIVAS	33
2.1. Educação Superior no Brasil	33
2.1.2. Percurso histórico do acesso à educação superior no Brasil	37
2.2. Políticas de ação afirmativa	41
2.2.1. Políticas de acesso e ações afirmativas no âmbito da educação superior brasileira	42
2.3. Considerações sobre as ações afirmativas na educação superior no Brasil	49
CAPÍTULO III – AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFG, INFORMAÇÃO E DECISÃO DE ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL A SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO DA INSTITUIÇÃO	51
3.1. Metodologia	51
3.2. Ações afirmativas da UFG e comunicação: um estudo de caso	55
3.3. Pesquisa de opinião: informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG	64
3.4. Análise dos dados	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	89
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE OPINIÃO INFORMAÇÕES SOBRE ENSINO SUPERIOR, AÇÕES AFIRMATIVAS E ACESSO À UFG	91
ANEXO 3 - TABELAS DE DADOS DO QUESTIONÁRIO APRESENTADO AOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL A	97
ANEXO 4 – TABELA DE DADOS TABULADOS DO QUESTIONÁRIO APRESENTADO AOS ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL A	126

INTRODUÇÃO

A contribuição que a comunicação pública pode prestar para o alcance da cidadania pela sociedade motivou-nos a realizar esta dissertação, que tem como objetivo geral colaborar com as reflexões sobre a comunicação das instituições públicas.

A comunicação pública é uma forma de comunicação entre as instituições e a sociedade que tem como princípio o compromisso com os cidadãos. A Carta de Deontologia da Associação Comunicação Pública, parâmetro para o entendimento do tema no Brasil, expressa em seu primeiro item que “a comunicação pública deve estar a serviço do interesse público legalmente definido; da instituição ou empresa em nome da qual se faz a comunicação, na medida em que não pode desconhecer o interesse o público” (ZEMOR, 2009, p. 242).

Nosso interesse pela comunicação pública está relacionado à nossa formação e atuação profissional na área de comunicação de uma instituição pública de ensino superior, a Universidade Federal de Goiás. A partir da realização de um curso oferecido pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, tomamos conhecimento sobre a comunicação pública e passamos a observar as práticas de comunicação no espaço de trabalho com um novo olhar, culminando no interesse em aprofundar nossos conhecimentos sobre o tema a partir de uma pesquisa.

Para prestar os serviços públicos, as instituições necessitam relacionar-se com a sociedade e é por meio da comunicação que isso acontece. Sendo a finalidade das instituições públicas atender a sociedade em suas necessidades e o princípio da comunicação pública o compromisso com os interesses dos cidadãos, a coerência de propósitos leva-nos a entender que essa forma de comunicação é pertinente às instituições do setor público e deve ser norteadora das ações de relacionamento dessas com a sociedade.

A relevância desta pesquisa está relacionada ao objetivo específico de compreender a forma como as instituições públicas levam em consideração os interesses dos cidadãos ao se comunicarem com a sociedade, o que se dá tanto no intuito de cumprir sua função social quanto no de efetivar os direitos de cidadania das pessoas.

O problema que a pesquisa busca responder é se a forma como a Universidade Federal de Goiás (UFG) se comunica com os alunos de ensino médio de escola pública, via Internet, sobre o Programa UFG Inclui, atende aos desse público, identificando-se com a comunicação pública, e se, dessa forma, contribui para a cidadania ao fornecer os elementos necessários para que tais alunos possam decidir-se sobre o uso dos serviços públicos de educação superior.

Esclarecemos que o Programa UFG Inclui é uma política afirmativa que, no âmbito da instituição, desenvolve ações de apoio ao acesso e à permanência de alunos pertencentes a grupos

que têm enfrentado dificuldades para alcançar o ensino superior público.

A opção por analisar a comunicação da UFG via Internet deve-se ao fato de que o público a que se destinam as ações afirmativas de acesso e permanência ao ensino superior, que são os alunos de ensino médio, pertence à faixa etária que mais utiliza a Internet para obter informações e comunicar-se¹. Isso é válido tanto para alunos de escolas privadas como públicas².

Uma das hipóteses que norteia a pesquisa é que não corresponde a uma comunicação pública a forma como a UFG se comunica via Internet a respeito do programa UFG Inclui com alunos de ensino médio de escola pública. Outra hipótese é que tal forma de comunicação compromete a decisão desses alunos sobre buscar uma vaga no ensino superior público, ou seja, uma vez desinformados sobre o UFG Inclui, podem deixar de usufruir de serviços públicos disponíveis e que podem ser de seu interesse.

As hipóteses baseiam-se no fato de que a participação de alunos de escola pública no processo seletivo da UFG é baixa, mesmo diante de políticas que estimulam o acesso e a permanência de alunos de escola pública e de baixa renda na instituição. No Processo Seletivo de 2012-1, por exemplo, a proporção de candidatos de escolas públicas foi de 26,4%, enquanto que de escolas privadas foi de 73,3%³.

Para cumprir sua finalidade, a dissertação apresenta um estudo teórico sobre os temas cidadania, comunicação pública e educação superior como direito de cidadania, além de expor um estudo de caso enquanto metodologia adotada. Para tanto, foram estruturados três capítulos.

No primeiro capítulo, apresentamos uma reflexão teórica sobre cidadania, os valores de igualdade e liberdade que a fundamentam e sua relação com a justiça social a partir das ideias de Maria de Lourdes Cerquier Manzini (2010) e de John Rawls (2002). Também discutimos a relação entre cidadania e educação a partir das ideias de José Murilo de Carvalho (2012) e entre cidadania e comunicação pública, apoiando-nos principalmente nas ideias de Pierre Zémor (2009).

No segundo capítulo, apresentamos um estudo sobre o acesso ao ensino superior no Brasil, que ocorreu de diferentes formas ao longo da história, direcionado por políticas de Governo. Essa parte do trabalho fundamenta-se, principalmente, na pesquisa de João Ferreira Oliveira (1994).

¹ A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, aponta que 70% dos jovens brasileiros, entre 15 e 19 anos, são usuários de Internet. A região Centro-Oeste obteve o maior índice de crescimento no uso de internet, 17,2%, posicionando-se em segundo lugar no país, com 53,1% da população acessando a internet, atrás apenas da região Sudeste. Essa faixa etária inclui a faixa de referência dos alunos de ensino médio, que é de 15 a 18 anos.

² “Em 2011, dos 37,5 milhões de estudantes, 29,2 milhões estavam na rede pública. 65,8% (19,2 milhões de alunos) utilizaram a Internet. / Na rede privada, que contava, em 2005, com 7,7 milhões de estudantes, 82,4% (6,3 milhões) utilizaram a internet e, em 2011, quando esse total atingiu 8,4 milhões, o percentual de alunos que utilizaram (*sic*) a internet atingiu 96,2% (8,1 milhões). / Desta forma, observou-se que o percentual de estudantes internautas da rede privada era maior, (*sic*) que o observado na rede pública de ensino. Desataca-se que ao longo do período de 2005 a 2011, (*sic*) o percentual de Internautas que estudava na rede pública quase triplicou”. (IBGE – PNAD – 2011 – Acesso à Internet e posse de telefone celular móvel para uso pessoal, Análise dos resultados, p. 7)

³ UFG, Centro de Seleção, Relatório do Processo Seletivo 2012-1. Disponível em: <http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2012-1/estatisticas/totalporopcao.pdf>

Também tratamos da contribuição das políticas de ações afirmativas para o acesso das camadas populares ao ensino superior como forma de estabelecer justiça social e contribuir para a cidadania, principalmente a partir das reflexões de Sarah Robert (2009). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) foram utilizados para fundamentar essa parte do estudo.

No terceiro capítulo, apresentamos a pesquisa empírica, que se trata de um estudo de caso sobre a comunicação da UFG via internet sobre o Programa UFG Incluir. Para investigar se os preceitos da comunicação pública estão identificados, desenvolvemos a análise por parte da UFG e por parte dos cidadãos. Para investigarmos a comunicação da UFG, analisamos o site da instituição e desenvolvemos a análise documental de seus textos oficiais; para a análise por parte dos cidadãos, realizamos uma pesquisa de opinião, com alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual A⁴ - uma escola pública da periferia de Goiânia.

Como tema de estudo no Brasil, a comunicação pública é relativamente recente. Assim, a realização desta dissertação tem o propósito de colaborar tanto para ampliar nossos conhecimentos como para contribuir com estudos posteriores de outros pesquisadores interessados nessa temática no âmbito das instituições públicas.

⁴ Optamos por preservar a identidade do colégio participante da pesquisa.

CAPÍTULO I - CIDADANIA E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O propósito deste primeiro capítulo é apresentar um estudo sobre a relação entre cidadania e comunicação pública. Primeiramente, abordamos o aspecto histórico da cidadania, relacionado aos valores de liberdade e igualdade que a fundamentam e têm servido de parâmetro para a condução das sociedades democráticas. A partir dessas ideias, discutimos a efetivação da cidadania, composta por direitos e deveres, como uma questão de justiça social a ser garantida pelas instituições sociais por meio da prestação de serviços públicos, dentre eles a educação e a comunicação. Esses mesmos serviços têm influência sobre o acesso a outros direitos, uma vez que concorrem para o conhecimento e a conscientização sobre si. Essa parte do estudo fundamenta-se, principalmente, no trabalho dos autores Jonh Rawls (2002), Maria de Lourdes Cerquier-Manzini (2010) e José Murilo de Carvalho (2012).

Ainda neste capítulo, apresentamos um estudo sobre comunicação pública e sua relação com cidadania. Por seu compromisso com os interesses dos cidadãos, a incorporação da comunicação pública pelas instituições públicas brasileiras representa uma contribuição relevante para confrontar a desigualdade social no país, pois auxilia os cidadãos a usufruírem dos serviços públicos. O autor Pierre Zémor (2009) é a principal referência teórica dessa parte do estudo.

1.1. Cidadania e justiça social: dever das instituições públicas

De acordo com Cerquier-Manzini (2010), o entendimento de cidadania nasce com a experiência democrática greco-romana, quando os cidadãos livres são chamados a participar do governo, discutindo e opinando sobre os direitos e deveres relativos à vida na cidade. Embora essa experiência democrática excluísse escravos, mulheres e crianças, constituiu-se marco importante do ideal de participação política.

Após um período de recrudescimento da vida nas cidades, durante o feudalismo (século V ao XIII), as aspirações democráticas são retomadas e instigam a burguesia a lutar, acompanhada por camponeses e artesãos, contra os desmandos arbitrários que a monarquia imputava, beneficiando-se e fazendo prevalecer a desigualdade entre os homens.

Os ideais presentes na luta contra a monarquia encontraram fundamento em autores clássicos, como Locke e Rousseau. O que aproxima a linha de pensamento desses autores é a

crítica ao direito pelo nascimento e a defesa do estado natural, segundo o qual todos os homens já nascem livres e com direitos (CERQUIER-MANZINI, 2010).

De acordo com Manzini, o pensamento de Locke (1632-1704) contribuiu para uma visão de cidadania que, embora supere o direito pelo nascimento, reconhece direitos diferenciados entre os homens. O pensador defende que “cada um tem uma propriedade em seu próprio corpo que só a ele diz respeito”. No entanto, no decorrer de sua argumentação, Locke esclarece que a propriedade a que verdadeiramente se refere é o “fruto que o corpo produz pelo trabalho ao se apropriar da natureza”. Nessa apropriação, estabelece uma diferença entre os mais capazes e os menos capazes, reconhecendo que os primeiros têm o direito de se apropriar do fruto do trabalho dos ‘menos capazes’. Logo, finalmente, Locke “[...] começa a delinear os cidadãos e os não-cidadãos, os que têm a propriedade do corpo e os que têm o corpo mandado”. Tem-se “uma construção de cidadania que desenha a desigualdade” (CERQUIER-MANZINI, 2010, p. 35-36).

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) é contemporâneo de um contexto em que novas bases políticas estão sendo pensadas. São questionadas a servidão ao governo absolutista, a submissão política e a imobilidade social da sociedade estamental. De forma oposta ao costume da época, Rousseau pensa a sociedade constituída por indivíduos livres e iguais perante a lei.

Em “Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens”, Rousseau propõe, como abstratação, uma volta à natureza para estabelecer as bases da sociedade da época e conclui que a origem da desigualdade entre os homens se estabeleceu a partir da propriedade.

[...] desde que o homem precisou do auxílio de outros; desde que se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, tornou-se necessário o trabalho e as vastas florestas se transformaram em risonhos campos, que era preciso regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as messes (ROUSSEAU, 1712-1778, p.125).

Como solução para a exploração dos homens, a que a propriedade leva, Rousseau defende o Contrato Social, por meio do qual a sociedade se constituiria de indivíduos livres e iguais face à lei. Essa forma de pensar influenciou uma visão de cidadania que preza a igualdade e a liberdade.

As lutas lideradas pela burguesia por igualdade e liberdade culminaram com a derrota da monarquia e a vitória na Revolução Francesa (1789) (CERQUIER-MANZINI, 2010). Com o estabelecimento do Estado de direito e o registro das Cartas Constitucionais, os ideais de liberdade e igualdade foram definitivamente instituídos na lei. A Declaração dos direitos do homem e do cidadão (1789) trouxe o norteamento definitivo para as constituições futuras,

expressando um fundamento indispensável para a cidadania desde o seu primeiro artigo: “os homens nascem e são livres e iguais em direito [...]”.

Para Cerquier-Manzini, esse documento estabeleceu normas e regras para instituir “[...] direitos iguais para todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim da desigualdade a que os homens sempre foram relegados” (2011, p. 24). No entanto, a justiça, que se concretizaria com o cumprimento da lei, não se efetivou e tem sido motivo de reivindicações e lutas até os dias de hoje com vistas a superar a desigualdade e a privação das liberdades.

Embora a existência das leis não assegure a cidadania, elas são um instrumento fundamental para nortear a ação das instituições e das pessoas na sociedade. Nas sociedades democráticas, o cumprimento das regras definidas coletivamente, por meio de representantes, de acordo com os fins sociais desejáveis, é incumbência das instituições sociais, que também são responsáveis pela distribuição dos bens sociais.

Jonh Rawls (2002), teórico defensor da justiça social, define como bens sociais aqueles que qualquer pessoa necessita para viver com dignidade, independentemente de quais sejam seus objetivos na sociedade. Esses bens são caracterizados como primários e se subdividem em sociais e naturais.

Os bens primários sociais são as liberdades, como as de religião e de expressão, compreendendo, por exemplo, as oportunidades, a riqueza, o rendimento e as bases sociais da auto-estima, todos distribuídos pelas instituições sociais. Já os bens primários naturais são a saúde, a inteligência, o vigor, a imaginação e os talentos naturais, os quais são influenciados pela atuação das instituições sociais, mas não são diretamente distribuídos por elas.

Rawls (2002) atribui às instituições sociais a responsabilidade de promover a distribuição dos bens sociais conforme uma justiça social distributiva, segundo a qual, diante das desigualdades sociais, deve-se priorizar os que se encontram em desvantagem social. Dessa forma, ele considera que as desigualdades podem ser minimizadas. Essa ideia fundamenta-se na compreensão de que a sociedade pode lidar com as desigualdades de uma forma justa se promover uma distribuição equitativa dos bens sociais, de forma que as desigualdades sejam combatidas ou, no mínimo, diminuídas.

O aspecto de equidade, atribuído à justiça social distributiva de Rawls (2002), parte da compreensão de que uma divisão igualitária dos bens sociais manteria as pessoas nas mesmas condições de desigualdade. Diante da limitação de recursos, uma divisão igualitária representaria uma pequena parte para cada um, o que poderia ser insignificante para quem está em vantagem social e insuficiente para quem está em desvantagem.

O posicionamento do pesquisador a favor da justiça social vem ao encontro da luta por cidadania na medida em que busca combater a desigualdade social a partir da distribuição de bens sociais prioritariamente para a parcela da sociedade que se encontra marginalizada, isto é, em desvantagem no acesso aos serviços sociais básicos, como saúde, educação, moradia entre outros, cuja garantia é responsabilidade do Estado na forma de serviços públicos.

A prestação de serviços públicos é uma forma de distribuir a riqueza coletiva e corresponde a uma manifestação dos direitos sociais, que concorrem para a justiça social. José Murilo de Carvalho explica que esses direitos:

[...] incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. [...] Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem estar para todos. A ideia em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2012, p. 10).

A justiça na distribuição dos bens sociais influencia diretamente a qualidade de cidadania de uma sociedade. Se o acesso aos bens sociais não se efetiva, compromete-se o potencial humano de desenvolvimento e a liberdade de trajetória pessoal, em claro desrespeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), documento internacional que reitera e amplia o ideal expresso nas cartas constitucionais, com o apoio de 193 nações atualmente.

John Rawls (2002) afirma que a virtude primeira das instituições sociais é a justiça, sendo esta uma característica da qual não se pode abrir mão, sob pena de se comprometer a coesão social. Ele explica que, vivendo em coletividade, as pessoas se deparam com conflitos de interesses e necessitam de estabelecer certas regras para resolvê-los ou conviver com eles respeitosamente. Para que tais regras sejam respeitadas e seguidas, é necessário que haja um compartilhamento quanto ao entendimento de que tais regras são justas. A justiça possui, então, o papel de cooperar para a estruturação básica da sociedade, sendo esta sua principal ocupação.

1.1.1. Serviços públicos para a cidadania: educação e comunicação

Um exemplo atual de aplicação da justiça social distributiva de Rawls é o que vem ocorrendo no Brasil, no sistema público de educação superior. As instituições que compõem o sistema passaram a reservar parte de suas vagas para grupos em desvantagem social, seja pela situação econômica de baixa renda, como alunos de escola pública, seja pela discriminação racial e social, no caso de negros, seja pela condição de minoria, como no caso dos indígenas.

Esses grupos se encontram em desvantagem social na competição por vagas no ensino superior também em função da baixa qualidade de ensino a que têm acesso.

A baixa escolaridade da população é um fator que compromete o avanço da cidadania no Brasil. Carvalho comenta, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, que demonstra a relação entre direitos, deveres e escolaridade. A pesquisa demonstrou que:

[...] o fator mais importante no que se refere ao conhecimento dos direitos é a educação. [...] Os dados revelam ainda que a educação é o fator que mais bem explica o comportamento das pessoas no que se refere ao exercício dos direitos civis e políticos. Os mais educados se filiam mais a sindicatos, a órgãos de classe, a partidos políticos (CARVALHO, 2012, p. 210).

Um dos fatores que diferencia a cidadania conquistada pelos brasileiros da dos ingleses é a educação. Os direitos conquistados pelos ingleses surgiram do amadurecimento da sociedade, de reivindicações e lutas e o diferencial para essa consciência ativa, que levou a população a se mobilizar, deveu-se à educação popular que, para Carvalho, é “um pré-requisito para a expansão dos outros direitos” (2012, p. 11). O autor explica que:

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO, 2012, p. 11).

No Brasil, a educação é um dos aspectos da cidadania que manifesta-se em desigualdade. Aqui, a educação de melhor qualidade é acessível a uma minoria. Na educação básica, que compreende a pré-escola, ensinos fundamental e médio, a maior parte da população é atendida pela rede pública que, nesses níveis de ensino, apresenta menor qualidade do que na rede privada. No ensino superior, a maior parte da população é atendida pela rede privada, geralmente de menor qualidade.

Em 2011, os estudantes matriculados com 4 anos de idade ou mais estavam assim distribuídos entre as rede de ensino: no Maternal e no Jardim Infância, 73% na rede pública e 26,5% na rede privada; no ensino fundamental ou alfabetização: 87,0% na rede pública e 13,0% na rede privada; no ensino médio: 87,2% na rede pública e 12,8% na rede privada; e, no ensino superior, 26,8% na rede pública e 73,2% na rede privada, de acordo com dados do IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, Síntese dos indicadores sociais.

Dentre os níveis de ensino, o que se encontra mais distante de atender a sociedade é a educação superior que, até 2011, tinha contribuído para formar somente 11,5% da população com mais de 25 anos de idade (IBGE).

Por estar associada à formação para o mercado e à produção do conhecimento, a educação superior é um fator essencial para a economia dos países, uma vez que no atual contexto da globalização econômica, o conhecimento e a informação são diferenciais competitivos de alto valor. Além disso, este nível de ensino tem a responsabilidade de discutir, pesquisar e apresentar contribuições para as questões prementes da sociedade, contribuindo para necessárias transformações sociais que viabilizem a concretização da cidadania.

Políticas têm sido implementadas para ampliar o acesso à educação superior no Brasil, tanto na rede pública como na privada. Na rede pública, por exemplo, há reserva de parcela de vagas para alunos de escola pública e de baixa renda. Na Universidade Federal de Goiás, a reserva de vagas foi instituída desde o processo seletivo para ingresso em 2009 (PS 2009-1), apoiada por outras ações que contribuem tanto para o acesso quanto para a permanência na instituição ao longo do curso, sendo: isenção na taxa de inscrição ao processo seletivo, bolsa alimentação, bolsa de permanência, moradia estudantil, creche para filhos de estudante, assistência odontológica e psicológica.

O estabelecimento de cotas, a liberação da taxa de inscrição ao processo seletivo e as bolsas para alunos da rede pública são ações afirmativas, as quais visam a contribuir para a garantia de direitos - no caso em questão, garantir o direito ao ensino superior a uma parcela da sociedade que tem encontrado dificuldade para exercer esse direito.

Apesar da UFG disponibilizar esses serviços, a demanda de alunos de escola pública por vagas na instituição ou por isenção da taxa de inscrição não aumentou – ações que ocorrem antes do ingresso dos alunos na instituição. Um dos motivos pelos quais isso ocorreu pode ter sido o desconhecimento acerca de tais serviços. Ou seja, desinformados, os alunos de escola pública deixaram de usufruir de serviços disponíveis, o que demonstra que uma parte importante na oferta dos serviços públicos que efetivam a cidadania passa pela comunicação entre as instituições e a sociedade. Jorge Duarte lembra que “informação é um bem de interesse geral ainda acessível para poucos, o que restringe o potencial de participação em termos igualitários, tanto de acesso quanto de capacidade de tomar decisões” (2009, p. 67). Mais adiante, no capítulo 3, daremos continuidade à discussão desse assunto.

Ao mesmo tempo que se comunicar é um dever das instituições, é um direito dos cidadãos serem informados, uma vez que é por meio da comunicação que as instituições tornam-se conhecidas e informam seus serviços e normas para que as pessoas possam ter

acesso a seu âmbito e, dessa forma, ficam sabendo com o que podem contar para atender suas necessidades. Tradicionalmente, este tem sido o papel da comunicação. No entanto, essa perspectiva é insuficiente para que as instituições cumpram seu papel social.

Para que atendam às necessidades da sociedade, a comunicação deve ser estabelecida de forma democrática, de modo que não só as instituições se façam ouvir, mas também a sociedade tenha garantido o seu direito à fala. Enquanto espaço constituído para servir à sociedade, cabe às instituições cumprir plenamente sua tarefa de comunicar-se e, assim, relacionar-se com os cidadãos, instigar o diálogo para conhecer suas expectativas, avaliar os serviços prestados, esclarecer dúvidas, receber sugestões, debater e buscar soluções em conjunto para as questões sociais que se apresentem no cotidiano.

Essa perspectiva da comunicação, orientada para atender aos interesses da sociedade, é característica da comunicação pública e trata-se de um direcionamento comprometido com a cidadania. Esse posicionamento, embora possa ser assumido por empresas privadas, que também contribuem para a funcionalidade do organismo social, é inerente às instituições públicas, que não podem furtar-se a assumi-lo.

1.2. Comunicação pública: compromisso com a cidadania

No Brasil, a comunicação pública é entendida como uma forma de estabelecer comunicação entre as instituições e a sociedade de forma comprometida com a cidadania. Trata-se de um parâmetro plenamente identificado com o ideal histórico da comunicação de contribuir para a transformação da sociedade em direção a uma convivência solidária. Nesse sentido, o autor Jorge Xifra-Heras aponta que:

Na comunicação social, o fim colimado é o aperfeiçoamento do gênero humano pela difusão de mensagens que elevam o nível cultural dos homens, capacitando-os a uma participação efetiva na sociedade. Seu ideal consiste em formar a pessoa para que desenvolva uma ação criadora (XIFRA-HERAS, 1975, p. 13).

A comunicação pública tem sido tema de discussões e estudos no Brasil a partir da década de 1980, quando a expressão referia-se à comunicação por meio dos veículos de comunicação de massa: o rádio e a televisão. Na época, com a redemocratização do país e o fim da censura, o monopólio das empresas privadas de comunicação passou a ser questionado pela população e as pessoas passaram a cobrar políticas diferenciadas de comunicação pública.

Porém, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), acompanhando o processo de amadurecimento da redemocratização do país, o entendimento da expressão é

ampliado e o Presidente reconhece em discurso, na solenidade de assinatura do acordo para dar tratamento especial à Publicidade de Utilidade Pública, que a comunicação pública “era um tema indissociável do funcionamento da democracia, exercendo o papel de instrumento de uma relação aberta e franca do governo com a população” (Empresa Brasileira de Comunicação, Agência Brasil, em 29 de maio de 2002).

Nesse período de gestão, com a criação do Programa Continuado de Aperfeiçoamento Profissional em Comunicação do Governo, tem início os cursos de aperfeiçoamento de servidores públicos da área de comunicação do Governo Federal, a cargo da Escola Nacional de Administração.

O entendimento de comunicação pública passa a ser identificado também com a perspectiva apontada pela pesquisadora Marina Koçouski, que compreende a comunicação pública como:

[...] uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (2012, p. 92).

Já com o governo Lula (2003-2010), a comunicação pública passa a ser adotada na esfera governamental como uma forma de comunicação identificada com a cidadania. O aperfeiçoamento dos profissionais de comunicação passa a ser coordenado pela Secretaria de Comunicação do Governo (Secom), que estabelece uma agenda de seminários e cursos de curta duração relacionados à comunicação pública, com ênfase no estímulo ao uso criativo das novas tecnologias da informação e da comunicação, que possibilitam uma comunicação mais democrática. No Governo seguinte, da Presidente Dilma Rousseff, ocorre uma redução no número de ações de aperfeiçoamento direcionadas aos profissionais de comunicação do Governo.

Pesquisadora do tema comunicação pública, a professora Elizabeth Pazito Brandão destaca que, apesar da expansão do número de assessorias nos órgãos públicos e da especialização dos profissionais, o modelo de atuação desses departamentos ainda é bastante tradicional. Geralmente subdivididos nas áreas de publicidade, relações públicas e imprensa, têm como foco “o atendimento da cúpula da instituição, com a função de ‘dar visibilidade’, ou seja, ‘colocar na mídia’ o órgão governamental ou dela defendê-lo” (BRANDÃO, 2009, p. 13).

A divulgação por meio da mídia é a visão jornalística da comunicação pública. Parte do pressuposto de que o público deve conhecer aquilo que é de interesse do órgão e que o instrumento ideal para esta finalidade é a mídia. Geralmente, os veículos utilizados, seja a Web, impressos, rádio ou televisão, elaboram a notícia com atributos capazes de transformar aquilo que é de interesse do órgão em assunto de interesse público. O objetivo é construir um relacionamento com a imprensa de modo a transformar eventos, atos e ações do órgão público em assuntos com capacidade para ocupar espaço na mídia (BRANDÃO, 2009, p. 13).

A realidade apontada por Brandão (2009) demonstra um distanciamento da prática das assessorias de comunicação dos órgãos públicos em relação à perspectiva teórica apontada pela comunicação pública. Talvez porque as assessorias sejam subordinadas à direção das instituições e não tenham autonomia para empreender as mudanças necessárias.

Um exemplo que demonstra na prática o que aponta Brandão sobre a comunicação das instituições públicas é o que mencionamos anteriormente quanto à divulgação de ações da UFG voltadas a alunos de escola pública. Implantadas em 2009, por meio do Programa UFG Incluir, tais ações foram concebidas com o objetivo de apoiar o acesso e a permanência de alunos de baixa-renda em seus cursos de graduação, por meio de isenção na taxa de inscrição do processo seletivo, reserva de vagas para alunos de baixa-renda e oferta de bolsas. No entanto, é difícil encontrar informações sobre o assunto no site da instituição, que pode ser considerado como o principal espaço de busca de informações na atualidade, principalmente para o público jovem, a quem se destinam tais políticas. Dessa forma, apesar do esforço de contribuir para a cidadania, no que tange à educação superior, que é um direito social, o direito à informação, que não é devidamente atendido, comprometeu o acesso ao direito anteriormente mencionado.

Por isso, a comunicação pública é tão relevante no contexto das instituições públicas: porque podem convergir os esforços de comunicação para atender aos interesses dos cidadãos e não somente das próprias instituições e governos. Com essa filosofia de trabalho, pode-se atualizar a prática tradicional, dirigindo-a para uma comunicação mais democrática e comprometida com a cidadania. Isso exige permanente envolvimento e relacionamento com o público, o que oferece condições de identificar seus interesses e adequar os serviços às demandas sociais.

Os estudos sobre comunicação pública no país ainda são recentes, ainda que em outros países, como na França, estejam mais adiantados. Isso facultou aos pesquisadores brasileiros consultar fontes externas para estudar a comunicação pública em nosso país. O francês Pierre Zémor⁵ destaca-se como o autor que mais exerceu influência nos estudos brasileiros sobre

⁵ Jorge Duarte destaca que “o professor francês Pierre Zémor é a principal referência original no âmbito acadêmico brasileiro” (2009, p. 60).

comunicação pública até o momento, conforme destaca Duarte (2012, p. 60). O trabalho de Zémor tornou-se conhecido no Brasil por meio da tradução adaptada da obra *La communication publique* (1995), realizada pela Profa. Elizabeth Brandão⁶, professora de cursos de comunicação em Brasília.

Segundo Zémor (2009), a comunicação pública é afeita às instituições públicas, sendo para estas uma missão e, mesmo, uma obrigação legal. A elas, destaca o autor, cabe: a) disponibilizar informação; b) estabelecer diálogo e relacionamento entre as instituições e o público; c) apresentar os serviços públicos; d) tornar as instituições conhecidas; e) conduzir campanhas de informação; e f) desenvolver ações de comunicação de interesse geral (ZEMOR, 2009, p. 214).

Ao tratar da disponibilidade da informação, Zémor refere-se às informações sobre a sociedade que são acumuladas pela administração pública, sendo esta responsável, em suas instâncias municipal, estadual e federal, por organizá-las, armazená-las e disponibilizá-las. Essas informações (como dados populacionais, escolaridade, arrecadação, produção entre outros) são de interesse público tanto para planejar o desenvolvimento da sociedade quanto para reconhecimento de sua identidade.

No entanto, as informações devem extrapolar a apresentação de dados, cabendo às instituições públicas prestar esclarecimentos e contas de suas ações, como já previa a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que inscreve em seu artigo 15 que “a sociedade tem o direito de pedir a prestação de contas a todo agente público de sua administração” (ZÉMOR, 2009, p. 217).

Informações sobre as “regras do jogo coletivo”⁷ (leis e normas) também compõem o rol de informações obrigatórias a serem comunicadas à sociedade. Trata-se de dar amplo conhecimento sobre os procedimentos a serem adotados pelos cidadãos a fim de fazer valer seus direitos e saber de que forma devem cumprir seus deveres.

No Brasil, a partir da redemocratização, na década de 1980, houve uma cobrança maior por parte da sociedade para que dados públicos e prestações de contas sobre o serviço público fossem divulgadas. Embora a Constituição de 1988 já legisse sobre a obrigatoriedade de tal transparência, somente recentemente, com a regulamentação da Lei de Acesso à Informação, essa prática passou a vigorar. A lei de acesso à Informação, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, foi regulamentada pelo decreto 7.724, de 16 de maio de 2012.

⁶ Brandão realizou a tradução (2009, p. 14) para uso em suas aulas, no final da década de 1990. A tradução também foi disponibilizada na internet e, por iniciativa dos alunos, o material passou a circular nas assessorias de comunicação de órgãos públicos em Brasília, onde alguns já trabalhavam e outros viriam a trabalhar, indo ao encontro ao ideal de uma atuação profissional alinhada com valores democráticos.

⁷ Zémor utiliza essa expressão ao mencionar o “quadro legal e os procedimentos” que devem ser postos ao conhecimento da sociedade.

Embora represente um avanço para a democracia brasileira, o acesso às informações não têm acontecido com a agilidade necessária. Muitos dados não estão organizados de forma a facilitar o acesso ou a compreensão e nem sempre estão atualizados. Mesmo assim, a regulamentação da lei representa o início de um processo que contribui para ampliar a democracia e a participação da sociedade na gestão pública, uma vez que o acesso aos dados pode estimular questionamentos e ações de iniciativa popular que venham a pautar a conduta dos Governos – sempre preocupados em manter uma imagem positiva perante a sociedade na expectativa de manter-se no poder.

No entendimento de Zémor, “o direito à informação estabelece um dever de comunicação” (2009, p. 220). Isso porque, ante a diversidade de situações em que os cidadãos estão envolvidos, nem sempre é possível encontrar plena solução na disponibilidade de informações, muitas vezes em textos complexos sobre os procedimentos que precisam adotar para terem suas demandas atendidas. É preciso disponibilizar canais a fim de que os cidadãos possam esclarecer dúvidas e solicitar mais informações.

Acrescentamos à argumentação de Zémor que, muitas vezes também, o cidadão é carente de formação escolar que favoreça a compreensão das informações disponibilizadas⁸ e que mesmo o público com maior tempo de formação escolar encontra dificuldade em compreender mensagens que possuem linguagem técnica e excessivamente formal. Além disso, algumas vezes, as informações são disponibilizadas em espaços aos quais o cidadão não tem fácil acesso.

Ana Carolina Temer (2009) explica que:

A informação é a matéria prima da comunicação, mas existe independentemente da comunicação. Quando o receptor interpreta a informação, realiza-se um processo de comunicação. Comunicação, portanto, é mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento (TEMER, 2009, p. 16).

Assim, ao disponibilizar informação, as instituições não estão necessariamente comunicando-se com a sociedade, uma vez que as partes podem não estar se entendendo. Para que haja comunicação, as informações devem servir como elementos para a reflexão, o entendimento e o diálogo.

A comunicação entre as instituições públicas e o cidadão se estabelece quando há uma relação, que tem início mediante recepção e escuta interessada do público por parte das

⁸ A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2011 informa que a taxa de analfabetismo funcional no Brasil foi estimada em 20,4%. Essa taxa é representada pela proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de 4 anos de estudos completos em relação ao total de pessoas de 15 anos ou mais de idade (IBGE - Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - Síntese de Indicadores 2011). O termo analfabetismo funcional “se refere ao tipo de instrução em que a pessoa é capaz de ler e escrever mas é incapaz de interpretar o que lê e de usar a leitura e a escrita em atividades cotidianas” (MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>, visitado em 14/8/2013).

instituições, representadas por seus agentes públicos. Sem estabelecer relacionamento entre instituições e sociedade, não há como encaminhar o diálogo de forma a favorecer a expressão para o conhecimento de expectativas e limitações e para buscar acordos, tomar decisões e fazer encaminhamentos.

À comunicação pública cabe viabilizar o relacionamento e o diálogo, disponibilizando canais de comunicação que assegurem espaço de expressão e escuta. As tradicionais e as novas tecnologias de informação e comunicação vêm em auxílio dessa necessidade.

Zémor chama a atenção para o fato de que os meios de comunicação de massa “podem contribuir para a difusão de dados públicos e encorajar a interatividade dos diálogos com as instituições públicas, mas raramente podem tratar de questões complexas” (2009, p. 224). Pelas características desses meios, de atingir um público amplo, disperso e heterogêneo, as mensagens transmitidas tendem a ser homogêneas e objetivas, não atendendo a particularidades e necessidades distintas. O autor chama a atenção para o fato de que “uma parte da comunicação pública, cada vez mais importante, se faz fora dos meios de comunicação de massa” (2009, p. 224), referindo-se às ações de comunicação em que o cidadão estabelece contato direto com um agente público ou com um intermediário. O autor justifica que:

Se o meio importa para a mensagem, quanto mais a mediação é humana, personalizada, mais o conteúdo é considerado e assimilado. (...) O acesso às informações e sua memorização tornam-se melhores a partir do momento em que o receptor é ativo (ZÉMOR, 2009, p. 225).

Nesta mesma linha de pensamento, em que o diálogo e o relacionamento são valorizados, temos o seguinte esclarecimento feito pelos autores Bordenave e Carvalho:

Em toda comunicação existem dois elementos básicos: um elemento de conteúdo, que se refere ao que queremos dizer sobre algum objeto, e um elemento de relacionamento, que se refere à relação existente entre os interlocutores (BORDENAVE; CARVALHO, 1979, p. 46).

Para uma comunicação mais efetiva com a sociedade, as instituições públicas podem dispor de telefones gratuitos, chats, e-mails, blogs e redes sociais para perguntas, respostas, apresentação de sugestões, elogios, críticas e reclamações. A análise das demandas apresentadas nesses canais podem servir de parâmetro para adequar os serviços públicos disponibilizados e criar novos serviços.

Como a oferta de serviços públicos é diversificada, para não saturar o cidadão de informações, as mensagens devem ser direcionadas a públicos específicos, priorizando

informar, como sugere Zémor (2009, p. 226), a existência da informação, quais as fontes de informações administrativas e os serviços envolvidos na recepção dos usuários.

Para o cidadão, saber que conta com instituições públicas para atender suas demandas sociais é um fator de segurança. Ao divulgar seu papel, suas políticas, serviços e ações, as instituições tornam-se conhecidas e fortalecem sua imagem perante o público, levando-o a reconhecer a legitimidade do governo, estimulando a confiança e a valorização da vida em sociedade.

Zémor ressalta que as informações de caráter cívico e as relacionadas a causas sociais e humanitárias, mesmo que relacionadas ao interesse geral, “estão mais ligadas a operações de comunicação do que a campanhas” (2009, p. 229). No caso das informações de caráter cívico, o intuito é fazer conhecer a história, despertando o sentimento de pertencimento e o patriotismo, enquanto as informações sobre causas sociais pretendem despertar o sentimento de humanidade e conquistar o engajamento dos cidadãos.

1.2.1. Comunicação pública: relações e distinções com a comunicação organizacional e a comunicação institucional

É possível perceber nas ideias de Zémor (2009) que a comunicação pública tem relação com outras formas de comunicação já conceituadas, como a comunicação organizacional e a comunicação governamental. No Brasil, a visão de alguns pesquisadores sobre o assunto corresponde ao que é entendido como comunicação organizacional, conforme detectou Brandão em seus estudos sobre comunicação pública (2009, p. 1).

Frequentemente, as expressões *organização* e *instituição* são adotadas como sinônimos. No entanto, de acordo com Marilena Chauí:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por outra prática social, qual seja, a de que sua instrumentalidade está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. [...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa [...] se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão (CHAUÍ, 2003).

Apesar desta distinção, na definição de comunicação organizacional, organização refere-se a “diversas modalidades de agrupamentos de pessoas que se associam intencionalmente para trabalhar, desempenhar funções e atingir objetivos comuns, com vistas em satisfazer alguma necessidade da sociedade” (KUNSCH, 2002, p. 25), independente de serem públicas ou privadas.

A comunicação organizacional se refere às estratégias de comunicação adotadas pelas organizações, sejam elas do segmento público, privado ou do terceiro setor, para se relacionarem com seus públicos com vistas a constituir uma identidade e uma imagem coerentes, que facultem um conceito positivo sobre elas e, assim, contribuam para viabilizar o alcance de seus propósitos. São concebidas mediante planejamento, ou seja, estão alinhadas com o planejamento estratégico da organização.

A identificação entre comunicação organizacional e comunicação pública ocorre quando a organização reconhece seu papel social e atua eticamente, buscando estabelecer coerência entre seus interesses e os da sociedade, sem explorá-la ou persuadi-la.

No caso das organizações privadas, essa forma de comunicação pode acontecer alinhada aos valores e princípios que norteiam a organização, ou mesmo com a adoção de programas específicos, como os de responsabilidade social, em que elegem causas de interesse geral para prestar colaboração, como campanha de prevenção de câncer de mama, defesa de animais em extinção e recuperação da nascente de um rio.

No entanto, é importante reconhecer que, para as organizações privadas, uma comunicação plenamente voltada para o interesse da sociedade não é imprescindível para atender a sua finalidade social. Trata-se, muitas vezes, até de um posicionamento mercadológico. Uma indústria de cigarros ou cerveja, com toda certeza, não terá interesse em informar à sociedade os riscos que seus produtos oferecem. As indústrias de cigarro, por exemplo, reproduzem no rótulo de seus produtos campanha de alerta sobre os malefícios do fumo, mas esse procedimento é adotado não por opção, e sim por determinação imposta por lei. Concomitantemente, as indústrias de cerveja, embora apresentem em suas campanhas a frase “se beber, não dirija”, fazem-no igualmente por obrigação legal, além de que, algumas vezes, associam a imagem de seus produtos a esportes.

Por outro lado, entendemos que há plena identificação entre comunicação pública e comunicação organizacional quando a organização é do segmento público ou do terceiro setor, pois nesses casos são constituídas para atender à sociedade e, portanto, todos os seus setores devem adotar valores de cidadania como parâmetro para desenvolver suas ações. Para estes setores, comunicação pública é uma necessidade. Caso contrário, correm o risco de terem sua legitimidade questionada, por incoerência em relação à postura que delas se espera.

Nas instituições públicas, a comunicação pública é uma exigência legal. Nas organizações do terceiro setor, não adotá-la é um risco, uma vez que, se sua imagem não for coerente com a identidade que dela se espera, perderá credibilidade e poderá ter sua sobrevivência ameaçada, uma vez que a adesão de membros da sociedade e de recursos governamentais é o que as mantêm.

Por sua vez, a comunicação governamental se refere ao processo comunicativo estabelecido pelo governo, nas esferas federal, estadual e municipal, para relacionar-se com os cidadãos. Essa forma de comunicação identifica-se com a comunicação pública na medida em que divulga informações e serviços de interesse público, presta contas e mobiliza para o engajamento em políticas públicas. No entanto, esse tipo de comunicação também é permeado por um viés político partidário, que busca despertar a simpatia e o apoio para a gestão em curso, com vistas à manutenção do poder. Tanto valorizam os programas de governo, frequentemente associando-os à figura do gestor, como desmerecem os programas anteriores, de forma direta ou indiretamente. Nessa perspectiva, a comunicação governamental se distancia da ideia de comunicação pública, porquanto seu foco não é o interesse público; é a imagem da gestão por interesse particular de manutenção do poder.

Conforme destaca Graça França Monteiro, a comunicação pública “tem singularidades que condicionam sua prática, diferenciando-a das demais modalidades de comunicação exercidas pelas organizações nas suas relações com a sociedade”, sendo marcada “tanto pelo interesse coletivo quanto pelas tentativas de institucionalização de um diálogo efetivo entre emissores e receptores” (2009, p. 41).

O pensamento da autora citada está associado ao entendimento de Zémor (2009) sobre comunicação pública, que se destaca pela preocupação com o cidadão. As incumbências que ele atribui à comunicação pública, como tornar a informação disponível ao público, estabelecer relação e diálogo, apresentar os serviços públicos, tornar as instituições conhecidas e, finalmente, conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral, têm o intuito de empoderar o cidadão para o exercício de sua cidadania.

Como também assevera o professor Jorge Duarte, “o uso da expressão [*comunicação pública*] está associado ao esforço de melhorar a vida das pessoas pela comunicação” (DUARTE, 2009, p. 61). Por seu turno, Brandão identificou em suas pesquisas que:

[...] dentre os múltiplos significados de comunicação pública, é possível estabelecer um ponto comum de entendimento que é aquele que diz respeito a um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania (BRANDÃO, 2009, p. 9).

Esses entendimentos estão de acordo com o princípio primeiro da Carta Deontológica da Associação de Comunicação Pública:

A comunicação pública deve estar ao serviço do interesse público legalmente definido; da instituição ou da empresa em nome da qual se faz a comunicação, na medida em que ela não pode desconhecer o interesse público. As formas de expressão das mensagens não devem ser desviadas para fins particulares (ZÉMOR, 2009, p. 242).

Fica claro que, na comunicação pública, o interesse público se sobrepõe aos interesses da gestão e à imagem do governo, da instituição ou do gestor, ou seja, “não se trata de comunicação sobre interesses particulares, privados, pessoais, corporativos, institucionais, comerciais, promocionais ou de um público” (DUARTE, 2009, p. 61).

Jorge Duarte está entre os pesquisadores que considera que “comunicação pública é um conceito ainda em amadurecimento” (2009, p. 70). O autor entende que, no Brasil, dado o interesse dos comunicadores do setor público, que têm promovido reiterados encontros para tratar do assunto, a comunicação pública está mais “próxim[a] de se caracterizar como um ethos, uma postura de perceber e utilizar a comunicação como instrumento de interesse coletivo para fortalecimento da cidadania” (2009, p. 70).

Outros pesquisadores brasileiros da área de comunicação também têm contribuído para melhorar a compreensão sobre o assunto. Por exemplo, a professora Elizabeth Pazito Brandão define comunicação pública como: “processo que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país” (2009, p. 31).

Para Heloiza Matos (2009, p. 57), “a comunicação pública é (e o capital social também é) uma ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo”. De forma mais detalhada, ela explica que “é o processo de comunicação instaurado em uma esfera pública, que engloba Estado, governo e sociedade, em um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país” (MATOS, 1999, p. 33).

Para a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, comunicação pública é:

a ação de comunicação que se realiza por meio da articulação de diferentes ferramentas capazes de criar, integrar, interagir e fomentar conteúdos de comunicação destinados a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência das políticas públicas e a prestação de contas do Poder Executivo Federal⁹.

Tem-se, assim, uma diretriz para as assessorias de comunicação dos órgãos públicos federais, que pode ser tomada como parâmetro pelos níveis estaduais e municipais, tanto do poder executivo, como legislativo e judiciário, dada a pertinência do direcionamento apontado

⁹ No blog Comunidade Sicom, para os agentes de comunicação do poder executivo federal, constam os conceitos adotados para as ações de comunicação, conforme Instrução Normativa nº 05, de 6 de junho de 2011, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

<http://culturadigital.br/comunidadesicom/conceitos/>. Acesso em 22/10/2013.

para a comunicação com o princípio democrático a que todos os níveis e poderes da administração pública estão vinculados.

As perspectivas apontadas por cada um dos autores citados identificam-se com a cidadania, pois atribuem à comunicação pública o papel de valorizar o interesse público e instigar o diálogo e a participação. Embora possuam este entendimento, os autores reconhecem que a comunicação pública não é uma prática consolidada.

Da mesma forma, a preocupação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República com realizar ações de aperfeiçoamento para profissionais da área, com foco em comunicação pública, demonstra que a comunicação dos órgãos públicos com a sociedade precisa melhorar, valorizando o relacionamento com os cidadãos.

Assim como a cidadania, a comunicação pública também trata-se de uma conquista, que resulta tanto do amadurecimento dos profissionais da área quanto da participação política da sociedade. Isto porque exige dos profissionais a mudança de foco na prática da comunicação, conquista de apoio da gestão das instituições para empreender esta mudança e, por outro lado, engajamento da sociedade para o diálogo e a participação política.

O curto período de democracia que vivenciamos no Brasil, a partir da redemocratização, na década de 1980, explica, em parte, o estágio de cidadania que vivenciamos hoje, quanto ao arrefecimento para a participação política. Tradicionalmente, não temos o costume de debater e participar de decisões - nossa participação é efetiva nas eleições de representantes, mas não em outras questões sociais.

A educação, historicamente deficiente no país, é outro fator que impacta o direito de participação política. Embora o acesso à educação tenha aumentado nos últimos anos, com ampliação do número de matrículas em todos os níveis, o acesso ao nível superior é considerado elitizado, uma vez que atende apenas 14,8% da população entre 18 e 24 anos.

O acesso ao ensino superior contribui para que o cidadão não só tenha uma capacitação para o mundo do trabalho, mas também que amplie sua visão de mundo e de seu papel como cidadão. Por isso, todo esforço no sentido de ampliar o acesso a esse nível de ensino deve ser empreendido.

Por parte da comunicação pública, é possível colaborar ao facilitar o acesso a informações sobre o ensino superior, especialmente sobre políticas públicas voltadas às classes que se encontram em desvantagem social, viabilizando canais para a escuta e o diálogo a fim de estreitar o relacionamento entre os órgãos públicos e a sociedade para identificar demandas e buscar atendê-las, conforme cabe ao serviço público.

CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E AÇÕES AFIRMATIVAS

Este capítulo apresenta um estudo sobre o acesso ao ensino superior no Brasil, que ocorreu de diferentes formas ao longo da história direcionado por políticas de Governo. Embora a educação superior pública seja um direito social, na maior parte do tempo, como apontam os estudos de autores como João Ferreira de Oliveira, Marilena Chauí, entre outros, o acesso às vagas de nível superior, principalmente no sistema público, ocorreu de forma desigual, reservado às classes privilegiadas economicamente, comprometendo os preceitos da cidadania.

A partir de 2002, políticas de ações afirmativas contribuíram para o acesso de camadas populares a esse nível de ensino, fato que alterou o quadro de justiça social no país. É importante analisar as motivações e o alcance dessas políticas, bem como avaliar em que medida elas contribuem para ampliação do acesso ao ensino superior e podem alterar o quadro de desigualdade social no país.

2.1. Educação Superior no Brasil

A educação é um direito previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 205, que em seu *caput* assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Trata-se de um direito social, o qual tem como finalidade garantir a participação da sociedade na distribuição da riqueza do país, cuidando, principalmente, de assegurar as condições fundamentais de uma vida digna.

A carta magna estabelece a forma como o dever para com a educação será assumido pelo Estado em cada nível escolar. O ensino fundamental será obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos¹⁰, o ensino médio será progressivamente universalizado e, no que se refere à educação superior, a Constituição estabelece a garantia de “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, conforme consta no item V, do Artigo 208.

¹⁰ O artigo 208 da Constituição Federal foi alterado pela emenda constitucional nº 059, de 11 de novembro de 2009, quanto à faixa etária em que há obrigatoriedade e gratuidade do ensino, passando de 7 a 14 anos, para dos 4 aos 17 anos – o que deverá ser implementado progressivamente até 2016.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a educação fundamental está perto da meta de universalização, sendo que, em 2010, 98,2% das crianças de 6 a 14 anos¹¹ estavam matriculadas; no ensino médio, 83,7% dos jovens com idade entre 15 a 17 foram atendidos; e, na educação superior, 14,8% dos jovens com idade entre 18 e 27 anos estavam matriculados nesse nível de ensino (IBGE, 2011, p. 10).

A baixa proporção de jovens com acesso ao nível superior compromete a produção de conhecimento e leva a uma situação de dependência na competição econômica entre os países. No atual paradigma econômico e produtivo, caracterizado como sociedade do conhecimento, “o fator mais importante deixa de ser a disponibilidade de capital, trabalho e matérias-primas ou energia, passando a ser o uso intensivo do conhecimento e informação” (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 7).

Além disso, com baixa escolaridade, os postos de trabalho são menos qualificados e remunerados, deixando a população vulnerável financeiramente e comprometendo a capacidade individual e familiar de sustento. De acordo com Mozart Ramos (2012):

Quanto maior o número de anos de estudo, maior o PIB per capita; é o impacto da educação na distribuição da renda. No Brasil, um ano a mais de estudo impacta, em média, 15% na renda de uma pessoa, mas se ela tiver o ensino superior completo, esse impacto é de 47%” (CORREIO BRAZILIENSE. 03/08/2012).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9394/96, em seu artigo 43, a educação superior, dentre suas finalidades, deve produzir e transmitir conhecimento, formar profissionais, realizar pesquisas e disponibilizar novos conhecimentos para a sociedade. A conquista do diploma universitário representa a possibilidade de ascensão social e gera para o indivíduo oportunidades de ocupar postos de trabalho de melhor remuneração e, conseqüentemente, melhorar sua condição de vida e de sua família. Como apontam as pesquisas de Fernandes e Narita, “o rendimento médio das pessoas com terceiro grau (15 ou mais anos de estudo) é 150% superior ao rendimento médio das pessoas com segundo grau completo (11 anos de estudo)” (2002, p. 5).

A possibilidade de mobilidade social é um elemento fundamental na manutenção do sistema social e a crença na educação superior como mecanismo de ascensão pressiona o Governo a apresentar resposta para a demanda crescente por vagas. A seleção por mérito tem sido adotada como uma estratégia eficiente de distribuição de vagas pelo Governo. Dessa forma, é possível controlar o acesso aos cursos superiores de uma forma considerada justa, por propiciar igualdade de oportunidades na concorrência pelas vagas. Dubet explica que “a

¹¹ Em 2010, quando a referida pesquisa foi realizada pelo IBGE, a faixa etária à qual o Governo constitucionalmente estava obrigado a garantir o ensino era dos 6 aos 14 anos.

igualdade de oportunidades é necessária porque mobiliza princípios de justiça e postulados morais fundamentais numa sociedade democrática” (2008, p. 49). Contudo, “as condições de igualdade das oportunidades não são plenamente realizáveis numa sociedade desigual” (DUBET, 2008, p. 29).

Pesquisadores da área de educação superior, como Marilena Chauí (2003)¹², José Vieira Sousa (2008)¹³, Sarah Robert (2009)¹⁴, entre outros, relatam que os alunos de família de melhor condição financeira são os que detêm as melhores condições de acesso aos cursos superiores e de conquistar vaga nos cursos mais valorizados economicamente no mercado, enquanto os alunos de famílias mais pobres são impossibilitados pela necessidade de trabalhar ou ingressam em cursos de menor concorrência e retorno financeiro. Características raciais e etnia também são fatores que determinam a desigualdade de acesso à educação superior. Esses estudiosos constataram o que, para os integrantes da classe trabalhadora, já era evidente: as discriminações econômica, racial e étnica no acesso ao ensino superior.

Com a redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, as pressões dos movimentos sociais se acirraram, reivindicando os direitos formais não substantivados, dentre eles o acesso à educação superior. Várias medidas foram coordenadas pelo Governo, a partir da década de 1990, para propiciar a expansão do acesso ao ensino superior: ampliação do setor privado, abertura de novos cursos, abertura de cursos no turno noturno, implantação da educação à distância, diversificação das instituições de ensino superior. Essas medidas contribuíram para elevar a taxa de matrícula líquida entre a população de 18 a 24 anos no ensino superior, saindo de 833.186 matrículas, em 1991, para um total de 3.221.000 matriculados em 2008, o que representa um crescimento de 191,05% na taxa de matrícula líquida (GOMES; MORAES, 2012).

A ampliação de vagas, principalmente no setor privado, ocorreu de forma acelerada, sem a estrutura necessária para oferecer qualidade de formação. Não havia, por exemplo, professores suficientemente qualificados, com pós-graduação e experiência para formar novos profissionais. José Marcelino de Rezende Pinto argumenta que a qualificação e o regime de trabalho dos professores são “condições essenciais para a boa qualidade de ensino” e considera preocupante que, até 2002, “60% dos docentes da rede municipal [de educação

¹² “A baixa qualidade do ensino público nos graus fundamental e médio tem encaminhado os filhos das classes mais ricas para as escolas privadas e, com o preparo que ali recebem, são eles que irão frequentar as universidades públicas, cujo nível e cuja qualidade são superiores aos das universidades privadas” (CHAUÍ, 2003, p. 10).

¹³ “[...] a educação superior no país tende ‘a ser mais seletiva quando se trata de ensino público e mais permeável e tolerante no que diz respeito ao ensino privado pago, que se proliferou no país, via de regra, oferecendo cursos menos exigentes’” (OLIVEIRA; CATANI, 2002, p. 84 *apud* SOUSA, p. 91).

¹⁴ “[...] segundo o Censo de 2000, ainda que 45% da população se identifique como negro (preto) ou pardo, “apenas 17% dos brasileiros com diploma universitário, de instituições públicas ou privadas, são pardos e 2% são negros” (Lloyd, 2004) (...) O ensino superior continua sendo um caminho fechado à mobilidade social para a maioria dos estudantes pardos, negros e/ou de baixa renda” (ROBERT, 2009, p. 199).

superior], e a metade da rede privada, possuam, no máximo, especialização” (PINTO, 2004, p. 745).

Durante o primeiro mandato do Governo FHC (1995 – 2008), a expansão no setor privado foi intensa, apresentando média anual de crescimento de 18,5%, ao passo que, no Setor Público, a média foi de 5,8%. Em número de matrículas, o setor público partiu de 700.540 para 1.273.965 e o setor privado de 1.059.163 para 3.806.091 (MEC/Inep *apud* GOMES; MORAES, 2012).

[...] o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei n. 5.540/68), em plena ditadura militar, e intensificado após a aprovação da LDB (Lei n. 9.394/96), no governo Fernando Henrique Cardoso, que teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado, não logrou sequer resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade (PINTO, 2004, p. 730).

Nos primeiros anos da expansão de vagas no setor privado, a oferta atendeu a demanda de estudantes com condições de arcar com as mensalidades de um curso superior. Mas, até 2003, as vagas cresceram em proporção muito superior ao número de estudantes com condições de arcar com despesas da formação superior, gerando uma demanda reprimida por motivos financeiros e vagas ociosas.

O Governo Lula, de 2003 a 2010, adotou políticas afirmativas que foram decisivas para oportunizar o acesso à educação superior aos jovens de baixa renda, negros, indígenas e portadores de necessidades especiais. Esse Governo fez investimentos para a ampliação do acesso no nível superior de ensino, tanto no setor público como no setor privado. Para o acesso no setor privado, os investimento ocorreram por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e do Programa Universidade para Todos (Prouni) e, para acesso no setor público, por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), das cotas e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Robert alerta para o fato de que “o Prouni pode estar incorporando ao ensino superior populações frequentemente excluídas, mas elas estão sendo incorporadas naquilo que é publicamente considerado, ainda que com várias exceções, uma educação universitária de qualidade inferior” (2009, p. 206). Isso ocorre porque os estudantes oriundos de escolas particulares, geralmente de melhor qualidade, conquistam mais vagas em instituições de ensino superior públicas, que são referência em qualidade, restando aos estudantes de ensino médio da escola pública, com graves deficiências, as vagas das instituições privadas, em cursos menos valorizados e de menor qualidade.

2.1.2. Percurso histórico do acesso à educação superior no Brasil

Ao longo da história da educação superior no Brasil, nos momentos em que a oferta de vagas nesse nível de ensino esteve aquém da demanda, o Governo facilitou o acesso aos mesmos, e, quando a demanda se acirrou, o acesso foi restringido para controlar o fluxo de entrada, tornando-se mais rigoroso à medida que as vagas eram mais escassas diante da demanda de interessados e mais flexível em situação oposta.

Uma pesquisa realizada por Oliveira (1994) traz o histórico do acesso ao ensino superior no Brasil, do período Imperial ao início da década de 1990, “sob o prisma da democratização e universalização do ensino”. Segundo seus estudos, esse período pode ser dividido em quatro fases: a fase da democratização restrita, fase da democratização populista, fase da democratização autoritária e fase da democratização relativa (OLIVEIRA, 1994, p. 143).

Os cursos superiores tiveram início no Brasil no período do Império, época em que a educação superior no país era restrita aos filhos da elite. Essa característica, aliada ao conservadorismo, manteve-se até 1945, marcando a fase da “democratização restrita”.

Nessa primeira fase, inicialmente, o acesso às vagas ocorria mediante a aprovação do interessado nos exames preparatórios promovidos pelos estabelecimentos de ensino superior, que oferecia aulas preparatórias para tal exame, as quais eram optativas. A aprovação garantia a vaga, uma vez que havia disponibilidade diante da baixa procura. Em seguida, foi instituída outra forma de acesso, que era cursando o nível secundário no Colégio Pedro II, o que garantia aos ex-alunos acesso a um curso superior em qualquer estabelecimento.

A partir de 1890 são criados exames para acesso às vagas no ensino superior. O primeiro deles foi o “exame da madureza”, que ocorria na saída do ensino secundário, certificando os conhecimentos desse nível de ensino e habilitando os aprovados ao ingresso em qualquer instituição de ensino superior do país. Inicialmente, esse exame foi realizado em liceus oficiais, mas, em 1896, também passou a ocorrer em estabelecimentos particulares. Isso facilitou e ampliou o acesso, uma vez que, ao mesmo tempo, surgiram instituições particulares de ensino superior¹⁵.

Em seguida, em 1911, com a Reforma Rivadávia Corrêa, é criado o exame de admissão, mediante o qual os estudantes eram admitidos pelos estabelecimentos de ensino superior, se aprovados em provas escritas e orais de ciências e línguas. Ao instituir esse exame, de acordo com Oliveira, o Governo buscava “recompor a função normativa do ensino

¹⁵ Cunha, na obra “A universidade temporã”, aponta que entre 1891 a 1910, “foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: nove de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, oito de direito, quatro de engenharia, três de economia e três de agronomia” (CUNHA, 1986, p. 174 e 177 *apud* OLIVEIRA, 1994, p. 96).

secundário”, uma vez que “o aumento da demanda fez com que o ensino secundário se transformasse numa preparação para o ensino superior, perdendo sua função própria de formação. Além do mais, acusava-se o secundário de falta de qualidade no preparo dos candidatos para o ensino superior” (1994, p. 96). Esta reforma foi também “[...] uma reação do Estado e da corporação acadêmica ao crescimento considerado ‘vertiginoso’ dos alunos nas escolas superiores as quais, por sua vez, se multiplicavam devido às facilidades legais advindas com a proclamação da República” (CUNHA, 1979, p. 195-196). Como o exame de admissão foi instituído sem fiscalização, não conseguiu realizar o intento de regular o acesso quanto à quantidade e à qualidade dos estudantes advindos do ensino secundário.

Em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano instituiu o exame vestibular, em substituição ao exame de admissão, o qual passa a ser realizado exclusivamente em janeiro, pelas escolas superiores, sob a fiscalização do Conselho Superior de Ensino. Todos os aprovados tinham garantia de vaga. Essa reforma excluiu o privilégio de acesso direto dos alunos do Colégio Pedro II ao ensino superior e exigiu o certificado de ensino secundário para ingresso em curso superior. Essas medidas, somadas à “não gratuidade do ensino superior, conseguiram reduzir o acesso” (OLIVEIRA, 1994, p. 99).

Na década seguinte, em 1925, acontece a Reforma Rocha Vaz, a qual conseguiu conter ainda mais o acesso ao ensino superior. A reforma criou a exigência de conclusão do ensino secundário para participação no exame vestibular e estabeleceu quantitativo de vagas anual para cada curso e em cada turno, o que levou ao estabelecimento de classificação para a destinação das vagas.

A restrição ao acesso à educação, acentuada a cada uma das reformas citadas, beneficiava as camadas média e a elite, que tinham condições de manter seus filhos na escola por mais tempo e arcar com as despesas durante o curso superior, fosse em instituição pública ou particular, garantindo exclusividade de acesso aos diplomas acadêmicos. O diploma coroava o status social e a cultural da elite, conduzindo-os aos melhores empregos e cargos públicos.

A reforma seguinte ocorre no primeiro Governo Vargas: Reforma Francisco Campos, em 1931. Essa gestão é marcada pela modernização do país e a educação é apontada como elemento de destaque para o desenvolvimento. Para formar mão-de-obra qualificada, o Governo estimula a criação de cursos profissionalizantes, antecipando a formação para o trabalho para o nível secundário. Ocorre, então, a separação do ensino secundário em profissionalizante e formativo e o acesso aos cursos superiores, mantido sob a aprovação em exame vestibular e conclusão do ensino secundário, fica vinculado ao tipo de curso realizado.

Como os jovens das camadas populares precisavam trabalhar mais cedo, optavam pelos cursos profissionalizantes e, conseqüentemente, tinham suas opções de cursos de ensino superior restringidas, limitando ainda mais a possibilidade de acesso. Por outro lado, os filhos da classe média e da elite tinham garantido o acesso aos cursos superiores, uma vez que podiam cursar o secundário formativo, sem a necessidade de trabalhar, e, assim, obter condições de conquistar uma vaga nos cursos mais promissores, mesmo que em instituições pagas.

Assim, os jovens que precisavam trabalhar desde cedo foram induzidos a profissões menos valorizadas e as oportunidades mais rentáveis foram reservadas aos mais favorecidos financeiramente. A forma como o sistema educacional foi organizado e era conduzido pelo Governo mantinha a estrutura de classes claramente desigual: “O caminho escolar da elite era: do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, à opção por qualquer curso superior; o caminho das camadas populares, caso escapassem à evasão, ia do primário aos cursos profissionalizantes” (OLIVEIRA, 1994, p. 10).

A Reforma Francisco Campos (1931) criou o exame vestibular por curso, o Estatuto das Universidades e promoveu a federalização dos estabelecimentos de ensino superior. O Governo passou a exercer maior controle e formalização do ensino e o sistema prossegue privilegiando a elite quanto ao acesso ao ensino superior (OLIVEIRA, 1994, p. 107).

Em 1942, a Reforma Gustavo Capanema cria o exame de licença, na saída do ensino secundário, permitindo o ingresso em qualquer curso superior. Esse exame durou somente até 1946 (OLIVEIRA, 1994, p. 108). Durante o Governo Vargas, houve a abertura de novas instituições universitárias, ampliação do número de vagas e, por conseguinte, maior acesso ao ensino superior. Em 1930, o país contava com 86 escolas superiores e, ao final do Estado Novo, já somavam 181, com 27.253 estudantes matriculados (OLIVEIRA, 1994, p. 109).

A fase seguinte, caracterizada por Oliveira (1994) como “fase da democratização populista”, foi marcada pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo. Em 1961 é instituída a equivalência entre os cursos secundários, desvinculando o ingresso no ensino superior ao curso profissional ou formativo realizado no nível anterior. Os concursos por habilitação são criados, como também os testes de múltiplas escolhas. Ocorre o problema dos excedentes (demanda maior que a oferta) e surgem os primeiros cursinhos pré-vestibular.

Na fase seguinte, de “democratização autoritária”, que transcorre durante o governo militar, ocorre aumento no número de vagas. Oliveira (1994) explica que os militares almejavam tornar o país uma potência mundial e, por isso, investiram na criação de universidades, de forma que esta instituição estivesse presente em cada estado. Nesse contexto, os vestibulares são unificados em 1969, e novos concursos são realizados para

preenchimento de vagas ociosas. Em 1971, o vestibular também passa a ser classificatório e, em 1974, a prova de redação classificatória é incluída no vestibular.

A partir de 1977, adentrando a década de 1980, ocorrem mudanças no vestibular: a prova de redação passa a ser obrigatória; o exame passa a ocorrer em duas fases, sendo que, na segunda, são cobradas habilidades específicas em provas discursivas por área; o vestibular torna-se eliminatório/classificatório e, por fim, deixa de ser unificado (OLIVEIRA, 1994, p. 143).

Na última fase descrita por Oliveira (1994), “fase da democratização relativa”, que vai do fim da ditadura ao início dos anos 1990, o governo decreta “autonomia” das instituições de ensino superior na realização dos vestibulares.

A partir da década de 1990, o Governo brasileiro adotou uma política permanente de ampliação de vagas no ensino superior. A política neo-liberal do Governo FHC estimulou a expansão no setor privado. Essa reação do governo brasileiro é característica do que a pesquisadora da Universidade de Buffalo, nos EUA, Sarah Robert definiu como globalização educacional, que trata-se de “[...] um complexo processo sócio cultural que envolve mudanças na forma como o estado concebe o conhecimento e como os estados devem situar a educação em relação a estratégias econômicas e políticas nacionais” (ROBERT, 2009, p. 195).

No setor público, no período do Governo FHC (1995-2002), a expansão se deu por meio de pressão por produtividade nas IES públicas. No setor privado, a ampliação ocorreu com a liberalização do mercado, o que foi conveniente para o Governo, pois transferiu para o setor privado a responsabilidade necessária com os investimentos para atender a demanda crescente por formação diversificada (SOBRINHO, 2005, P. 71-72).

Ao longo do Governo Lula (2003-2010), houve ampliação no número de matrículas no setor público e no setor privado¹⁶. No setor público, a ampliação ocorreu principalmente devido ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), o qual propiciou a “expansão física, acadêmica e pedagógica na rede federal de educação” (BRASIL, reuni.mec.gov.br). Enquanto isso, no setor privado, o acesso às universidades foi estimulado com recursos do Fies, isenção de impostos e pagamento de bolsas. O processo seletivo passou a considerar elementos sociais e raciais, aliados à questão do desempenho escolar, para o acesso às vagas. Universidades Federais criaram sistema de reserva de vagas por meio da definição de cotas para alunos de escola pública, negros,

¹⁶ “[...] em 2010 entraram 2.182.229 alunos em cursos de graduação, o que corresponde a um aumento de 109,2% em relação a 2001. Nesse período, a categoria federal apresenta, proporcionalmente, a maior elevação do número de ingressos (140,5%), seguida da categoria privada (115,4%). Especificamente no ano de 2010, as instituições privadas contam com 78,2% dos ingressos de graduação; seguidas das federais, com 13,9%; estaduais, com 6,5%; e municipais, com 1,5%”. (BRASIL. MEC/INEP, Resumo técnico do censo da educação superior de 2010)

indígenas e portadores de necessidades especiais. A nota alcançada pelos concluintes do ensino médio no Enem, da avaliação nacional realizada pelo Governo Federal, passou a ser considerada nos processos seletivos das instituições de ensino superior e, recentemente, essa mesma nota passou a ser o critério fundamental para acesso a vagas.

2.2. Políticas de ações afirmativas

As ações afirmativas tiveram início nos Estados Unidos, na década de 1960, como políticas públicas de combate ao racismo e inserção dos negros na sociedade norte-americana, marcada por transparente preconceito racial. Data de 1963 a primeira referência a “ações afirmativas”, expressão citada por John Kennedy em uma *executive order*. No documento, o governo americano determinava às empresas contratadas que contratassem funcionários adotando ações afirmativas e que os contratados fossem tratados também sem discriminação de raça, credo, cor ou nacionalidade (HAAS; LINHARES, 2012).

A ideia explícita dessas políticas é corrigir diferenças históricas que perpetuaram graves desigualdades sociais e discriminações, privando pessoas de oportunidades de pleno desenvolvimento na sociedade. Por meio das ações afirmativas, busca-se criar condições para que as oportunidades sejam igualitárias, buscando justiça social e coerência com os princípios de liberdade e igualdade inerentes aos sistemas democráticos.

As ações afirmativas, como políticas públicas, “operam na manutenção, redistribuição ou transformação do poder social” (GOMES, 2011). Muitas delas baseiam-se na justiça distributiva, idealizada por John Rawls. Para o autor, a justiça tem como objeto primário a estrutura básica da sociedade e é entendida como “a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social” (RAWLS, 2002, p. 7 - 8) e “numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis”. Dessa forma, “todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos” (RAWLS, 2002, p. 66).

Assim, se o acesso a um bem público, qual a educação superior, é prejudicado por classe social ou características raciais ou étnicas, justifica-se a adoção de regras desiguais de distribuição do bem público – como o estabelecimento das cotas para alunos de escola pública, de baixa renda, negros e indígenas – com vistas em se alcançar maior vantagem para a sociedade como um todo – caso da elevação da taxa de escolarização bruta na educação superior, por exemplo.

Há uma percepção simplista das ações afirmativas como políticas compensatórias, adotadas para corrigir a consequência de um problema e não a causa. Mas não se trata disso. Trata-se, sim, de instituir garantias para que os direitos sejam concretizados, realizando a democracia. A tese defendida por Nascimento é que:

[...] as políticas de ações afirmativas e seus instrumentos (as cotas, as bolsas e incentivos, a priorização de investimentos para grupos sociais historicamente discriminados, os programas educacionais e a formação de educadores pra o combate à discriminação, a valorização cultura etc), são políticas de universalização de direitos, à medida que, mesmo inicialmente estabelecendo critérios desiguais, são políticas de constituição material daquilo que a coletividade definir como o que todos (rigorosamente todos) devem ter acesso (2003, p. 7).

No que se refere à educação superior, as ações afirmativas adotadas pelas universidades são fundamentais no contexto de desigualdade social brasileira para se combater os tradicionais privilégios da classe média e da elite e para fazer avançar a democracia e a cidadania, oportunizando acesso ao conhecimento e à cultura aos membros da sociedade historicamente alijados desses direitos. Isso se justifica porque “se a sociedade almeja se construir de forma fraterna, mais justa e solidária, entende-se que poderá atingir tais objetivos a partir do acesso ao conhecimento por intermédio da Educação” (HASS; LINHARES, 2012, p. 840).

Cabe às instituições públicas de ensino superior persistir nas discussões e ações que contribuem para apontar caminhos e suscitar reflexões na sociedade, uma vez que “[...] é da natureza do compromisso da Universidade, como espaço mantido com recursos da sociedade, produzir conhecimentos que ajudem a efetivar as transformações na sociedade que a tornem efetivamente democrática e, pelo menos, menos desigual” (FRIGOTTO, 2011, p. 61).

2.2.1. Políticas de acesso e ações afirmativas no âmbito da educação superior brasileira

O número de vagas no ensino superior vem aumentando nos últimos anos. Mas, como esse aumento ocorreu principalmente em instituições privadas, ele não foi efetivo para absorver a demanda de concluintes do ensino médio, uma vez que o custo das mensalidades fica além das possibilidades das pessoas de baixa renda¹⁷.

As instituições públicas também ampliaram o número de vagas, embora em menor proporção que o setor privado. Contudo, os estudantes da classe de elite continuaram conquistando a maior parte das vagas nos cursos de maior prestígio social e econômico das

¹⁷ Nelson Cardoso Amaral (2008), a partir da análise de dados do IBGE, ao argumentar sobre “a expansão da educação superior e os limites da expansão privada impostos pela desigualdade social”, constata que “as famílias que ganham até 5 salários mínimos não conseguiriam manter uma pessoa estudando em instituições particulares, pagando mensalidades” (AMARAL, 2008, p. 655).

instituições públicas, porquanto estudaram em escolas particulares, de melhor qualidade que as escolas públicas, e muitas vezes passam por cursos preparatórios para alcançarem melhor desempenho nos processos seletivos das IES públicas.

Para viabilizar o acesso de pessoas de baixa renda à educação superior, tanto em instituições públicas como em instituições privadas, foi necessário que o Governo tomasse a iniciativa de adotar ações afirmativas. Nas instituições públicas, as ações beneficiaram alunos de escola pública, negros e indígenas, por meio do Enem, das cotas e do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Nas IES privadas, o ProUni e o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies possibilitaram a entrada a jovens das camadas mais populares no ensino superior.

Robert (2009) salienta que a proposta inicial de ações afirmativas no Brasil, tal como nos Estados Unidos, era corrigir principalmente as desigualdades raciais, nítidas nas estatísticas sobre escolaridade, trabalho e renda. No primeiro momento, o governo brasileiro propôs a destinação de 15% das vagas no ensino superior para estudantes negros, reservando vagas também para estudantes de baixa renda e indígenas. No entanto, no processo de discussão, a política de cotas raciais mostrou-se problemática para a sociedade brasileira, que questionou as cotas raciais, o que levou o Governo a tratar a questão com opacidade, moderando o discurso em defesa da questão racial e a enfatizando o critério socioeconômico nas políticas de ações afirmativas, alcançando, assim, maior aceitação.

Parte da opacidade está relacionada à forma como os brasileiros falam sobre cor e raça e como se auto identificam com determinada cor ou categoria racial. Esse fator, conjugado à ausência de uma definição aceita de negro, parece complicar bastante os esforços para combater o problema da desigualdade racial dentro das instituições (ROBERT, 2009, p. 203-204).

As pressões sociais por parte dos movimentos organizados em defesa da justiça racial mantiveram suas reivindicações e contribuíram para que os documentos oficiais mantivessem políticas de direitos vinculados à raça, ainda que não seja com a ênfase que a questão reclama, diante das desigualdades históricas.

Robert (2009) destaca que as ações afirmativas brasileiras possuem, ao mesmo tempo, características da globalização econômica e de uma ideologia alternativa. No aspecto da globalização econômica, as ações afirmativas beneficiam o setor privado de ensino superior ao conceder isenções fiscais e financiar bolsas de estudos nessas instituições, investindo dinheiro público no setor privado. No aspecto alternativo, há a presença da preocupação social, que busca atender a classe menos favorecida economicamente, incluindo-a na educação superior, o que se realiza mediante a concessão de bolsas.

Para a pesquisadora, esse aspecto contraditório das ações afirmativas brasileiras deve-se, por um lado, ao perfil de parte dos membros do Governo Lula, que têm maior preocupação social, e, por outro, aos ditames de globalização neoliberal. No processo de elaboração dessas políticas, o Governo leva em conta tanto o interesse em atender a parcela da sociedade mais carente quanto os interesses de empresários.

Ante às críticas, o Governo Lula justifica os investimentos no setor privado da educação superior como uma forma de atender a sociedade como um todo, dado que, ao ampliar o acesso a esse nível de ensino a grupos socialmente excluídos, aumenta-se a qualificação da mão-de-obra em geral com consequências positivas para o setor econômico brasileiro (ROBERT, 2005, p. 205).

Robert (2009) salienta, também, que o Governo Lula, ao direcionar investimentos públicos para a educação superior, contraria a orientação dos organismos internacionais, como UNESCO e Banco Mundial, que recomendam que os países em desenvolvimento, como o Brasil, concentrem investimentos na educação básica. Dentre as políticas implementadas pelo Governo Federal, relacionadas às ações afirmativas para ampliação do acesso de jovens no ensino superior estão o Enem, o Prouni, as cotas sociais e e o Sisu.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve início em 1998 com o intuito de “avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade” (INEP/MEC¹⁸). Essa avaliação foi incorporada como um elemento do processo de seleção de vagas para ingresso no ensino superior e, a partir de 2004, o próprio Governo vinculou o Enem ao programa de bolsas Prouni:

A partir de 2004, o ENEM tornou-se um dos critérios de seleção para o PROUNI, programa instituído pelo Ministério da Educação para a concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA, 2009c, p. 47).

A nota dos alunos no Enem é também um indicativo do desempenho das escolas na formação educacional. Isso estabeleceu um ranking entre elas, o que desperta uma preocupação maior entre as escolas particulares, que vivenciam a concorrência do mercado, e provoca também uma disputa maior por vagas nas escolas públicas de melhor desempenho.

¹⁸ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>. Acesso em 10 mai 2014.

Como consequência da explicitação do desempenho das escolas e mediante o interesse em alcançarem bom resultado, estas passaram a preparar os alunos para a avaliação, correndo-se o risco de orientar a formação tendo o Enem como referência:

É preciso alertar para o risco de, à semelhança do que ocorreu durante várias décadas com o vestibular, o Enem também passar a ser uma referência apropriada de forma inadequada (não formativa) por um considerável número de escolas, no sentido de influenciar os currículos das escolas de ensino médio. Esse risco deve ser evitado a fim de não comprometer o seu potencial democratizador de acesso à educação superior, defendido por alguns grupos (SOUSA, 2008, p. 102).

Existem defesas e críticas quanto ao Enem como instrumento de democratização do acesso à educação superior. Os defensores argumentam que este exame “contribuiria para consolidar a natureza pública das instituições públicas, considerando a orientação da política que norteia seu processo de expansão e reestruturação definido no governo Lula, visando a duplicação no número de vagas no sistema federal” (SOUSA, 2011, p. 102).

Quando a nota do Enem passou a ser considerada para a inclusão de alunos de escolas públicas em IES públicas, ocorreram críticas argumentando que a qualidade da formação dos profissionais de nível superior seria prejudicada pelo desempenho inferior dos alunos advindos da escola pública, que eles não concluiriam os cursos por não conseguirem acompanhar o ritmo dos demais alunos, ou seriam formados com menor competência que seus colegas que estudaram em escolas particulares. Nenhuma dessas premissas se confirmou.

No biênio 2005-2006, cotistas obtiveram maior média de rendimento em 31 dos 55 cursos (Unicamp) e coeficiente de rendimento (CR) igual ou superior aos de não-cotistas em 11 dos 16 cursos (UFBA). Na UnB, não-cotistas tiveram maior índice de aprovação (92,98% contra 88,90%) e maior média geral do curso (3,79% contra 3,57%), porém trancaram 1,76% das matérias, contra 1,73% dos cotistas (PORTAL TERRA, Editoria Brasil, publicado em 25/05/2008).

O que foi notório, no entanto, é que garantir acesso é insuficiente. Hass e Linhares (2012, p. 852-853) chamam a atenção para o fato de que também é necessário adotar medidas para que os estudantes se mantenham nos cursos. A necessidade de trabalhar para manter a si e/ou a própria família e a carência de conteúdos escolares também merecem assistência para que a política de inclusão de jovens de baixa renda seja efetiva.

O Programa Universidade para Todos - ProUni é um programa do Governo que propicia a concessão de bolsas parciais (50%) ou totais (100%) para a realização de curso superior em instituição privada.

Esse programa beneficia alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas ou bolsistas integrais de escolas particulares, membros de famílias com renda de até 3,5 salários mínimos. Também beneficia professores da rede pública de ensino que ainda não possuem

curso superior em licenciatura e reserva cotas para portadores de necessidades especiais, negros, pardos e indígenas. Para participar do ProUni é necessário que o interessado se submeta à avaliação do Enem, alcançando nota superior a 450 pontos e desempenho não zerado na prova de redação¹⁹.

A concessão de bolsas faz parte da negociação entre o Governo e o setor privado, sendo que o primeiro abre mão de tributos para que o segundo ofereça as bolsas. No entanto, a qualidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior privadas é inferior aos das instituições públicas. Como o objetivo das empresas privadas é o lucro e a fiscalização do MEC é insuficiente, os investimentos em infraestrutura e em pessoal ficam aquém do necessário. Além disso, as bolsas concedidas são direcionadas a cursos de menor demanda e que exigem menor investimento para funcionamento. Com isso, os alunos mais pobres continuam em desvantagem em relação aos alunos da classe elitizada, perpetuando a desigualdade social (SOUSA, 2008).

Outra crítica pertinente ao ProUni é a transferência que o Governo faz de recurso público para instituições privadas, por meio da isenção de impostos. Essas instituições também são beneficiadas com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, o que torna a parceria com o governo um excelente negócio, pela garantia de lucro certo (ROBERT, 2009).

A política de cotas caracteriza-se por reservar parcelas de vagas no ensino público superior a grupos socialmente discriminados, que ao longo da história tiveram o acesso à educação superior restringido por pertencerem a famílias de baixa renda, por serem negros, indígenas ou portadores de necessidades especiais.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi uma das primeiras instituições brasileiras de ensino superior a adotar o sistema de cotas, em 2003, servindo de parâmetro para as demais instituições que, posteriormente, aderiram ao sistema, e até mesmo para a política de Governo implementada posteriormente.

De 2003 a 2012, com a autonomia administrativa das instituições federais de ensino superior, cada uma estipulou critérios e quantitativos de vagas destinadas às cotas. Em 2012, a Presidente Dilma Rousseff sancionou a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelecendo parâmetros para o estabelecimento das cotas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino médio técnico.

Pela nova lei, 50% das vagas de cada curso, em cada turno, do sistema federal de ensino superior e técnico, serão reservadas a alunos que cursaram o nível de ensino

¹⁹ As informações oficiais sobre o ProUni constam do site do Ministério da Educação, disponível no endereço http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140. Acesso em 13/03/2013.

anterior integralmente em escola pública. Dentre essas vagas, a metade será destinada a alunos de famílias com renda familiar de até um salário mínimo e meio e também deverão ser reservadas vagas para o percentual de pretos, pardos e indígenas do Estado da instituição de ensino superior, apontado pelo último senso do IBGE.

A introdução das cotas no ensino superior suscitou debates, suscitando posicionamentos contra ou a favor a essa medida. Os contrários defendem a melhoria do sistema de ensino, do ensino fundamental ao médio, para igualar as oportunidades de acesso e a qualidade dos alunos. Todavia, essa proposta se efetivaria a longo prazo e manteria a desigualdade atual.

Em Goiânia, por exemplo, em agosto de 2012, alunos de escolas particulares realizaram uma passeata manifestando-se contra a aprovação da lei de cotas pelo Senado Federal. Inconformados por terem seus privilégios diminuídos, alegaram que o justo seria melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas, e não facilitar a entrada dos alunos dessas escolas na universidade pública. Ora, isso levaria anos para apresentar resultados e, de qualquer forma, os recursos da elite são sempre superiores para atender sua minoria em relação aos do Governo para atender à sociedade. Tem se mostrado difícil para uma parcela da sociedade reconhecer que os direitos de todos não têm sido para todos, cabendo a interferência do estado para garantir a justiça (ROBERT, 2009, p. 207).

Na introdução do relatório da UERJ sobre os dez anos de adoção das cotas na instituição, ao tratar da questão racial e social no Brasil, destacando o ponto de vista de pesquisadores de elevado reconhecimento científico, como Florestam Fernandes, Octávio Ianni e Francisco de Oliveira, Frigotto chama a atenção para o aspecto contraditório das cotas que, ao mesmo tempo em que atuam positivamente na defesa e na garantia de um direito, podem desviar a atenção das “determinações sociais que a produziram e demandaram” (IANNI²⁰ *apud* FRIGOTTO, 2011, p. 13).

[...] no caso das cotas, combinar critérios de classe ou de origem social com questão racial mostra-se o critério mais adequado. Tanto num caso, quanto no outro, as cotas explicitam o avanço político de uma sociedade que admite uma estrutura econômica que produz e reproduz a desigualdade de classes e a desigualdade racial. Um avanço importante, mas que se não remover as determinações estruturais que produzem a desigualdade social que atinge especialmente, mas não só, a grupos sociais específicos como os negros e os indígenas. Sem estas mudanças, aquilo que se constitui uma política importante provisória, se naturaliza servindo-se a manipulações de toda ordem. Esta natureza contraditória das políticas de cotas, ou mais amplamente, as políticas de discriminação afirmativa, e as possibilidades das manipulações políticas, cabe à universidade expô-la sem subterfúgios à sociedade (FRIGOTTO, 2011, p. 24).

²⁰ Constam nas referências bibliográficas de Frigotto as seguintes obras de Octávio Ianni: *As metamorfoses dos escravo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962; *Escravidão e racismo*, 1988. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1988; *Raças e classes no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1972.

O Sistema de Seleção Unificada – Sisu é um sistema informatizado utilizado pelo Governo Federal para distribuir vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior a estudantes que tenham concluído o ensino médio, em escolas públicas ou particulares, e participado do Enem, obtendo aproveitamento válido (nota acima de 450 pontos e desempenho não zerado na prova de Redação). A nota do Enem é o critério adotado para a ordem de classificação.

Mesmo sem participar de processo seletivo específico de determinada instituição, o estudante que opta por se inscrever no Sisu pode ter acesso a uma vaga na educação superior, aproveitando apenas a avaliação do Enem. A participação nesse processo de distribuição de vagas é voluntária e o interessado, ao se cadastrar, pode escolher até dois cursos em qualquer localidade do país.

Todas as instituições públicas federais de ensino superior participam do Sisu, sendo 59 universidades, 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e 2 centros federais de educação tecnológica. Com a lei de cotas, Lei nº 12.711, de 29 agosto de 2012, essas instituições têm até 2016 para adotarem a destinação de 50% de suas vagas para alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Como gozam de autonomia administrativa, podem conciliar o Sisu a outras ações afirmativas ao distribuir suas vagas e até mesmo ampliar o percentual de vagas destinadas ao Sisu, como fez a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG²¹. A instituição anunciou, em 18 de março de 2013, que não mais realizará o tradicional processo seletivo, optando por disponibilizar a totalidade de suas vagas para o Sisu, que passa a ser única forma de seleção de seus futuros alunos.

Essa forma de seleção tem oportunizado que alunos de escola pública conquistem oportunidades de educação superior. Isso é significativo principalmente nos cursos em que tradicionalmente esses alunos inexistem ou são exceção na turma, como medicina, engenharia civil e direito.

Apesar do avanço que essa política proporciona na distribuição de vagas no ensino público superior, as diferenças regionais de qualidade da educação básica favorecem os candidatos da região Sul e Sudeste em relação aos candidatos do Norte e Nordeste, que alcançam maior pontuação no Enem e, conseqüentemente, as vagas dos cursos elitizados (BRASIL, INEP, Relatório pedagógico, 2008)²².

²¹ Notícia publicada no site da Universidade Federal de Minas Gerais, em 20/03/2013. <https://www.ufmg.br/online/arquivos/027703.shtml>

²² Em 2008, a média alcançada nas provas objetivas pelos participantes do Enem, dos estados da região Norte, ficou entre 34,92 e 37,44 e, na região Nordeste, 34,76 a 40,04. Já na região Sul, a média ficou entre 43,50 e 45,06 e na região sudeste, entre 43,77 e 44,86.

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2008.pdf - Acesso

2.3. Considerações sobre as ações afirmativas na educação superior no Brasil

O histórico do acesso à educação superior no Brasil é mais um aspecto que caracteriza a desigualdade social do país, mas trata-se de um elemento também fundante dessa desigualdade. Isso posto, sem igualdade de oportunidades na educação não há justiça social e democracia que se concretizem.

As políticas afirmativas, que ampliam o acesso das camadas populares ao ensino superior, não foram bem recebidas pela classe média e alta, que sentiu seu status abalado pela desvalorização do diploma, o que lhe conferia um diferencial em relação à classe de baixa renda, garantindo oportunidades profissionais mais valorizadas no mercado. Antes detentora de acesso garantido ao ensino superior, fosse conquistando vagas nas IES públicas, fosse pagando mensalidades em IES privadas, mantendo-se nas profissões de melhor status, desfrutando de uma tradição econômica e social confortável, agora terão que enfrentar certa concorrência com profissionais advindos de outra classe social²³.

As ações afirmativas têm se mostrado um instrumento eficiente de integração dos mais pobres no ensino superior. Muitas famílias estão presenciando, com orgulho e esperança, depois de várias gerações, a formatura do primeiro parente a concluir um curso de nível superior.

No entanto, além dessa parcela de jovens que contando com cotas e bolsas conseguem ter acesso ao ensino superior e concluí-lo, há aqueles que necessitam de mais assistência para terem seus direitos assegurados, que trazem carências adquiridas ao longo de sua formação e cuja carência financeira é mais acentuada. Nesse contexto, as bolsas não suprem suas necessidades. E há, principalmente, as exclusões que interrompem a formação nos níveis anteriores.

Tanto a desigualdade socioeconômica, como discriminações raciais e étnicas contribuem para a exclusão no ensino superior, sendo as ações afirmativas insuficientes para a solução definitiva do problema. Para enfrentar o problema da exclusão com seriedade, a democratização do acesso ao ensino superior precisa ser aliada a uma política de formação universal com qualidade, desde os anos iniciais, aliada à garantia dos demais direitos fundamentais, como saúde, moradia, transporte, cultura, enfim, às condições que permitem às pessoas terem uma vida digna e desenvolverem plenamente seu potencial.

em: 12/05/2014.

²³ Ideias respaldadas nos comentários de Marilena Chauí, no debate realizado pelo Coletivo dos estudantes em defesa da Educação Pública, na Faculdade de Ciências Sociais da USP, em 28/09/2012, divulgado na internet, e na conferência Democracia e sociedade autoritária, realizada em Goiânia, em 13/03/2013.

Embora as ações afirmativas não sejam uma solução definitiva para a desigualdade quanto ao acesso ao ensino superior, apresentam uma contribuição positiva ao viabilizar o acesso de jovens que, sem essas políticas, estariam excluídos desse nível de ensino. Apesar da adoção dessas políticas por universidades federais, a procura por vagas nessas instituições é proporcionalmente menor por parte dos alunos de escola pública do que de escolas privadas. Isso ocorre, dentre outros motivos, porque muitos deles, que poderiam utilizar de ações afirmativas para ingressar e se manter no ensino público, ainda desconhecem tais políticas ou as conhecem parcialmente. Dessa forma, a política pública deixa de funcionar como fator de motivação para uso dos serviços públicos – no caso, vaga no ensino superior público –, direcionando os jovens de escola pública a instituições privadas, quando conseguem pagar com dificuldade ou conquistam bolsa, fazendo-os correr o risco, em algumas instituições, de ter seus objetivos de formação superior com qualidade frustrados.

CAPÍTULO III – AÇÕES AFIRMATIVAS DA UFG, INFORMAÇÃO E DECISÃO DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Este capítulo apresenta o resultado da pesquisa que realizamos acerca da comunicação da UFG via internet sobre suas políticas de ações afirmativas. Inicialmente, apresentamos o estudo de caso, no qual analisamos páginas do site institucional e realizamos a análise documental de textos oficiais. Em seguida, relatamos a pesquisa de opinião sobre informações acerca do ensino superior, de ações afirmativas e do acesso à UFG, realizada no Colégio Estadual A²⁴, em Goiânia e, finalmente, apresentamos o cruzamentos dos dados analisados e os resultados encontrados.

3.1. Metodologia

Para analisar se a comunicação da UFG, via internet, sobre o Programa UFG Inclui – de apoio ao acesso e à permanência na instituição – possui características da comunicação pública, realizamos um estudo de caso, no qual analisamos o site da UFG, realizamos análise documental de textos oficiais da instituição e uma pesquisa de opinião com alunos do terceiro ano de ensino médio, de uma escola pública de Goiânia: o Colégio Estadual A.

Optamos por analisar a comunicação sobre o Programa UFG Inclui porque possui destacada relevância social. O programa em questão objetiva incluir no ensino superior alunos de grupos que estão em desvantagem social quanto ao acesso a esse direito. Constituem esses grupos os jovens de famílias de baixa renda, negros, indígenas, quilombolas e portadores de necessidades especiais, os quais têm acesso a escolas públicas, de menor qualidade que as escolas privadas nos níveis fundamental e médio, e, por isso, ficam em desvantagem na concorrência por vagas no ensino superior, principalmente nas instituições públicas, que são referência nesse nível de ensino. O objetivo do UFG Inclui é apoiar o acesso e a permanência na instituição de alunos pertencentes aos grupos citados, desde que atendam ao critério de ter estudado em escola pública os dois últimos anos do ensino fundamental e todo o ensino médio.

A opção por analisar as ações de comunicação via Internet, relativas ao Programa UFG Inclui, justifica-se porque a faixa etária de referência dos alunos de ensino médio é aquela que utiliza este meio como principal fonte de comunicação e informação e, também, por reconhecer o potencial da Internet para a democratização da informação. No âmbito da

²⁴ Reiteramos que optamos por preservar a identidade do colégio participante da pesquisa.

comunicação, destacamos para a análise a informação, pela relevância desse elemento na comunicação, conforme argumenta José Marques de Melo:

Ora, é certo que a comunicação constitui um processo de que a informação é um dos elementos; mas o elemento fundamental. A informação é o objeto da comunicação. É o conteúdo a ser comunicado. Duas pessoas, quando se comunicam, não o fazem por fazer; têm um objetivo: o de realizar intercâmbio de informações. Daí vemos que a comunicação pressupõe a informação. Ou melhor, sem informação não há comunicação” (MARQUES DE MELO, 1998, p. 61).

Dentre as ferramentas de Internet, a opção recaiu sobre o site institucional, uma vez que, no período pesquisado, a UFG não comunicou-se sobre suas ações afirmativas por meio do *facebook* e do *twitter* oficiais da instituição, o que detectamos na análise preliminar de dados. Dessa forma, ao longo do trabalho, a comunicação da UFG por meio do site da instituição, sobre o Programa UFG Incluir, e a comunicação da UFG via Internet, sobre o Programa UFG Incluir, podem ser entendidos com o mesmo significado.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico e com a definição dos principais conceitos que orientam a discussão teórica. A orientação epistêmica caracteriza-se pela Teoria Crítica, por nos identificarmos com “uma postura ideologicamente comprometida com o objeto” e compartilharmos da ideia de “progresso a partir da conscientização e da emancipação”, conforme descrito por Epstein (2012, p. 24).

O estudo de caso foi desenvolvido na perspectiva apontada por Duarte, que o compreende como “uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo” (2009, p. 216). A autora considera que o estudo de caso é “uma boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante nas técnicas de pesquisa ao integrar o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações” (2009, p. 215), como documentos, entrevistas e observações. Além disso, ela destaca que o pesquisador deve ter em mente que “no estudo de caso o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo” (CASTRO *apud* DUARTE, 2012, p. 219).

O estudo de caso em questão seguiu as orientações de Ludke e André (1978), que apontam três etapas: “(1) a primeira aberta ou exploratória, quando se deve especificar as questões ou pontos críticos, estabelecer os contatos iniciais para iniciar o trabalho de campo, localizar informantes e as fontes de dados para o estudo; (2) a coleta de dados, com base nas características próprias do objeto estudado; (3) a análise e a interpretação sistemática dos dados e a elaboração do relatório” (*apud* DUARTE, 2009, p. 225).

Na *primeira etapa*, de caráter exploratório, identificamos como ponto crítico a participação significativamente menor de alunos de escola pública no processo seletivo da UFG. No Processo Seletivo de 2012-1, por exemplo, embora a UFG já desenvolvesse, desde 2009, o Programa UFG Inclui – com ações que apoiam o acesso e a permanência na instituição de alunos de baixa renda provenientes de escola pública –, dos 34.073 candidatos, participaram apenas 26,4% candidatos oriundos de escola pública, conforme aponta o Relatório do Processo Seletivo 2012-1, da Universidade Federal de Goiás.

A partir desses dados, levantamos a hipótese de que o desconhecimento das políticas de acesso e permanência na instituição pode ser um dos fatores que influencia o desinteresse de candidatos de baixa renda e de escola pública em participar do processo seletivo da UFG, indicando a necessidade de analisar a forma como a UFG divulga informações sobre essas políticas.

Nessa etapa, ainda estabelecemos contato com assessores ou dirigentes dos órgãos relacionados às políticas de acesso e permanência de alunos na instituição para esclarecimentos preliminares sobre as informações encontradas no site e nos materiais impressos mencionados.

Também entramos em contato com a Secretaria de Estado da Educação e solicitamos informações quantitativas sobre o ensino médio, em Goiânia, cidade onde há maior disponibilidade de vagas na UFG. Obtivemos informação de que, em 2010, 9.618 alunos concluíram o ensino médio (Secretaria de Estado da Educação, Núcleo de Tecnologia Educacional) e que o município contava com 73 colégios que ofereciam esse nível de ensino (Secretaria de Estado da Educação, Subsecretaria Regional de Goiânia, Relação de Escolas, Unidades Jurisdicionadas à Subsecretaria Metropolitana de Educação).

Na *segunda etapa* do estudo de caso, realizamos a coleta dos dados, utilizando como técnicas a análise documental e a pesquisa de opinião.

A análise documental refere-se “à identificação, à verificação e à apreciação de documentos para determinado fim”. Como técnica “é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário” (MOREIRA, 2009, p. 271).

Em nosso estudo, as fontes primárias de dados, que de acordo com Moreira (2012) se referem aos documentos oficiais, textos legais e aos documentos internos de empresas e de instituições, foram constituídas por cópia de páginas da UFG na Internet e de documentos da UFG. Na Internet, selecionamos páginas do site do Centro de Seleção, da Pró-Reitoria de Graduação, da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária. Quanto a documentos impressos, selecionamos o Estatuto e Regimento da UFG, estatísticas de Processos Seletivos,

resolução de criação do Programa UFG Inlui, Manual do Candidato ao Processo Seletivo e material de apresentação de seminários de avaliação do UFG Inlui.

Foram observados, ao longo do ano de 2013, os dados do site: antes do processo seletivo; durante o período de inscrição ao Processo Seletivo – quando as informações ali disponibilizadas poderiam contribuir para a decisão dos alunos do terceiro ano de ensino médio que concorreriam à vaga na UFG para o primeiro semestre do ano letivo seguinte, 2014 – e, também, após a realização das provas.

Como fonte secundária, que constitui “dados ou informações já reunidos ou organizados” (MOREIRA, 2012, p. 272), utilizamos relatórios do Centro de Seleção/UFG sobre processos seletivos já realizados.

Além das fontes citadas, obtivemos dados por meio de pesquisa de opinião, realizada conforme as orientações de Ana Lúcia Romero Novelli (2012). A primeira fase de realização da pesquisa de opinião se efetiva no planejamento das etapas da pesquisa, importante para “assegurar níveis de consistência interna ao processo, a fim de possibilitar o alcance dos objetivos pretendidos e evitar incoerências que possam comprometer o resultado” (NOVELLI, 2012, p. 165).

Na fase seguinte, de definição dos procedimentos de coleta, cronograma e orçamento, decidimos apresentar um questionário a alunos de ensino médio de escola pública, na própria escola, em horário de aula, em data posterior à realização das inscrições ao processo seletivo da UFG.

De acordo com os pontos de interesse da pesquisa, definimos as seguintes categorias para o questionário: interesse em cursar o ensino superior e concorrer à vaga para o início de 2014; instituições de preferência e motivos; fontes consultadas sobre acesso ao ensino superior; acesso à Internet em busca de informações sobre o ensino superior; acesso ao site da UFG; contato com UFG em busca de informações; conhecimento e interesse sobre ações e políticas da UFG; importância da informação; situação socioeconômica.

A elaboração do instrumento de pesquisa, que consta no anexo 2, acompanhou a ordem de encadeamento do assunto, a partir das categorias citadas. Foram elaboradas questões fechadas e abertas. As questões fechadas foram escolhidas quando o espectro de respostas era limitado e previsível (como sim ou não) e, em algumas dessas questões, foi propiciado ao entrevistado a condição de apontar uma opção de resposta não prevista, incluindo a “alternativa ‘outros’ seguida de um campo para anotação da resposta indicada”, conforme orienta Novelli (2012, p. 173). As questões abertas foram utilizadas com o intuito de aprofundar a compreensão, principalmente, quanto às respostas às questões fechadas.

Para a mensuração das respostas utilizamos a escala nominal e a escala de Likert. Na escala nominal “as respostas apresentadas para a questão são independentes e não guardam nenhuma relação ou classificação entre si. São opções diferentes que não trazem componentes de subordinação ou hierarquização”. A escala de Likert foi utilizada “para avaliar o grau de concordância com determinada afirmação” (NOVELLI, 2012, p. 174-175).

Para avaliar o instrumento de pesquisa, com vistas a aprimorá-lo, foi realizado um pré-teste do questionário com 18 alunos do terceiro ano do ensino médio, sendo 12 do matutino e 6 do noturno, do Colégio Estadual X²⁵, na periferia de Goiânia. Com o teste, identificamos a necessidade de reformular questões para ampliar opções de respostas, excluir questões desnecessárias para o objetivo da pesquisa e inserir outras para ampliar a compreensão sobre aspectos relevantes para a pesquisa.

A definição da amostragem para a entrevista seguiu as observações de Duarte, caracterizando-se como não probabilística, uma vez que “sua definição depende do julgamento do pesquisador, e não do sorteio a partir do universo”. Também foi considerada a disponibilidade dos alunos para colaborar com a pesquisa, assim como a significação e a capacidade de dar “informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa” (2012, p. 68-69).

O colégio selecionado para o estudo de caso é o Colégio Estadual A, localizado na periferia de Goiânia, o qual possui o perfil em conformidade com o interesse da pesquisa: faz parte da rede pública de ensino, localiza-se na periferia e apresenta baixa participação de seus alunos no Processo Seletivo da UFG, conforme relato da coordenação pedagógica da escola, que constatou, de forma não sistematizada, que somente uma pequena parcela de seus alunos participou do certame em anos anteriores.

O questionário (Anexo 2) foi apresentado aos participantes da pesquisa contendo, na primeira página, um termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 1), que foi assinado pela pesquisadora e por cada entrevistado, em duas vias, destinando-se uma via ao entrevistado e outra à pesquisadora.

3.2. Comunicação e ações afirmativas da UFG: site e documentos oficiais

A Universidade Federal de Goiás é a instituição de ensino superior de maior referência em Goiás. Foi criada em 1960 e, de acordo com seu estatuto, sua finalidade é “transmitir, sistematizar e produzir conhecimentos, ampliando e aprofundando a formação humana,

²⁵ Optamos por preservar a identidade do colégio participante da pesquisa.

profissional, crítica e reflexiva”, de forma “comprometida com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável” (UFG, Estatuto, 2002).

Para cumprir sua destinação, a instituição elegeu como um de seus princípios a “defesa da democratização da educação – no que concerne à qualidade, à gestão, à igualdade de oportunidade de acesso e condição para a permanência – e com a socialização de seus benefícios” (UFG, Estatuto, 2002). De forma coerente com este princípio e com seus compromissos, em 2008, acompanhando a tendência de outras universidades, o Conselho Universitário da instituição aprovou o Programa UFG Incluir.

O Programa UFG Incluir é uma política de inclusão social e, nesse sentido, visa combater desigualdades sociais que têm provocado a exclusão de cidadãos quanto ao acesso a seus direitos de cidadania. A educação superior é um desses direitos que tem sido negados à maior parte da população, impedindo a mobilidade social e perpetuando a desigualdade.

Para que ocorra a inclusão, são necessárias ações que viabilizem tanto o acesso às vagas, quanto condições para que os alunos de escola pública permaneçam na instituição ao longo do curso, até a conclusão. Visando atender tal necessidade, o Programa UFG Incluir desenvolve ações antes do ingresso desses alunos na instituição e após o ingresso.

As ações anteriores ao ingresso objetivam incentivar a participação no processo seletivo da instituição e, até 2013, eram as seguintes: ampliação do número de isenções de taxas do Processo Seletivo, a fim de estimular a participação de estudantes de escolas públicas; reformulação dos programas das provas do Processo Seletivo da UFG mediante uma interlocução efetiva com o ensino médio, especialmente com as escolas públicas; ampliação das ações voltadas para a formação de professores e para a melhoria do ensino público; criação de curso livre preparatório ao Processo Seletivo da UFG, voltado para o atendimento de estudantes procedentes de escolas públicas; ampliação da divulgação das ações de inclusão social da UFG (Resolução Consuni, nº 29/2008).

Como a representatividade de alunos de escola pública é desigual entre os cursos da UFG, sendo maior nos cursos de menor demanda, como os cursos de licenciatura, e menor nos cursos de maior demanda, como medicina, direito, engenharia, foram instituídas as cotas para alunos de escola pública e para negros de escola pública, além da reserva de vagas para quilombolas e indígenas, de forma a ampliar as chances de ingresso de representantes desses grupos em todos os cursos da instituição. Entre 2008 e 2013, a cota estabelecida pela UFG foi de 20% e, a partir de 2014, passou a ser de 50%, seguindo a determinação da Lei Federal 12.711/2012, que determina que este percentual de vagas “deverá ser reservado aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita”.

As ações destinadas a atender os alunos após o ingresso na instituição, com vistas a auxiliá-los em suas dificuldades ao longo da graduação para evitar que abandonem o curso, são denominadas como ações de permanência. No Programa UFG Incluir, tais ações são desenvolvidas de forma articulada com ações anteriores ao projeto, já consolidadas na UFG, e que precisam ser ampliadas para atender a demanda crescente de alunos oriundos de escola pública e de baixa renda.

Atualmente, as ações de permanência que a UFG desenvolve são: programa de bolsas de alimentação, programa de bolsas de monitoria, programa institucional de iniciação científica, programa de bolsas de licenciatura, programa de bolsas de extensão e cultura, programa de bolsa permanência, programa de bolsa de estágio, creche, moradia estudantil, serviço odontológico, Programa Saudavelmente de assistência e prevenção à saúde mental, restaurante universitário, programa de concessão de passagens para participação em atividades científicas, políticas e culturais em âmbito nacional. Estas ações estão previstas e descritas na Resolução Consuni/UFG, nº 29, de 1º de agosto de 2008.

Apesar dessas ações que apoiam o acesso e a permanência, o número de alunos de escolas públicas que concorrem uma vaga na UFG é sempre menor do que de alunos de escolas da rede privada. No ensino médio, ao contrário, a quantidade de alunos matriculados em escolas públicas é muito superior. As tabelas abaixo apresentam esses dados.

Participação no Processo Seletivo da UFG, por opção										
Opção	PS 2009-1		PS 2010-1		PS 2011-1		PS 2012-1		PS 2013-1	
	Universal	31493	79,8%	30579	79,0%	34795	78,70%	24992	73,3%	22845
Escola pública	6831	17,3%	7470	20,0%	8094	18,40%	7680	22,5%	-	-
Escola pública e negro	1076	2,7%	992	1,0%	1277	2,90%	1328	3,9%	-	-
Indígena	26	0,1%	18	0,0%	22	0	15	0,0%	10	0,0%
Negro quilombola	27	0,1%	29	0,0%	33	0	28	0,1%	39	0,1%
Surdo	-		-		-		30	0,1%	31	0,1%
Escola pública - PPI - Renda Inferior	-		-		-		-		2338	7,4%
Escola pública - PPI - Renda Superior	-		-		-		-		1534	4,8%
Escola pública - demais candidatos - Renda Inferior	-		-		-		-		2548	8,0%
Escola pública - demais candidatos - Renda Superior	-		-		-		-		2319	7,3%
Total de inscritos	39453	100%	39088	100%	44221	100%	34073		31664	100%

Fonte: Elaboração própria.

* Dados obtidos nas Estatísticas dos Processos Seletivos, do Centro de Seleção da UFG.

** Os dados do Processo Seletivo de 2014-1 não foram fornecidos.

*** PPI - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas.

Distribuição percentual de alunos - Brasil				
	Ensino Médio		Ensino Superior	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
2011	87,2	12,8	26,8	73,2
2012	87,0	13,00	25,2	74,8
2013	87,2	12,8	24,2	75,8

Fonte: Elaboração própria.

* Dados do IBGE, da Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio, constantes no documento Síntese de Indicadores Sociais 2011, 2012 e 2013.

Um dos fatores que pode estar contribuindo para a baixa procura de alunos de escolas públicas por vagas na UFG é a desinformação sobre as políticas de acesso e permanência que a instituição desenvolve. Sobre esse assunto, a professora Sandramara Matias Chaves, que esteve à frente do Programa UFG Inclui entre 2008 e 2013, diz que acredita “que boa parte dos estudantes da rede pública de ensino, em Goiás, ainda desconheça as propostas de inclusão da UFG. Talvez por isso, pondera, eles não se sintam estimulados a tentar uma vaga na universidade” (Jornal O Popular, 15/11/2010).

Analisando o site da UFG, observamos a dificuldade de localizar informações sobre o Programa UFG Inclui e as ações que são pertinentes a ele. Esta parte da análise concentrou-se nas páginas dos órgãos diretamente relacionados ao Projeto, que são o Centro de Seleção, a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e a Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom).

O Centro de Seleção é o órgão da UFG responsável por realizar o processo seletivo para os cursos que a instituição oferece e está associado ao Programa UFG Inclui nas ações de acesso, realizando o processo de isenção de taxa de participação no processo seletivo e, ao longo do processo seletivo, efetuando a distribuição das vagas por cotas.

A página do Centro de Seleção é a página mais acessada pelos candidatos à vaga na UFG, que são, principalmente, os alunos que estão concluindo o ensino médio. Eles acessam, principalmente, a página da guia “Vestibular”. No entanto, nas páginas não constam informações diretas sobre o Programa UFG Inclui, conforme podemos constatar nas figuras 1, 2 e 3. É possível localizá-las apenas no conteúdo interno da publicação “Manual do candidato”, o que dificulta o acesso à informação.



Figura 1 - Página inicial do Centro de Seleção, 1ª parte 1 (Print screen em 17/12/2013).



Figura 2 - Página do Centro de Seleção, Guia Vestibular, 1ª parte (Print screen em 17/12/2013).



Figura 3 - Página do Centro de Seleção, Guia Vestibular, 2ª parte (*Print screen* em 17/12/2013).

Outras referências sobre o Programa UFG Incluir são encontradas nas páginas da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom).

A Prograd faz parte da administração central da UFG e é responsável por coordenar as atividades de ensino dos cursos de graduação e as ações que contribuam para garantir o ensino, dentre elas, o desenvolvimento do UFG Incluir. Na página deste órgão encontram-se o regimento e as normas da instituição, editais e informações relacionadas a oportunidades que a instituição oferece (como estágio e bolsas) aos alunos dos cursos de graduação.

Na menu direito da página da Prograd há a guia UFG Incluir (figura 4), no entanto, sem destaque, o que consideramos incoerente em relação à relevância do programa para os atuais e futuros alunos, principalmente os oriundos de escola pública.



Figura 4 - Página inicial da Prograd (Print screen em 17/12/2013).

A guia UFG Incluir leva a uma página (figuras 5 e 6) em que constam apresentações preparadas para seminários de avaliação do Programa e, rolando a página, visualiza-se um banner de apresentação. Embora este contenha informações positivas sobre o Programa, que podem incentivar alunos de escola pública a participar do processo seletivo da instituição, tais informações estão divididas em vários arquivos, com denominações que não indicam o conteúdo (Luciana, Sandramara, Eliana Melo entre outros), e nos quais constam principalmente gráficos que exigem esforço de interpretação, dificultando a compreensão.

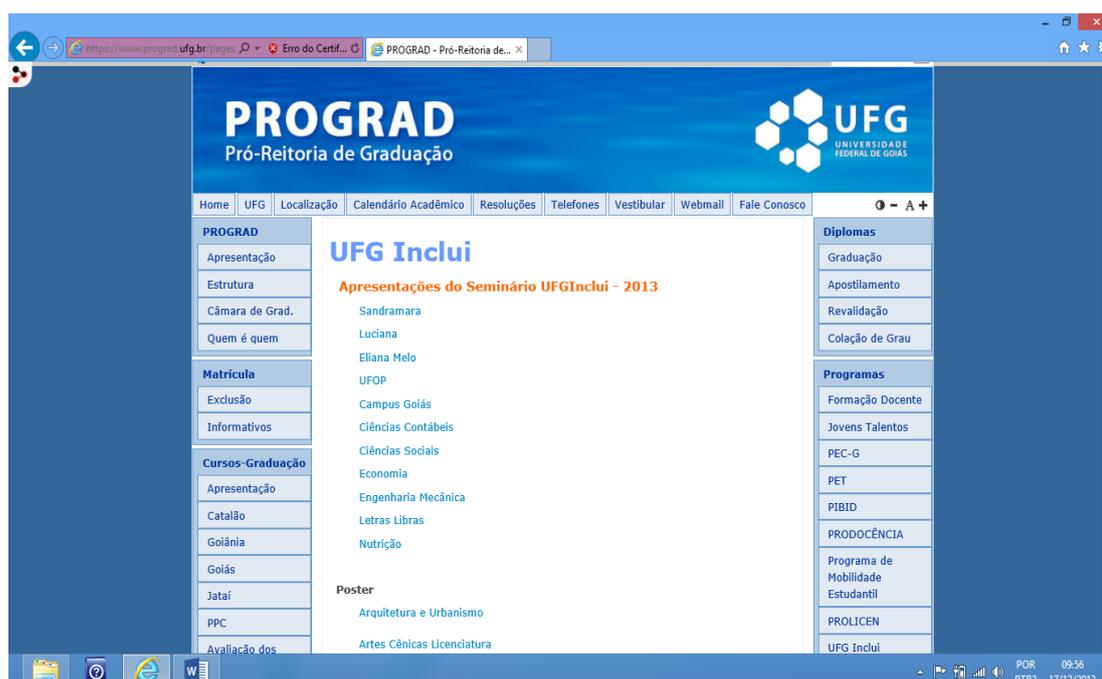


Figura 5 - Página da Prograd, Guia UFG Incluir, 1ª parte (Print screen em 17/12/2013).

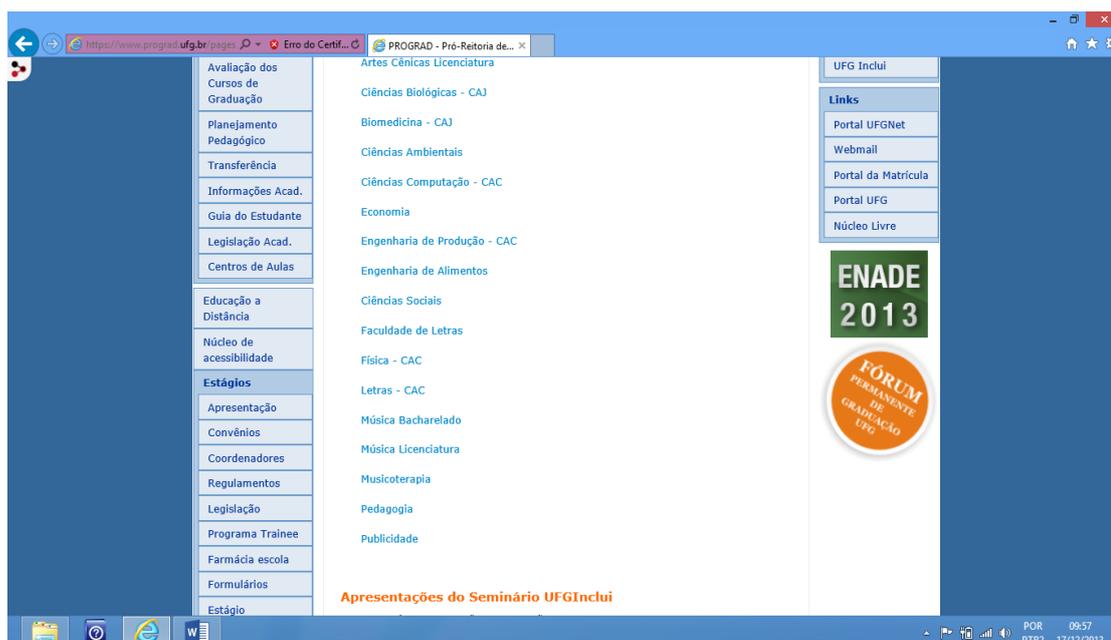


Figura 6 - Página da Prograd, Guia UFG Inclui, 2ª parte (Print screen em 17/12/2013).



Figura 7 - Página da Prograd, Guia UFG Inclui, 3ª parte (Print screen em 17/12/2013).

Na apresentação Análise do desempenho geral dos estudantes do UFG Inclui, exibida no Seminário de Avaliação do Programa UFG Inclui 2011, constam dados de relatórios de processos seletivos anteriores e gráficos de desempenho geral no Processo Seletivo, por área de conhecimento, no qual é possível perceber que a média de alunos de escola pública e de

escola particular não é tão discrepante. Em 2010, por exemplo, a média de nota global, na área de ciências agrárias, de alunos da rede pública foi de 5,91 e da rede particular, 5,42²⁶.

Em outra apresentação, preparada pela professora Sandramara Chaves, consta uma avaliação positiva sobre o desempenho dos alunos que ingressaram na UFG, no período de 2010-2012, por meio do UFG Incluir. A partir dos dados apresentados, ela conclui que “a diferença no desempenho acadêmico médio dos alunos cotistas (na categoria “Escola pública”) e os alunos que não são cotistas é muito pequena”²⁷. A análise poderia contribuir para elevar a autoestima dos alunos atendidos pelo Programa, desfazer o preconceito sobre a capacidade deles de acompanhar os cursos e servir de estímulo e motivação para alunos de escola públicas buscarem vaga na instituição, mas, considerando a dificuldade em localizá-la, ela pode estar inacessível.

É importante reconhecer que os dados foram preparados com a finalidade de serem complementados verbalmente durante apresentação em seminário. Ressaltamos, no entanto, que trata-se de uma informação relevante a ser socializada, que poderia ter sido elaborada em linguagem apropriada e divulgada de forma mais eficiente.



Figura 8 - Página inicial da Procom, 1ª parte (Print screen em 17/12/2013).

Já na página da Procom, como pode ser visto na figura 8, embora não haja referência específica ao Programa UFG Incluir, constam informações sobre serviços de assistência e

²⁶ Disponível em:

<http://www.prograd.ufg.br/uploads/90/original_Analise_do_desempenho_geral_dos_estudantes_do_UFGIncluir_na_UFG_Profa_Sandramara_Matias_Chaves.pdf> Acesso em: 17/12/2013.

²⁷ Disponível em: http://www.prograd.ufg.br/uploads/90/original_Seminario_UFGIncluir_Sandramara.pdf Acesso em: 17/12/2013.

benefícios que apoiam a permanência de alunos na instituição. Os alunos da UFG podem localizar essas informações com maior facilidade que os alunos de ensino médio de escola pública, que desconhecem a estrutura de órgãos da UFG e suas políticas, tornando-se difícil localizar, no site da instituição, serviços de assistência com os quais futuramente poderiam contar.

A ausência ou a dificuldade de acesso à informação, como ocorre no site da UFG, compromete a cidadania porque limita a participação social e prejudica, principalmente, os que encontram-se em desvantagem na distribuição dos bens sociais, uma vez que, como argumenta Duarte:

Num país em que a desigualdade social é enorme, a oportunidade de um cidadão comum conhecer as possibilidades de participação, instrumentos de acesso, seus direitos à informação, a expressar sua opinião ou a um atendimento digno tende a ser equivalente às sua posição na estrutura social” (DUARTE, 2009, p. 67).

Apesar das tecnologias de comunicação e de informação da atualidade, a exemplo da Internet, que ampliam o potencial de comunicação entre as instituições e seus públicos, ainda persiste, por parte das instituições, conforme ratifica Duarte, “[...] a dificuldade em ajudar o interessado a descobrir que ela [a informação] existe, onde está, como acessá-la e como utilizá-la para aumentar seu conhecimento e capacidade de agir” (DUARTE, 2009, p. 67).

3.3. Ensino superior, acesso à UFG e ações afirmativas na opinião de alunos de uma escola pública

A pesquisa de opinião foi realizada no dia 12 de novembro de 2013, com os alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual A, localizado na periferia de Goiânia. Naquele ano, a escola ofereceu para pesquisa somente os alunos do período matutino e contava com aproximadamente 90 alunos matriculados²⁸. Responderam ao questionário 63 deles, que assistiram à aula na data da pesquisa. Os anexos 3 e 4 apresentam os dados obtidos com a aplicação do questionário, organizados em tabelas e gráficos.

A análise dos dados que apresentamos a seguir segue a ordem de apresentação do questionário, estruturado nas seguintes partes: 1) interesse em cursar o ensino superior e concorrer à vaga para o início de 2014; 2) instituições de preferência e motivos; 3) fontes consultadas sobre acesso ao ensino superior; 4) acesso à Internet em busca de informações

²⁸ A coordenadora não soube precisar, com exatidão, a quantidade de alunos matriculados.

sobre o ensino superior; 5) acesso ao site da UFG; 6) contato com a UFG em busca de informações; 7) conhecimento e interesse sobre ações e políticas da UFG; 8) importância da informação; 9) situação socioeconômica.

1 - Interesse em cursar o ensino superior e concorrer à vaga para o início de 2014

As questões de 1 a 4 analisaram o interesse dos participantes em cursar o ensino superior e se pretendiam iniciar o curso no ano seguinte à conclusão do ensino médio.

A preocupação em analisar o interesse dos participantes da pesquisa em ingressar no ensino superior no ano seguinte à conclusão do ensino médio é decorrente dos dados do Relatório do questionário socioeconômico 2011-1 (Universidade Federal de Goiás, Centro de Seleção), respondido no ato da inscrição ao processo seletivo, o qual aponta que apenas 1.543 (4,5%) candidatos, dos 34.081 inscritos, concluíram o ensino médio em 2010.

Dentre os 63 alunos pesquisados, 62 (98%) pretendem cursar o ensino superior e um não tem interesse (questão 1), por não se considerar preparado (questão 1.a). Dentre os alunos interessados, 48 (76%) pretendiam concorrer à vaga para iniciar os estudos em 2014 (questão 2) e 14 alunos (22%) responderam que prestariam o vestibular para ingressar no ensino superior nos anos subsequentes.

Dentre os 14 alunos que não pretendem prestar vestibular para ingressar no ensino superior em 2014 (questão 2), 7 deles relacionaram a não participação ao despreparo para concorrer à vaga (questão 2.a) e, entre esses, 6 responderam que pretendem preparar-se melhor. Uma das participantes justificou: “*Não me sinto preparada de acordo com o ensino que recebo e não tenho receio em esperar um pouco e me preparar melhor para ter uma boa colocação*” (participante 60). Dentre os outros 7 participantes que não concorreram à vaga para iniciar o ensino superior em 2014: 3 perderam o período de inscrição na instituição de interesse, 2 responderam não ter interesse em cursar o ensino superior, 1 estava de dependência e 1 não respondeu.

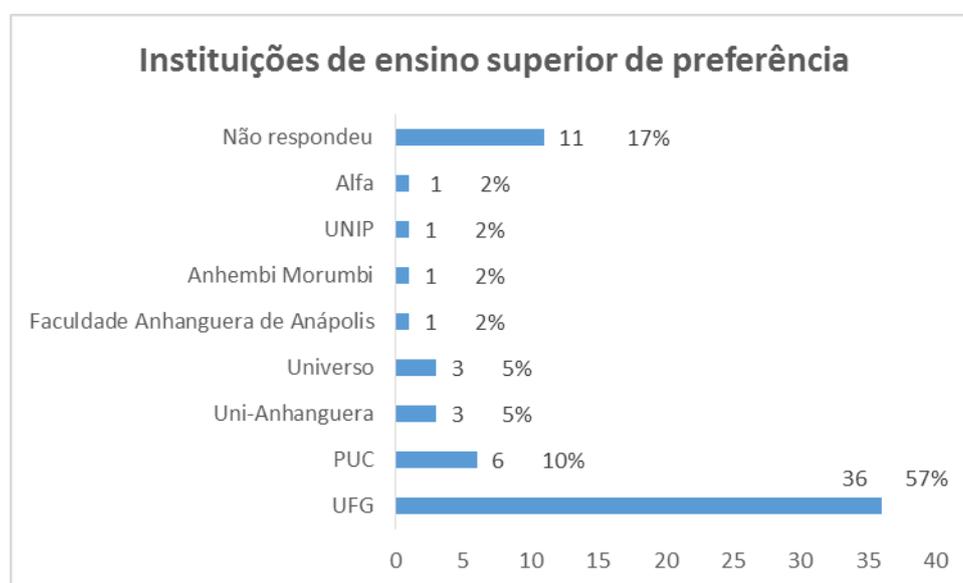
Como o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem também é uma porta de entrada para a UFG, analisamos a participação no exame em 2013 e os motivos. Dentre os participantes, 52 (83%) responderam no questionário que participariam do Enem (questão 3) e 46 (73%) disseram que o principal motivo de participação é a possibilidade de usar a nota do exame para concorrer à vaga no ensino superior (questão 4).

2 - Instituições de preferência e motivos

As questões de 5 a 7 analisaram se a UFG, que é pública e referência em ensino superior em Goiás, está entre as instituições de interesse dos participantes da pesquisa, se é a instituição de preferência e quais motivos fundamentam o interesse por ela e/ou por outras instituições.

Na questão 5 foram indicadas as instituições nas quais os participantes pretendiam concorrer à vaga para o ensino superior; na questão 6 apresentaram os motivos relacionados às opções citadas na questão anterior e, na questão 7, indicaram a instituição de preferência. Nas questões 5 e 6 os participantes indicaram mais de uma opção e tiveram oportunidade de acrescentar instituições não previstas no questionário.

A UFG foi a instituição mais citada na questão 5 e apontada como a preferida por 36 (57%) dos alunos pesquisados (questão 7). Na questão 6, dentre as características citadas como motivo para preferir a UFG, destacaram-se duas: a imagem da instituição como referência em qualidade no ensino superior, apontada na resposta de 29 alunos (46%); e a gratuidade, mencionada por 14 alunos (22%). Ao explicar o motivo pelo qual prefere a UFG, o participante 19 respondeu: “*Devido à isenção do pagamento eu optei pela UFG e pelo reconhecimento e prestígio*”.

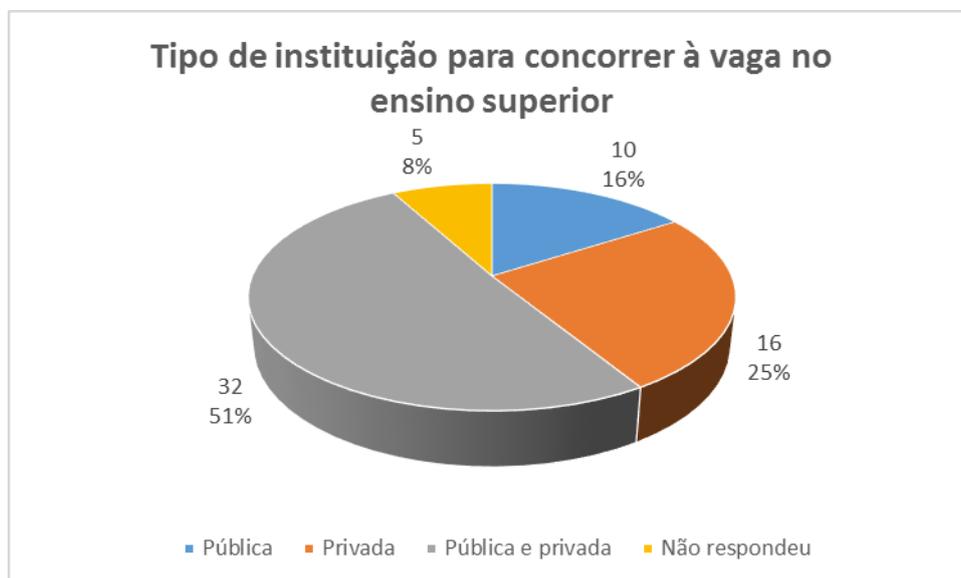


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 7.

Gráfico 1: Instituições de ensino superior de preferência.

Questionados sobre em que instituições pretendem concorrer à vaga para o ensino superior (questão 5), 32 (51%) responderam que tentariam vaga em instituições públicas e

privadas e 10 (16%) tentariam vaga somente em instituição pública. Estes dados foram obtidos a partir da classificação das instituições citadas pelos participantes da pesquisa em pública ou privada.



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 5.

Gráfico 2: Tipo de instituição para concorrer à vaga no ensino superior

Ao buscar os dados sobre *Instituições de preferência e motivos*, tivemos a expectativa de analisar se a adoção das políticas de ações afirmativas, em vigor na UFG há quatro anos no período da pesquisa, estava contribuindo para alterar a constatação de pesquisadores da área do ensino superior de que a maior parcela de alunos de ensino médio de escola pública opta por cursar o ensino superior em instituições particulares. Luiz Antônio Cunha, por exemplo, relata que “os estudantes que não tiveram acesso a um curso médio de boa qualidade tendem a ingressar nos cursos superiores de baixa qualidade”, sendo que, “de um modo geral, as universidades públicas [é] que oferecem ensino de melhor qualidade” (CUNHA, 2000, p. 200). Nas instituições privadas, os processos seletivos são menos exigentes, a concorrência é menor e as chances de obter vaga no ensino superior são maiores.

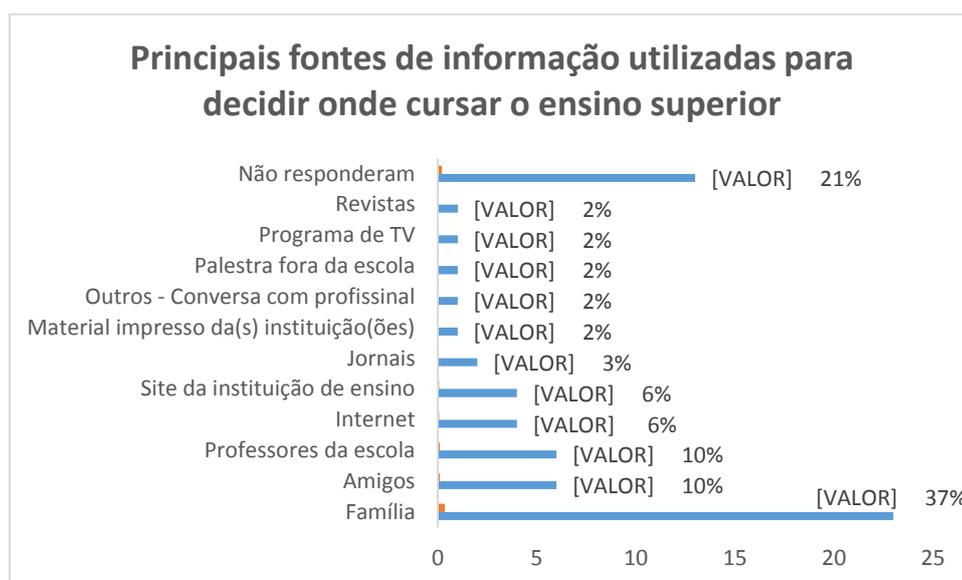
Os dados obtidos permitem observar que a UFG é a instituição preferida pelos participantes para cursar o ensino superior. No entanto, apesar da isenção no pagamento da taxa de inscrição para o processo seletivo e de outras ações afirmativas da UFG, e de 43 (68%) dos participantes terem respondido que participariam do processo seletivo da instituição, apenas 2 (3%) efetivamente concorreram à vaga para 2014 por meio do processo seletivo, conforme informaram pessoalmente, no momento de aplicação do questionário na escola.

Dentre os participantes da pesquisa, um foi aprovado na UFG e 7 (8%) em instituições particulares²⁹.

3 - Fontes consultadas sobre acesso ao ensino superior

As questões 8 e 9 foram elaboradas com o intuito de analisar as fontes de informação que os estudantes utilizaram para decidir em qual instituição cursar o ensino superior e se os participantes da pesquisa tiveram acesso a materiais informativos da UFG e de outras instituições.

As fontes consultadas para decisão sobre o acesso ao ensino superior foram variadas, sendo que as mais citadas foram: família, amigos e professores da escola (questão 8). Dentre estas, a fonte considerada como a mais importante para a decisão sobre onde cursar o ensino superior foi a família (questão 9), apontada por 23 (37%) dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 9.

Gráfico 3: Principais fontes de informação utilizadas para decidir onde cursar o ensino superior.

A indicação da família como principal fonte de informação pode estar relacionada à efetiva participação na decisão sobre o curso escolhido e em qual instituição estudar, e não necessariamente como fonte de informação, uma vez que 45 (72%) declararam ter utilizado a Internet em busca de informações para se decidir sobre onde cursar o ensino superior (questão 11).

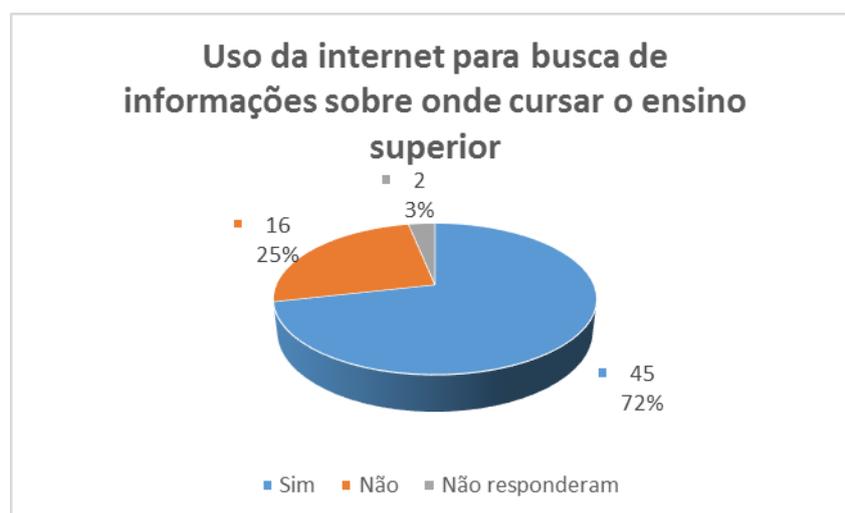
²⁹ Relação de alunos aprovados no vestibular em janeiro de 2014, do Colégio Estadual A – Goiânia/GO.

Os dados também demonstraram que os participantes tiveram pouco acesso a materiais informativos produzidos pelas instituições de ensino superior ou pela mídia e mais acesso a fontes de informação verbais (professores da escola, amigos e família).

O acesso a informações diretamente com as instituições de ensino foi restrito, sendo realizado por parte de apenas de 5 (8%) participantes, sendo que um obteve informação por intermédio de material impresso da instituição e 4, do site da instituição de ensino.

4 - Acesso à Internet em busca de informações sobre o ensino superior

As questões 10 e 11 buscaram identificar se os jovens participantes da pesquisa têm acesso à Internet, a frequência desse acesso e se utilizaram esse meio para obter informações que os auxiliassem a se decidir sobre onde cursar o ensino superior.



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 11.

Gráfico 4: Uso da Internet para busca de informações sobre onde cursar o ensino superior.

O acesso à Internet é diário para 56 (89%) dos participantes da pesquisa (questão 10) e a maior parte, 45 (72%) deles, buscou ali informações sobre onde cursar o ensino superior (questão 11).

De acordo com dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, o grupo etário de 15 a 17 anos, que corresponde à faixa etária dos alunos de ensino médio, foi o que apresentou o maior índice de acesso à Internet no país (74,1%). A mesma pesquisa demonstra também o aumento no acesso à Internet por estudantes de escola pública.

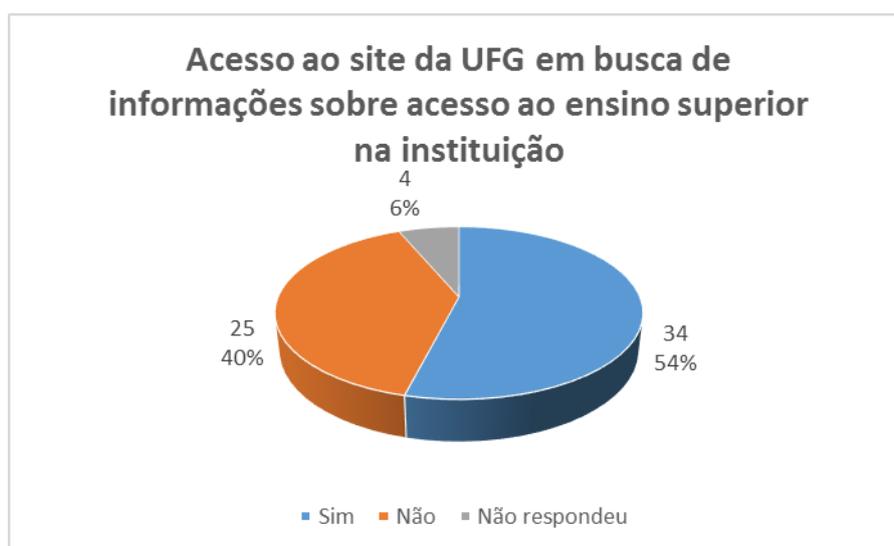
Os dados do IBGE e da pesquisa de opinião realizada apontam a relevância do uso da Internet como meio de informação e comunicação por parte da população jovem, o que

implica que as instituições devem estar atentas e valorizar este espaço para disponibilizar informações relevantes e se comunicar com esse público.

5 - Acesso ao site da UFG

As questões 12, 13 e 14 referem-se ao site da UFG e foram elaboradas com o intuito de avaliar se este espaço constitui-se como fonte de informação para os participantes da pesquisa, identificar se obtiveram ali informações sobre a política de acesso e permanência na UFG e avaliar o nível de satisfação dos participantes quanto ao site.

Dentre todos os pesquisados, 34 (54%) acessaram o site da UFG em busca de informações que pudessem ajudá-los a se decidir sobre cursar o ensino superior na instituição (questão 12) e eles buscaram, principalmente, informações sobre os cursos (55%), como: opções, duração, disciplinas e mercado de trabalho (questão 13), conforme podemos visualizar no gráfico a seguir.



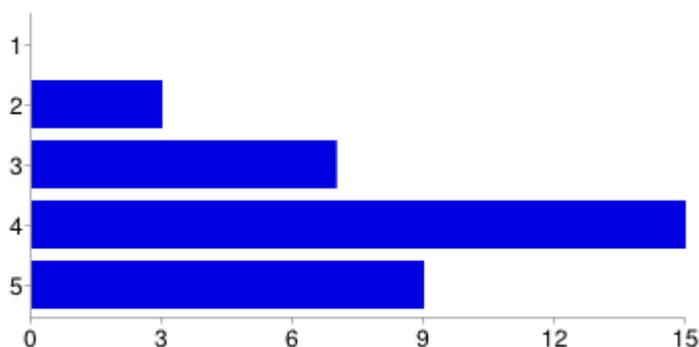
Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 12.

Gráfico 5: Acesso ao site da UFG em busca de informações sobre acesso ao ensino superior na instituição.

O nível de satisfação sobre o site da UFG foi analisado entre os 34 participantes da pesquisa que acessaram o site da instituição quanto aos seguintes requisitos: clareza das informações, capacidade de sanar dúvidas, facilidade para localizar as informações, indicação de disponibilidade de contato, retorno aos contatos encaminhados por e-mail. Foi solicitado aos participantes que avaliassem os itens citados numa escala de 1 a 5, sendo 1 o nível menos satisfatório e 5 o mais satisfatório.

Quanto à clareza de informações (questão 14.a), 15 (44%) apontaram o nível 4 de satisfação; 9 (26%) apontaram o nível 5, de maior satisfação; 7 (21%) apontaram o nível 3; e 3 (9%) apontaram nível 2.

Clareza de informações

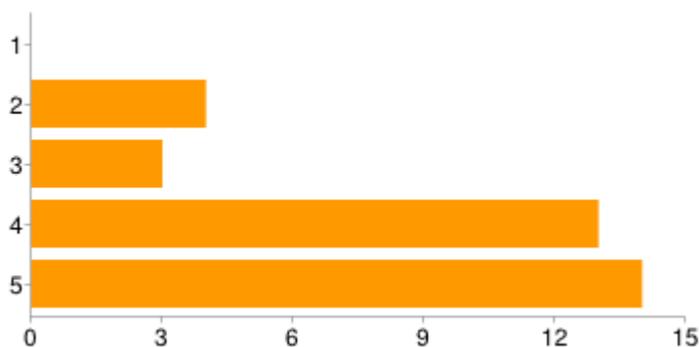


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 14.a.

Gráfico 6: Clareza das informações.

Quanto à capacidade de sanar dúvidas, 14 (41%) dos que acessaram o site apontaram o maior índice de satisfação; 13 (38%) indicaram o nível 4 de satisfação; 3 (9%) indicaram o nível 3; 4 (12%) indicaram o nível 2.

Capacidade de sanar dúvidas

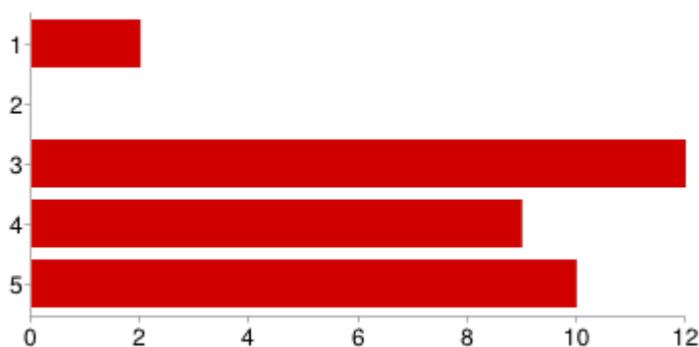


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 14.b.

Gráfico 7: Capacidade de sanar dúvidas.

A facilidade para localizar as informações foi classificada pelos participantes que acessaram o site principalmente a partir do nível 3 de satisfação. Dentre esses, 12 (35%) indicaram o nível 3; 9 (26%) indicaram o nível 4; 10 (29%) indicaram o nível 5; 2 pessoas (6%) indicaram o nível 1. Uma pessoa deixou de responder este item.

Facilidade de localizar informações

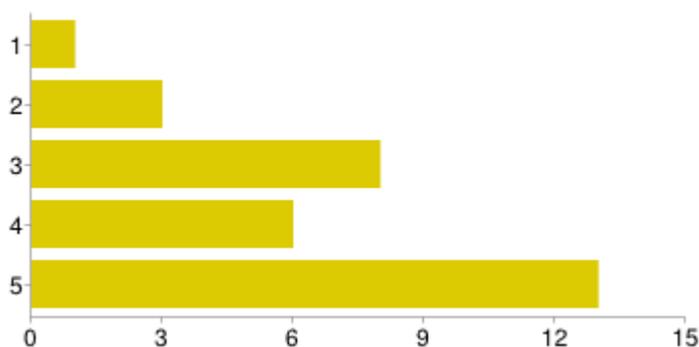


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 14.c.

Gráfico 8: Facilidade de localizar informações.

A indicação de disponibilidade de contato, entre os participantes da pesquisa que acessaram o site, foi avaliada nos seguintes níveis de satisfação: 1 (3%) indicou o nível 1; 3 (9%) indicaram o nível 2; 9 (26%) indicaram o nível 3; 7 (21%) indicaram o nível 4; e 13 (38%) indicaram o nível 5.

Disponibilidade de contato

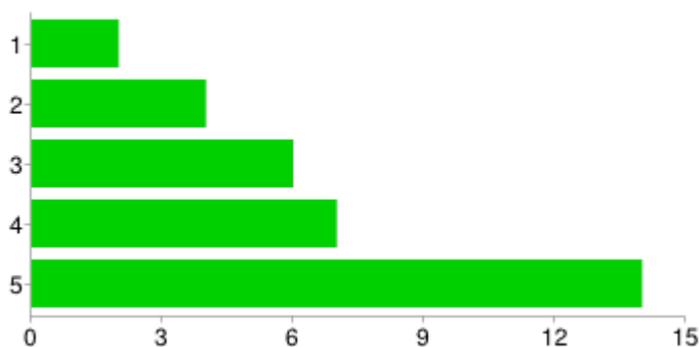


Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 14.d.

Gráfico 9: Disponibilidade de contato.

A avaliação sobre o retorno dos contatos encaminhados por e-mail foi distribuída de forma progressiva entre os níveis de satisfação: 2 participantes (6%), dentre os 35 que acessaram o site, indicaram o nível 1; 4 (12%) indicaram o nível 2; 7 (18%) indicaram o nível 3; 6 (18%) indicaram o nível 4; 14 (41%) indicaram o nível 5; 1 pessoa deixou de responder este item.

Retorno aos contatos encaminhados por e-mail



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 14.e.

Gráfico 10: Retorno aos contatos encaminhados por e-mail.

No geral, sobressaiu-se na avaliação dos participantes a satisfação positiva quanto aos itens analisados, uma vez que a marcação nos níveis 3, 4 e 5 ocorreu com maior frequência. Somente no item “capacidade de sanar minhas dúvidas”, o nível dois, segundo menor no nível de satisfação, foi ligeiramente maior que o nível 3.

Quanto a informações sobre as políticas de acesso e de permanência na UFG, os participantes não mencionaram ter buscado informações sobre esse assunto e também não fizeram referência a qualquer tema relacionado (questão 12). A ausência de comentários sobre tais políticas pode estar relacionada à dificuldade de encontrar informações sobre elas no site da UFG ou ao próprio desconhecimento do programa.

6 - Contato com a UFG em busca de informações

As questões de 15 a 21 foram elaboradas com o intuito de analisar se os participantes da pesquisa tiveram iniciativa de entrar em contato com a UFG para buscar informações, qual o meio de comunicação utilizaram e quais informações buscaram.

Apenas 10 (16%) participantes entraram em contato com a UFG para solicitar informações ou esclarecimento. Dentre estes, 50% fizeram contato telefônico e 50% fizeram contato virtual.

Todos os participantes da pesquisa que entraram em contato com a UFG foram atendidos, sendo que 60% deles consideraram a resposta obtida parcialmente esclarecedora e, 40%, suficientemente esclarecedora. Destes alunos, 88% ainda pretende entrar em contato com a UFG, pela Internet (50% deles) ou pessoalmente (50%), para obter outras informações, as quais não foram especificadas por eles, mesmo tendo sido questionados.

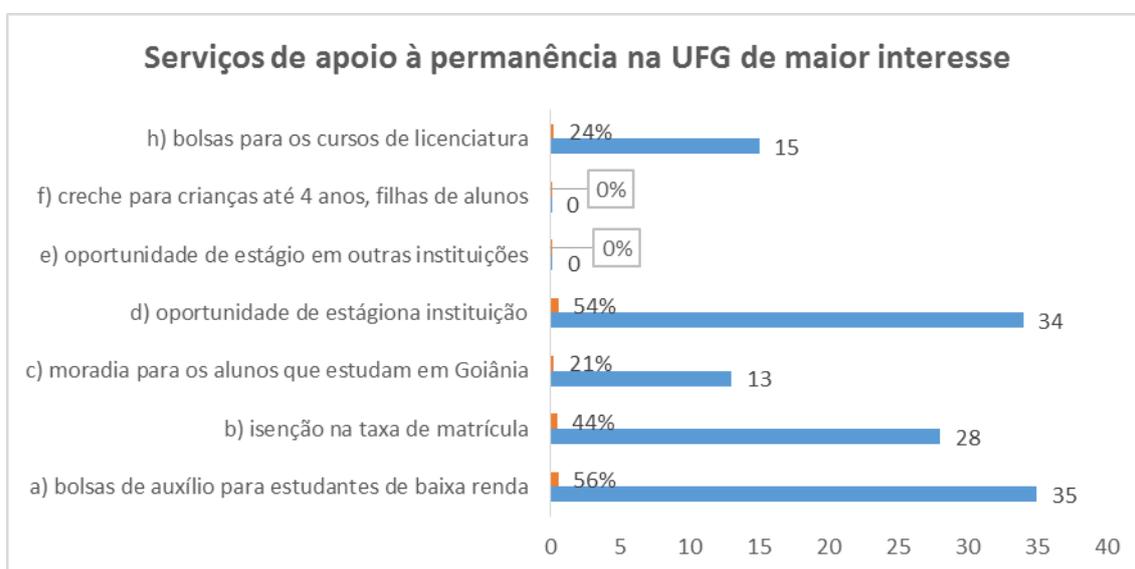
7 - Conhecimento e interesse sobre ações e políticas da UFG

Os dados das questões 22, 23 e 24 analisaram o conhecimento e o interesse dos participantes quanto a algumas das ações da UFG que apoiam o acesso e a permanência de seus alunos na instituição, sendo: isenção de taxa de matrícula, bolsas para estudantes de cursos de licenciatura, bolsas para estudantes de baixa renda, oportunidades de estágio na instituição e fora dela, auxílio moradia, creche.

Sobre as ações que a UFG desenvolve para apoiar o acesso e a permanência na instituição, 47 (75%) têm conhecimento que a UFG oferece bolsa de auxílio para estudantes de baixa renda e 43 (68%) sabem sobre a isenção na taxa de matrícula.

Embora 46 (73%) deles tenham declarado que precisarão trabalhar durante o curso (questão 26), 13 (21%) desconhecem a possibilidade de contar com estágio na instituição e 25 (40%) desconhecem a possibilidade de estágio em outras instituições. A disponibilidade de creche é desconhecida por 52 (83%) participantes e o auxílio moradia, por 44 (70%).

Dentre as ações de apoio ao acesso e à permanência na UFG apresentadas na questão 22, as que mais despertam o interesse dos alunos pesquisados são: bolsa de auxílio a estudante de baixa renda, oportunidades de estágio na instituição e isenção na taxa de matrícula.



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 23.

Gráfico 11: Serviços de apoio à permanência na UFG de maior interesse.

Na questão 24, foi perguntado aos alunos: “Você considera que ter conhecimento sobre esses serviços contribui para sua decisão de estudar na UFG ou não faz diferença informação sobre isso? Por quê?”. O total de 43 participantes (68%) responderam que sim,

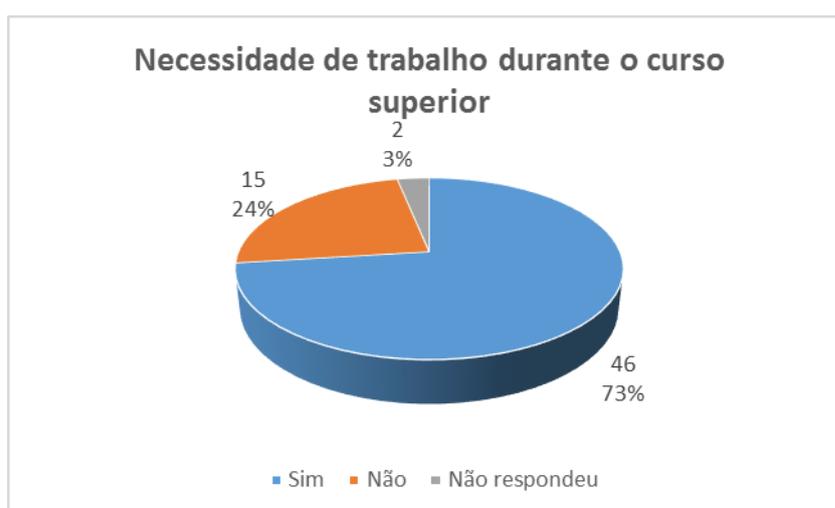
demonstrando a importância da informação para a tomada de decisão: “*Todos querem um lugar bom para estudar e sabendo o que a UFG oferece é bem mais fácil escolher*” (Respondente 21).

As informações sobre as políticas citadas encontram-se dispersas no site da UFG e em documentos oficiais. No site do Centro de Seleção consta informações sobre isenção na taxa de inscrição para o processo seletivo, porém, anunciada em edital, em meio a notícias que têm a visibilidade determinada pelo fluxo de postagens, privilegiando as mais recentes. Como esse assunto é recorrente e possui normas já consolidadas, um espaço de visibilidade permanente atenderia melhor aos interessados, já que trata-se de uma ação importante para a política de inclusão da instituição. Diante disso, realmente é difícil que o candidato encontre informações sobre as ações afirmativas da UFG.

8 - Situação socioeconômica

A situação econômica dos participantes da pesquisa foi avaliada tendo como referência a necessidade de exercer atividade remunerada durante o curso superior, porque este é um fator que é levado em consideração principalmente pelos alunos de escola pública.

Dentre os participantes da pesquisa, 24 (38%) trabalham e, no entanto, 46 (73%) precisarão trabalhar durante o curso superior. Essa necessidade é coerente com o interesse que manifestaram por bolsa de auxílio, citada por 35 (56%) participantes, e por oportunidade de estágio na instituição, resposta de 34 (54%) deles.



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de opinião Informações sobre ensino superior, ações afirmativas e acesso à UFG, questão 26.

Gráfico 12: Necessidade de trabalho durante o curso superior.

A preocupação com a necessidade de trabalho também é apontada na pesquisa socioeconômica realizada com os candidatos ao processo seletivo da UFG. Em 2010, 44,1% dos candidatos para o ano seguinte declararam interesse de que a UFG oferecesse bolsa de trabalho, 34% pretendiam se manter trabalhando, com recursos próprios, e 16% pretendiam se manter com bolsas de estudo.

3.4. Ações afirmativas da UFG: site, documentos oficiais e opiniões

Ao relacionar os dados analisados das páginas da UFG na Internet, de documentos oficiais da instituição e da pesquisa de opinião realizada com os alunos do terceiro ano do ensino médio do Colégio Estadual A, observamos que a forma como a UFG se comunica via Internet com os alunos de ensino médio de escola pública diverge do direcionamento apontado pela comunicação pública. A característica da comunicação pública, “de tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar o serviço público desejável e preciso (...)” (ZEMOR, 2009, p. 14) não é constatada.

Ao contrário do que direciona a comunicação pública, verifica-se a dificuldade de localizar, no site da UFG, informações sobre as ações de apoio ao acesso e à permanência na instituição. A informação, embora exista em alguns espaços, é de difícil localização ou interpretação, prejudicando o conhecimento sobre os serviços de assistência com os quais os cidadãos podem contar.

No site do Centro de Seleção há informações sobre o Programa UFG Inclui. No entanto, estão no conteúdo interno do manual do candidato ao processo seletivo. Os concluintes do ensino médio não se deparam com essa informação. Também não há divulgação sobre o Programa neste site, quando, ao contrário, deveria estar bem visível para que os cidadãos com perfil de atendimento tomem conhecimento dos serviços que a eles são disponibilizados.

Se as informações sobre as políticas de acesso e de permanência não estão disponíveis ou estão difíceis de localizar, os alunos do terceiro ano do ensino médio de escola pública não têm como dimensionar suas possibilidades de cursar o ensino superior na UFG. Daí a importância da instituição ter o interesse do cidadão – principalmente da parcela em desvantagem na distribuição dos bens sociais – como foco de suas ações de comunicação, oferecendo os elementos necessários para a decisão sobre o uso do serviço público, conforme o direcionamento apontado pela comunicação pública.

Na página da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) há informações sobre o Programa

UFG Incluir, que reúne as ações de apoio ao acesso e à permanência na instituição. No entanto, o link que leva à página do Programa consta no menu direito entre vários outros. Neste espaço constam dados que são relevantes para alunos de escola pública, como a informação de que a diferença entre o desempenho deles no processo seletivo e ao longo do curso superior é pequena em relação ao dos alunos de escolas privadas. Essa informação pode estimular a confiança de alunos de escola pública em sua capacidade de obter uma vaga na UFG – entre os participantes da pesquisa de opinião, 52 (83%) pretendem cursar o ensino superior, 43 (68%) preferem a UFG, mas somente 2 (3%) participaram do processo seletivo UFG 2014/1 e, dentre os 6 (10%) que pretendem se preparar melhor, todos preferem a UFG.

Os serviços de assistência desenvolvidos pela UFG constam no site da Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária (Procom), mas os participantes da pesquisa provavelmente tiveram dificuldade de localizar essas informações. No grupo de alunos do terceiro ano do ensino médio que participou da pesquisa de opinião, 56 (89%) têm acesso diário à Internet e 34 (54%) acessaram o site da UFG em busca de informações para decidirem-se sobre cursar o ensino superior na instituição. No entanto, nenhum deles mencionou ter obtido informações sobre as políticas de acesso e de permanência ou buscado informações sobre elas, o que é compreensível: não se busca informação sobre o que não se conhece; e, além disso, as informações que existem são de difícil localização no site da instituição.

Tanto as páginas da Prograd como as da Procom não são acessíveis a alunos de ensino médio, provavelmente porque eles desconhecem a estrutura da UFG e não têm parâmetro para buscar ali informações de interesse nestas páginas. Se as informações de interesse desses alunos estão disponíveis em páginas da UFG, mas não são de fácil localização, deixam de cumprir seu propósito informativo e os alunos do terceiro ano do ensino médio de escola pública perdem a oportunidade de obter elementos para dimensionar suas possibilidades de cursar o ensino superior na instituição.

O conhecimento acerca das ações de assistência é de interesse dos participantes da pesquisa, uma vez que 83% deles manifestaram desejo de contar com serviços de assistência durante o curso superior, principalmente com bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, apontada por 56% participantes, e com oportunidades de estágio na instituição, resposta de 54% deles. A decisão sobre buscar vaga na UFG parece ser afetada pelo desconhecimento sobre as políticas, uma vez que, dentre os participantes, apenas 8 foram aprovados em processos seletivos, sendo 1 na UFG e, os demais, em instituições privadas.

O conhecimento sobre a UFG, suas normas, políticas e ações é fator fundamental para os alunos de ensino médio no processo de tomada de decisão sobre estudar ou não na

instituição. Algumas informações no âmbito da UFG demonstraram ser de interesse geral por parte dos participantes da pesquisa, como as opções de cursos, duração e mercado de trabalho. Outras informações estão relacionadas à condição social, e se referem: à possibilidade de conciliar o curso com trabalho ou estágio remunerado, à disponibilidade de bolsas em projetos científicos e culturais; a bolsas de alimentação; a vagas na creche; à moradia entre outras. Há, ainda, especificidades pessoais que demandariam um atendimento individualizado para suprir as necessidades de informação. Desse modo, a disponibilidade de canais que permitam o diálogo é fundamental.

O diálogo pressupõe que os papéis de emissor e de receptor sejam intercambiáveis entre os sujeitos. Ou seja, as instituições, além de emitirem informações à sociedade relativas aos serviços públicos – situação em que se enquadra na posição de emissor e os cidadãos na posição de receptor - também devem receber informações (posição de receptor) dos cidadãos (posição de emissor) sobre esses serviços, sobre suas necessidades e o que esperam dos serviços públicos. Também devem esclarecer dúvidas, especialmente quando há casos com especificidades que fogem às regras rotineiras de atendimento. Além disso, “dialogar com seus usuários é uma via essencial de avaliação dos serviços públicos” (ZÉMOR, 2009, p. 222).

Ainda que 72% tenham buscado informações na Internet para decidir onde cursar o ensino superior, os dados permitem observar a relevância da comunicação interpessoal para os participante da pesquisa, que consideram como principal fonte de informação sobre o ensino superior os familiares, os professores e os amigos. Isto nos remete aos estudos da teoria do “*two step flow*”, que demonstram a influência das interações estabelecidas pelos indivíduos nos processos comunicativos, ao reconhecer a influência do líder de opinião no processo de comunicação. Ao comentar o estudo pioneiro de Lazarsfeld sobre esta teoria, José Marques de Mello (1998) argumenta que:

[...] o processo da comunicação coletiva (mecânico, indireto, unilateral) não se basta a si mesmo. Depende, para sua eficácia, do processo da comunicação interpessoal. Pois o fenômeno comunicativo, com os seus efeitos culturais, está condicionado à dinâmica dos grupos dentro da sociedade. Aparentemente, os *mass media* atingem globalmente a sociedade; mas, na prática, o conteúdo das suas mensagens é refletido, digerido, analisado dentro dos grupos, vindo daí a adoção de opiniões e de atitudes (MARQUES DE MELO, 1998, p. 194).

Percebemos que, para os 63 alunos do terceiro ano do ensino médio que responderam ao questionário, os familiares, professores da escola e amigos caracterizaram-se como líderes de opinião, que são o “setor da população mais ativo na participação nas decisões do processo da formação de atitudes” (TEMER, 2009, p. 53). Com eles, os participantes – 45 (72%) buscaram informações sobre ensino superior na Internet, dialogaram sobre informações que

ambas as partes obtiveram, formaram opinião e tomaram atitudes. A família, que foi indicada como a principal fonte de informação, constitui-se líder de opinião natural para os participantes, pela posição hierárquica no principal núcleo social a que estão vinculados e do qual são ainda dependentes.

Embora a decisão de fazer um curso superior e a escolha da instituição não se baseie somente em informações sobre tal instituição, pois fatores socioeconômicos, questões familiares e pessoais e diferentes interesses também influenciam o influenciado, a ausência de informação pode ser determinante. Elemento fundamental no processo de comunicação, a informação, como argumenta Jorge Duarte, “é a base primária do conhecimento, da interpretação, do diálogo, da decisão” (2009, p. 62).

Entendemos que é responsabilidade da UFG compartilhar apropriadamente as informações que contribuam e viabilizem o acesso ao ensino superior na instituição – principalmente devido à desigualdade a que os alunos de escola pública têm sido submetidos. A informação “é um meio para acesso e uso dos outros direitos referentes à cidadania” (DUARTE, 2009, p. 62).

O espírito de cidadania da comunicação pública direciona as ações de comunicação para o sentido ontológico e etimológico da comunicação, de “tornar comum, estabelecer comunhão, participar da comunidade” (TEMER, 2009, p. 14-15). A autora mencionada explica que “comunicação, portanto, é mais do que informar: é partilhar, tornar comum, romper o isolamento. É o produto de um encontro social, um tipo de relação intencional exercida sobre outro indivíduo ou indivíduos, que exige reciprocidade” (2009, p. 16). Na comunicação pública, fica claro que disponibilizar informação não é suficiente para estabelecer comunhão e reciprocidade. É necessário estabelecer o relacionamento com a sociedade.

A contribuição para a cidadania por parte da UFG, ao instituir um programa de inclusão social, como o UFG Inlucui, poderia ser mais efetiva ao melhorar a comunicação com a sociedade, aprimorando a disponibilidade de informações de interesse público, propiciando o diálogo e a participação nas decisões que direcionam os serviços públicos que disponibiliza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania é uma conquista que ocorre paulatinamente na sociedade, à medida em que ocorre a conscientização sobre direitos e deveres, que leva as pessoas a cobrarem mudanças que promovam melhorias em suas condições de vida.

Às instituições públicas, nesse sentido, que nos países democráticos são constituídas para representar e atender à população, cabe administrar os recursos públicos para buscar corresponder às necessidades e às demandas da sociedade, de forma a concretizar os direitos de cidadania.

A comunicação presta sua contribuição para a efetivação da cidadania por constituir-se como elemento intrínseco do relacionamento das instituições públicas com a sociedade. A efetividade desse relacionamento é afetada pela consideração atribuída aos cidadãos pelas instituições públicas e pelos cidadãos às instituições públicas.

A comunicação pública atribui ao interesse dos cidadãos tal relevância, que o define como foco das ações de comunicação. Atendendo a esse direcionamento, as ações comunicacionais podem auxiliar as instituições a serem reconhecidas como a serviço da sociedade de forma que os cidadãos possam se dirigir a elas com confiança para atender suas necessidades.

Essa compreensão sobre a comunicação pública tem como referência os estudos de Pierre Zémor (2009), que destaca que essa forma de direcionar a comunicação está relacionada à missão das instituições públicas. Para o pesquisador, a comunicação pública:

[...] é encarregada de tornar a informação disponível ao público, de estabelecer a relação e o diálogo capazes de tornar o serviço público desejável e preciso, de apresentar os serviços oferecidos pela administração, pelas coletividades territoriais e pelos estabelecimentos públicos, de tornar as próprias instituições conhecidas, enfim, de conduzir campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. A esses registros, soma-se aquele de natureza mais política, ou seja, da comunicação de debate público que acompanha os processos decisórios (ZÉMOR, 2009, p. 214).

Na pesquisa realizada, elegemos como elemento de análise a informação, por ser este o elemento primeiro do processo de comunicação, conforme nos esclarecem autores também estudados, como Ana Carolina Temer (2009) e José Marques de Melo (1998).

Na comunicação pública a informação tem como característica precípua o interesse do cidadão, sendo caracterizada como informação de interesse público. Ressaltamos que, além da informação de interesse público, outros elementos também caracterizam a comunicação pública, como: a existência de canais de comunicação em que instituição e sociedade possam

expressar-se e dialogar; consideração das opiniões do público para a definição de serviços públicos, bem como ajustes nos processos já em curso; e garantia de condições para debates e decisões coletivas.

Ao analisarmos a comunicação de uma instituição pública observamos que a ausência de informação de interesse público afeta a cidadania ao comprometer o acesso a esses serviços, em função do desconhecimento de políticas e ações de assistência destinadas aos cidadãos. A pesquisa acerca da comunicação via Internet da UFG, sobre suas políticas de inclusão de alunos de escola pública e de baixa renda no ensino superior público, instituídas pelo Programa UFG Inclui, teve o intuito de contribuir para os estudos sobre comunicação pública e de analisar a contribuição que esse enfoque sobre a comunicação pode trazer para a cidadania.

A hipótese que norteou este estudo, uma vez que a forma como a UFG comunica-se pela Internet sobre tais políticas é insuficiente para contribuir para que os cidadãos façam uso do serviço público que oferece – a formação em nível superior – pôde ser confirmada ao detectarmos a dificuldade de acesso às informações de interesse público nos veículos de comunicação oficial, o consequente desconhecimento de serviços disponíveis e o reconhecimento de que isso afeta a decisão sobre buscar uma vaga na instituição.

Para contribuir com a cidadania, conforme o direcionamento da comunicação pública, as informações sobre o Programa UFG Inclui precisam estar acessíveis, isto é, estar disponíveis e serem de fácil localização – tanto para quem sabe que o serviço existe poder localizar mais informações, como para quem desconhecia e pode se deparar com um assunto de interesse ao acessar o portal da UFG.

O esforço de atuar a favor da igualdade de acesso ao ensino superior – um dos princípios da instituição que busca ser efetivado por meio do programa UFG Inclui – necessita, também, contar com ações de comunicação comprometidas com a sociedade, que reconheçam suas necessidades e as diferenças sociais que resultam em interesses diferentes.

Para os alunos de ensino médio da escola pública pesquisada é fundamental obter informações sobre isenção de pagamento de inscrição e mensalidade³⁰, disponibilidade de bolsas, oportunidades de estágio e outras ações de assistência, além do conhecimento sobre o desempenho do grupo a que pertencem no processo seletivo e ao longo dos cursos de graduação. Devido à faixa de renda familiar e à qualidade de ensino a que tiveram acesso, tanto os recursos financeiros quanto a concorrência e a capacidade de acompanhar o curso são

³⁰ Durante a aplicação do questionário, dois participantes da pesquisa perguntaram se a UFG era paga.

fatores considerados por eles no momento de definir o local e a continuidade dos estudos em nível superior.

Para alunos de escolas privadas, de grupos sociais de maior poder aquisitivo, as informações mencionadas podem não ter a mesma relevância, pois as famílias a que pertencem têm condições de apoiá-los financeiramente ao longo de uma graduação, seja uma instituição pública ou privada.

A pesquisa permitiu identificar que os estudantes pesquisados consideram importante as informações sobre políticas de acesso e de permanência para decidirem-se sobre estudar ou não na instituição. No entanto, o desconhecimento sobre tais políticas prevalece e compromete a iniciativa de buscar o serviço público para ter acesso ao ensino superior.

Durante a coleta de dados no Colégio Estadual A, os participantes da pesquisa foram questionados verbalmente sobre a participação no processo seletivo da UFG para ingresso em 2014 e apenas três alunos se inscreveram em tal processo, entre os 63 participantes da pesquisa. No Enem, que também pode ser utilizado como via de acesso à UFG, 12 participantes se inscreveram.

Questionados se o conhecimento sobre os serviços de assistência da UFG contribuiu para a decisão de estudar na instituição, um dos participantes respondeu: “Sim, pois oferece a garantia de uma vida escolar mais acolhedora”. Já o participante 21, diante da mesma questão, argumenta que: “todos querem um lugar bom para estudar e sabendo o que a UFG oferece é bem mais fácil escolher”. Ao tomar conhecimento sobre os serviços de assistência a partir das questões apresentadas no formulário de pesquisa, o participante 23 disse que: “ (...) agora eu sei que tenho vantagens em estudar na UFG”.

Acreditamos que o conhecimento sobre as políticas de apoio e permanência criadas pela UFG constituem-se um fator de motivação para que os alunos de escola pública considerem a possibilidade de ter acesso ao ensino público de qualidade que a instituição se esforça por desenvolver. Sem esse conhecimento, a UFG é desconsiderada como opção e os jovens ficam sujeitos às instituições de menor qualidade, pelas quais terão que pagar e “Muitos candidatos podem optar por pagar uma instituição inferior”, como ratifica a respondente 19.

Observamos que, para atender aos interesses dos cidadãos, ainda é necessário aprimorar comunicação da UFG e buscar estabelecer um relacionamento mais próximo com os alunos de ensino médio de escola pública. E não só pela Internet. Fizemos um recorte para a realização da pesquisa por reconhecemos o potencial desse meio para a democratização do acesso à informação e por ele ser muito utilizado por jovens na faixa etária dos alunos de ensino médio.

Entendemos que é necessário conhecer melhor esse público – alunos de ensino médio de escola pública – para melhor identificar seus interesses e necessidades e, com base nesse conhecimento, definir ações de comunicação pública que, além de disponibilizar adequadamente as informações de interesse público, também permitam o diálogo, o debate e a participação política sobre o acesso e a permanência no ensino superior público, o que repercute em sua cidadania.

Ressaltamos que não atribuímos a baixa participação de alunos de escola pública no processo seletivo da UFG exclusivamente a problemas advindos da comunicação da instituição com esse público. Temos consciência de que o problema é complexo e tem raízes históricas. O que defendemos é que a comunicação pública, que apresenta compromisso primeiro com o cidadão – antes da instituição, da gestão, do governo – pode contribuir para que as pessoas saibam com quais serviços podem contar, para planejem-se e tomarem suas decisões com base em informações pertinentes e, assim, possam ampliar suas conquistas de cidadania.

Concluimos que as características da comunicação pública podem contribuir para aperfeiçoar as formas de comunicação da UFG e de outras instituições públicas com a sociedade. Além disso, é necessário que estas tenham uma identidade mais coerente com os valores que inspiraram, desde o início, as lutas por cidadania e que são pertinentes às qualidades da democracia em que vivemos: liberdade, igualdade e fraternidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. **Autonomia e financiamento das Ifes: desafios e ações.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

BERNHEIM, Carlos Tünermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior.** Brasília: Unesco, 2008.

BORDENAVE, Juan E. Diaz; CARVALHO, Horácio de. **Comunicação e planejamento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERQUIER-MANZINI, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd. Poços de Caldas, MG, 5 de outubro de 2003. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm. Acesso em: 27 mar 11.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

_____. **Vestibular: a volta do pêndulo.** In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, n. 13, Jul. 1979.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, Jorge e VERAS, Lucia (Org.). **Glossário de Comunicação Pública.** Brasília: Casa das Musas, 2006.

DUARTE, Marcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012

DUBET, François. **O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades.** Tradução: Ione

Ribeiro Valle; Revisão técnica: Maria Tereza de Queiroz Piacentini. São Paulo: Cortez, 2008.

EPSTEIN, Isaac. Ciência, poder e comunicação. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERNANDES, Reynaldo; NARITA, Renata Del Tedesco. **Instrução superior e mercado de trabalho no Brasil**. Série economia. 2002. Disponível em: www.cpq.fearp.usp.br/anonftp/textos_discussao/eco/wpe9.pdf. Acesso em 18 fev 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Políticas afirmativas e sistema de cotas na UERJ. In: **Avaliação qualitativa dos dados sobre desempenho acadêmico**, Relatório 2011. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2011.

GOODE, William J; HATT, Paul k. Métodos em pesquisa social. 7. ed. Nacional: São Paulo, 1979.

GOMES, Alfredo; MORAES, Karine Nunes. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa**. Sociedade e Educação, Campinas, v. 33, n. 18, p. 171-190, jan-mar, 2012.

HAAS, Célia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? In: **Revista brasileira de estudos pedagógicos. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. [On-line], vol. 93, n. 235, set-dez/2012, p. 836-863. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S2176-6812012000300015&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 11 jan 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Relatório Pedagógico Enem 2008**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/relatorios_pedagogicos/relatorio_pedagogico_enem_2008.pdf. Acesso em: 12 mai 2014.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2011. **Acesso à internet e posse de telefone celular móvel para uso pessoal**. Análise de resultados. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2011/PNAD_Inter_2011.pdf Acesso em: 10 abr 2014.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2011. **Síntese dos indicadores sociais 2011**. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/pnad-2011-sintese-dos-indicadores.html>. Acesso em: 18 mar 2013.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2012. **Síntese dos indicadores sociais 2012**. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf Acesso em: 20 abr 2014.

_____. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio 2013. **Síntese dos indicadores sociais 2013**. Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira-2013.html> Acesso em: 20 abr 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica: 2008**. Brasília, DF, 2009a.

JÚNIOR, Wilson da Fonseca Corrêa. Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

MATOS, Heloiza. **Comunicação Pública, democracia e cidadania: o caso de Legislativo**. Revista Líbero. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, V. 2, n. 3-4, 1999.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.aspx?id=132>>. Acesso em: 05 mar 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa. **Resumo Técnico do censo da educação superior 2010**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf> Acesso em: 10 mai 2014.

_____. **Portal Prouni**. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140> Acesso em: 13 mar 2013.

_____. **Portal Enem**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>> Acesso em: 13 mar 2013.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª Edição. São Paulo, Atlas, 2012.

NASCIMENTO, Alexandre. Políticas de ação afirmativa como instrumentos de universalização de direitos. In: **Revista lugar comum** – Estudos de mídia, cultura e democracia, n. 18. Rio de Janeiro, Universidade Nômade, 2003. ISSN 1415-8604.

OLIVEIRA, João Ferreira de. Acesso ao ensino superior no Brasil: a pseudo-democratização e universalização. In: **Liberalismo, educação e vestibular**: movimentos e tendências para o ingresso no ensino superior no Brasil a partir de 1990. Goiânia, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 1994 (Dissertação de Mestrado).

_____; CATANI, Afrânio Mendes. A educação superior. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. (Org.). **Políticas e gestão da educação Superior**. Curitiba: Chanpagnat; Florianópolis: Insular, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**: revista de ciência da educação. Vol. 25, n. 88, Out 2004. Campinas.

PORTAL TERRA. **Ipea**: cotistas têm melhores notas em universidade. que Editoria Brasil, publicado em 25/05/2008. Disponível em: <noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,OI2907127-EI306,00-Ipea+cotistas+tem+melhores+notas+em+universidades.html> Acesso em: 15 mar 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei complementar n. 135**, de 4 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm> Acesso em: 10 mai 2014.

_____. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 10 mai 2014.

RAMOS, Mozart Neves. **O futuro está na educação**. Correio Brasiliense, em 03 ago 2012.

RAWLS, John. **Uma teoria de justiça**. Tradução: Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROBERT, Sarah A. Misturando-se nas universidades brasileiras: analisando processos de globalização em políticas de ação afirmativa. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, pp. 193-213, Jan/Jun 2009.

SOUSA, José Vieira. Políticas de acesso à educação superior no Brasil: o Enem no centro do debate. In: ROTHEN, J. C.; BARRYERO, G. B. (org). **Avaliação da educação**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Editora Xamã, 2008.

TEMER, Ana Carolina Rocha; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. 2.ed. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. **Estatuto e regimento geral**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 2002.

_____. **Resolução Consuni**. Cria o programa UFG Incluir na Universidade Federal de Goiás e dá outras providências. UFG, n. 29/2008.

_____. Centro de Seleção. **Provas e estatísticas: 2010-1**. Disponível em: <http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2010-1/estatisticas/UFG_PS2010_1%20-%20totais%20por%20opcao.pdf> Acesso em: 24 jun 2013.

_____. Centro de Seleção. **Provas e estatísticas: 2011-1**. Disponível em: <http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2011-1/estatisticas/UFG_PS2011_1%20-%20totais%20por%20opcao.pdf> Acesso em: 24 jun 2013.

_____. Centro de Seleção. **Provas e estatísticas: 2012-1**. Disponível em: <<http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2012-1/estatisticas/totalporopcao.pdf>> Acesso em: 24 jun 2013.

_____. Centro de Seleção. **Provas e estatísticas: 2013-1**. Disponível em: <http://www.vestibular.ufg.br/estatisticas/2013-1/Opcao_de_participacao.pdf> Acesso em: 10 jul 2014.

_____. **Pró-Reitoria de Graduação**. Disponível em: <www.prograd.ufg.br/uploads/90/original_Analise_do_desempenho_geral_dos_estudantes_do_UFG_Inclui_na_UFG_Profa_Sandramara_Matias_Chaves.pdf>. Acesso em: 17 dez 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Site notícias da UFMG**.

Disponível em: <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/027703.shtml>> Acesso em: 20 mar 2013.

XIFRA-HERAS, J. **A informação: análise de uma liberdade frustrada**. Rio de Janeiro: Editora Lux Ltda; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

ZEMOR, Pierre. As formas da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Comunicação Pública – Contribuições para a cidadania quanto ao acesso ao ensino superior.

Nome do Pesquisador Principal: Suzy Meiry Silva.

Natureza da pesquisa: o (a) Sr. (Sra.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade estudar a comunicação pública nas instituições públicas e sua contribuição para o acesso da sociedade aos serviços públicos.

Participantes da pesquisa: a pesquisa contará com oito participantes, alunos do terceiro ano do ensino médio, de duas escolas públicas e de duas particulares, do município de Goiânia.

Envolvimento na pesquisa: o (a) Sr. (Sra.) será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e tem liberdade de se recusar a participar e, ainda, de recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sr. (Sra.). Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário, através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Sobre as entrevistas: as entrevistas serão realizadas pessoalmente, a partir de questões semiestruturadas, a partir de um roteiro de temas a serem abordados.

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e o (a) orientador (a) terão conhecimento dos dados.

Benefícios: ao participar desta pesquisa o (a) Sr. (Sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a comunicação nas instituições públicas, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa melhorar a comunicação com a sociedade, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Pagamento: o (a) Sr. (Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida e peça os esclarecimentos que necessita.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Assinatura do Orientador: _____

Pesquisadora : Suzy Meiry Silva (62 ****_****)³¹ - Orientador: Tiago Mainieri (62 ****_****)

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP
SEPN 510 Norte, Bl. A, 1º Subsolo, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde - CEP 70750-521 - Brasília-DF

³¹ No documento apresentado aos alunos, foi informado o número dos telefones.

**ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE OPINIÃO INFORMAÇÕES
SOBRE ENSINO SUPERIOR, AÇÕES AFIRMATIVAS E ACESSO À UFG**

QUESTIONÁRIO

Convido você a colaborar com a realização de uma pesquisa do mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, respondendo ao presente questionário. Todas as informações prestadas serão estritamente confidenciais. Sua contribuição é fundamental para o estudo que estamos desenvolvendo, por isso, desde já, agradecemos.

INTERESSE EM CURSAR O ENSINO SUPERIOR E CONCORRER A VAGA PARA INÍCIO EM 2014.

1. Você pretende cursar o ensino superior? Caso a sua resposta seja NÃO, explique POR QUÊ e passe para a questão 3.
() Sim () Não

2. Você pretende prestar vestibular esse ano? Caso a sua resposta seja NÃO, explique o POR QUÊ.
() Sim () Não

3. Você participará do ENEM esse ano? Caso a sua resposta seja NÃO, explique POR QUÊ e passe para a questão 10.
() Sim () Não

4. Qual seu objetivo principal ao participar do ENEM?
- () Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
 - () Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
 - () Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
 - () Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;
 - () Obter o certificado de conclusão do ensino médio;
 - () Outra resposta:

INSTITUIÇÕES DE PREFERÊNCIA E MOTIVOS

5. Em qual(ou quais) instituição(ões) você pretende concorrer à vaga para cursar o ensino superior?

FASAM

UFG

FANAP

UNIP

OBJETIVO

Universo

PUC Goiás

Outra(s): _____

6. Para cada instituição citada na questão anterior, indique até três motivos que levaram você a optar por ela para concorrer a vaga no ensino superior.

7. Dentre as instituições citadas, qual é a de sua preferência?

FONTES CONSULTADAS SOBRE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

8. Onde você buscou informações para ajudá-lo(a) a decidir sobre sua opção por essa(s) instituição(ões)?

Família

Amigos

Professores da escola

Palestra na escola

Palestra fora da escola

Jornais

Revistas

Site da instituição de ensino

Facebook da instituição de ensino

Material impresso da(s) instituição(ões)

Programa de TV. Quais? _____

Outra(s). Por favor, cite a(s) outra(s) fonte(s) de informação: _____

9. Dentre as fontes de informação que você utilizou, qual foi a principal para ajudá-lo(a) a decidir sobre as opções de onde cursar o ensino superior? (Por favor, indique apenas uma fonte.)
-

ACESSO À INTERNET EM BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR

10. Com que frequência você acessa a internet?
- () Diariamente
 () Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)
 () Raramente (pelo menos 1 vez por mês)
 () Quase nunca (menos de 1 vez por mês)
 () Não acesso internet
11. Você utilizou a internet em busca de informações para ajudá-lo a se decidir sobre a instituição onde cursar o ensino superior? Por que?
-
-

* Caso a resposta seja “Não acesso internet”, pular para a questão 16.

ACESSO AO SITE DA UFG

12. Você acessou o site da UFG em busca de informações que pudessem ajudá-lo a se decidir sobre o acesso ao ensino superior na instituição? Caso a resposta anterior seja NÃO, passar para a questão 15.
- () Sim () Não

13. Quais informações buscou?
-
-
-

14. Em uma escala de 1 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens:

	1	2	3	4	5
a) clareza das informações disponibilizadas nos site					
b) capacidade de sanar minhas dúvidas					
c) facilidade para localizar as informações					
d) indicação de disponibilidade de contato					
e) retorno aos contatos encaminhados por e-mail					

CONTATO COM UFG EM BUSCA DE INFORMAÇÕES

15. Você precisou entrar em contato com a UFG para solicitar informações ou esclarecimentos para ajudá-lo a se decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição? Caso a resposta seja NÃO, passar para a questão 22.

Sim Não

16. Qual(quais) informação(ões) você solicitou?

17. Qual foi o meio de contato utilizado?

telefone
 e-mail (fale conosco) da site da UFG
 e-mail (fale conosco) do site do Centro de Seleção
 e-mail (fale conosco) da unidade acadêmica que oferece o curso de meu interesse
 e-mail (fale conosco) do site da Ouvidoria da UFG
 facebook UFG
 twiter UFG
 pessoalmente
 outro: _____

18. Você obteve a informação solicitada?

Sim Não

19. Você considera que a resposta obtida foi:

suficientemente esclarecedora
 parcialmente esclarecedora
 insuficiente

20. Você gostaria de obter alguma informação sobre a UFG para ajudá-lo(a) a decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição, por meio do vestibular ou do Sisu? Qual?

21. Você pretende entrar em contato com a instituição para obter a informação que precisa? De que forma (telefone, internet ou pessoalmente)?

CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG E IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO

22. Você sabe que a UFG oferece:

	Sim	Não
a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda		
b) isenção na taxa de matrícula		
c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia		
d) oportunidades de estágio na instituição		
e) oportunidades de estágio em outras instituições		
f) creche para crianças de até 4 anos, filhas de alunos		
g) creche para crianças de até 4 anos, filhas de alunos		
h) bolsas para os cursos de licenciatura		

23. Dentre os serviços acima citados, cite os três principais com os quais você gostaria de contar para apoiar sua permanência durante o curso superior na UFG?

24. Você considera que ter conhecimento sobre esses serviços contribui para sua decisão de estudar na UFG ou não faz diferença informação sobre isso? Por que?

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

25. Você trabalha atualmente?
 Sim Não

26. Você precisará trabalhar durante o curso superior?
 Sim Não

Agradeço sua disposição em responder a este questionário. Muito obrigada!

**ANEXO 3 - TABELAS DE DADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO INFORMAÇÕES
SOBRE ENSINO SUPERIOR, AÇÕES AFIRMATIVAS E ACESSO À UFG,
REALIZADA COM ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL A**

Parte 1 - INTERESSE EM CURSAR O ENSINO SUPERIOR				
Participante da pesquisa	1. Você pretende cursar o ensino superior?	1.a. Caso a resposta anterior seja NÃO, explique POR QUÊ.	2. Você pretende prestar vestibular esse ano?	2.a. Caso a sua resposta anterior seja NÃO, explique o POR QUÊ.
Respondente 1	Sim		Sim	
Respondente 2	Sim		Sim	
Respondente 3	Sim		Sim	
Respondente 4	Sim		Sim	
Respondente 5	Sim		Sim	
Respondente 6	Sim		Sim	
Respondente 7	Sim		Sim	
Respondente 8	Sim		Sim	
Respondente 9	Não	Porque eu não estou preparado.	Não	Porque este ano já passou. Agora, só em 2014.
Respondente 10	Sim		Não	Porque no começo do ano que vem quero começar um cursinho e na metade do ano eu presto.
Respondente 11	Sim		Sim	
Respondente 12	Sim		Sim	
Respondente 13	Sim		Sim	
Respondente 14	Sim		Sim	
Respondente 15	Sim		Não	Porque pretendo fazer algum curso primeiro.
Respondente 16	Sim		Sim	
Respondente 17	Sim		Sim	
Respondente 18	Sim			
Respondente 19	Sim		Sim	
Respondente 20	Sim		Sim	
Respondente 21	Sim		Sim	
Respondente 22	Sim		Não	Quero me preparar melhor.
Respondente 23	Sim		Sim	
Respondente 24	Sim		Sim	
Respondente 25	Sim		Sim	
Respondente 26	Sim		Sim	
Respondente 27	Sim		Sim	
Respondente 28	Sim		Sim	
Respondente 29	Sim		Não	Porque estou fazendo curso técnico.
Respondente 30	Sim		Sim	
Respondente 31	Sim		Sim	
Respondente 32	Sim		Não	Pois não estou preparada o suficiente para prestar.
Respondente 33	Sim		Sim	

Respondente 34	Sim		Sim	
Respondente 35	Sim		Sim	
Respondente 36	Sim		Sim	
Respondente 37	Sim		Sim	
Respondente 38	Sim		Sim	
Respondente 39	Sim		Sim	
Respondente 40	Sim		Sim	
Respondente 41	Sim		Sim	
Respondente 42	Sim		Sim	
Respondente 43	Sim		Sim	
Respondente 44	Sim		Sim	
Respondente 45	Sim		Não	Porque não haverá mais vestibular este ano.
Respondente 46	Sim		Sim	
Respondente 47	Sim		Sim	
Respondente 48	Sim		Sim	
Respondente 49	Sim		Sim	
Respondente 50	Sim		Não	Ainda não tenho conhecimento suficiente.
Respondente 51	Sim		Sim	
Respondente 52	Sim		Não	Pois, vou de deixar para prestar vestibular no meio do ano porque vou fazer cursinho, assim tendo maior capacidade para passar na prova.
Respondente 53	Sim		Sim	
Respondente 54	Sim		Não	Pois perdi o vestibular esse ano.
Respondente 55	Sim		Sim	
Respondente 56	Sim		Não	Porque estou de dependência em algumas matérias.
Respondente 57	Sim		Não	
Respondente 58	Sim		Não	Não tenho essa vontade
Respondente 59	Sim		Sim	
Respondente 60	Sim		Sim	
Respondente 61	Sim		Sim	
Respondente 62	Sim		Não	Não me sinto preparada de acordo com o ensino que recebo e não tenho receio em esperar um pouco e me preparar melhor para ter uma boa colocação.
Respondente 63	Sim		Sim	

Parte 1 - INTERESSE EM CURSAR O ENSINO SUPERIOR			
Participante da pesquisa	3. Você participará do ENEM esse ano?	3.a. Caso a resposta anterior seja "NÃO", explique POR QUÊ.	4. Qual seu objetivo principal ao participar do ENEM?
Respondente 1	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 2	Sim		
Respondente 3	Não	Esse ano não participei por motivos familiares e de saúde.	Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 4	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 5	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 6	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 7	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 8	Sim		Conseguir um bom intercâmbio.
Respondente 9	Não	Porque eu não estou preparado agora.	Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 10	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 11	Sim		
Respondente 12	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 13	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 14	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 15	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 16	Não	Porque não tive tempo de ir.	Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 17	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 18	Não	Porque este ano eu não estou preparado para o Enem.	
Respondente 19	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 20	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 21	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 22	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 23	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 24	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 25	Sim		Obter o certificado de conclusão do ensino médio;
Respondente 26	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 27	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 28	Sim		Obter o certificado de conclusão do ensino médio;
Respondente 29	Não	Não iria usar a nota.	Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 30	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 31	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 32	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 33	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;

Respondente 34	Não		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 35	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 36	Não	Porque esqueci de fazer a inscrição.	Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 37	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 38	Sim		Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;
Respondente 39	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 40	Sim		
Respondente 41	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 42	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 43	Sim		Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;
Respondente 44	Não		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 45	Não	Porque eu perdi a data da inscrição.	
Respondente 46	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 47	Não	Não consegui achar o local da prova no primeiro dia e, no segundo dia, cheguei atrasada.	
Respondente 48	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 49	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 50	Sim		Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;
Respondente 51	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 52	Sim		Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;
Respondente 53	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 54	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 55	Sim		
Respondente 56	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 57	Sim		Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;
Respondente 58	Não		
Respondente 59	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 60	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;
Respondente 61	Sim		Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;
Respondente 62	Sim		Fiz para avaliar meus conhecimentos.
Respondente 63	Sim		Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;

Parte 2 - INSTITUIÇÕES DE PREFERÊNCIA E MOTIVOS			
Participantes da pesquisa	5. Em qual(ou quais) instituição(ões) você pretende concorrer à vaga para cursar o ensino superior?	6. Para cada instituição citada na questão anterior, indique até três motivos que levaram você a optar por ela para concorrer a vaga no ensino superior.	7. Dentre as instituições citadas, qual a de sua preferência?
Respondente 1	PUC		UFG
Respondente 2	UFG, UNIP	Porque são instituições bem faladas na mídia.	UFG
Respondente 3	PUC, UFG, Universo	UFG: pelo simples fato de ser uma das maiores referências de ensino superior; Universo: já visitei, conheço o trabalho e gosto muito; PUC: por ser muito bem falada.	UFG
Respondente 4	UFG, UNIP	UFG: Tem o curso que eu quero; UNIP: Tem o curso que eu quero.	UFG
Respondente 5	UFG	UFG: Por ser boa referência e ser bem falada por muitas pessoas.	UFG
Respondente 6	UFG	UFG: Qualificação profissional; ser o meu sonho; pela faculdade ser pública.	UFG
Respondente 7	UNIP, Universo, Alfa e Uni-Anhanguera	Alfa: Ensino de qualidade e mais perto de casa. UFG: Ótimo ensino. Universo: Faculdade de prestígio. Uni-Anhanguera: Qualidade no ensino e perto de casa.	
Respondente 8			
Respondente 9	OBJETIVO, PUC, UFG, UNIP	Objetivo: trabalhar na área de que gosto; PUC: ter uma nova oportunidade de crescer. UFG.	UFG
Respondente 10	Anhanguera	UFG: porque ela é uma das faculdades com maior reconhecimento; ótimos professores. Anhanguera: tem o curso que pretendo me formar; tem boa qualidade no ensino; preço acessível.	UFG
Respondente 11	PUC, UFG, Alfa		UFG
Respondente 12	UFG, UNIP	Por serem referência e exemplo de qualidade.	UFG
Respondente 13	UFG	UFG: Pelo fato do ensino ser bom e ser público.	

Respondente 14	OBJETIVO, UFG, Universo	UFG: porque é uma instituição bem qualificada. Não que as outras não sejam, mas eu tenho vontade de cursar na UFG. E conheço algumas pessoas que cursam lá e sempre procuro saber mais sobre a faculdade, como é o ensino etc. E estou certa que quero cursar lá. Caso não se lá, as outras também me agradam.	UFG
Respondente 15	UFG, Universo	O curso que quero só possui nas duas; prestígio e reconhecimento porque pesquisei sobre elas e achei interessante.	UFG
Respondente 16	PUC, Estácio	Não respondeu.	PUC
Respondente 17	UFG		UFG
Respondente 18			
Respondente 19	UFG	UFG: devido à isenção do pagamento eu optei pela UFG e pelo reconhecimento e prestígio.	UFG
Respondente 20	PUC, UFG	UFG: Ótima faculdade, acesso, isenção de pagamento e ótimos professores; PUC: Ótima faculdade, ótimos professores e acesso.	UFG
Respondente 21		UFG: pelo ensino; pela experiência (porque creio que com meus professores uma boa experiência de como é o mercado na minha área); por ser uma das melhores de Goiás.	UFG
Respondente 22	Uni-Anhanguera	Uni-Anhanguera: Acho perto da minha casa; conheço amigos que estudam lá; o ensino é bom.	Universo
Respondente 23	UFG, UFU	Qualidade de ensino; não ter condições de pagar uma particular.	UFG
Respondente 24	UFG, UEG	Os três motivos seriam: - Por serem faculdades públicas e eu não ter muita condições de pagar uma particular; - Por ser uma das melhores do Estado; - Pelo ensino.	UFG
Respondente 25	PUC, UFG	UFG e PUC: Pelo fato de ter e ser as melhores faculdades da área que eu quero.	
Respondente 26	Uni-Anhanguera	Uni-Anhanguera: Pois lá tem o curso que eu quero e a mensalidade cabe no meu bolso.	Uni-Anhanguera
Respondente 27	PUC, Estácio	UCG: Porque é uma das melhores faculdades de Goiânia. Estácio: Porque é mais em conta a mensalidade.	PUC
Respondente 28	PUC, UFG		UFG
Respondente 29	PUC, UFG, Cambury	UFG e PUC: Pois são as únicas em Goiânia que tem Engenharia Química; são conceituadas em todo o país; Cambury: porque é a única que tem o curso de gastronomia em Goiânia.	UFG
Respondente 30	PUC	PUC: Por ser uma universidade com bons requisitos.	PUC
Respondente 31	Universo	Porque tenho amigos e familiares que estudam lá, eles dizem que o ensino é de qualidade e comprometido com todos os objetivos a serem seguidos.	Universo

Respondente 32	UFG, UNIP	O ensino é bom em ambas.	UNIP
Respondente 33	UFG, Alfa	UFG: o melhor ensino em Goiânia e é gratuito, ou melhor, fornecida pelo Governo, já que é paga pelos impostos. Alfa: preços bons no curso que escolhi e localizada perto de casa.	UFG
Respondente 34	Universo	Universo: Porque cursarei Design de Moda e só encontrei em duas instituições, na UFG e na Universo. Na UFG só tem no período noturno e para mim é muito longe e perigoso. E na Universo tem no período matutino e também achei o curso de design de moda melhor do que o da UFG.	Universo
Respondente 35	UFG, UNIP	UFG: Porque é uma faculdade que ouço falar que é ótima; UNIP: Depois da UFG, é o lugar melhor para o curso que pretendo.	UFG
Respondente 36	UFG, Alfa	UFG: É minha preferência porque é muito boa e muito conhecida. Alfa: Porque é perto da minha casa e fica mais fácil para mim.	Alfa
Respondente 37	Faculdade Anhanguera de Anápolis	Faculdade Anhanguera de Anápolis: vou mudar para uma fazenda perto de Anápolis; somente lá tem meu curso (medicina veterinária); instituição de ensino reconhecida pelo Mec e é excelente.	Faculdade Anhanguera de Anápolis
Respondente 38	UFG, UNIP	UFG: Porque é pública; ensino é bom. UNIP: Ensino é bom.	
Respondente 39	FANAP		
Respondente 40	UFG, UNIP	Porque são instituições que são bem faladas na mídia.	UFG
Respondente 41	UFG, Alfa	Alfa: pelo custo ser baixo. UFG: pelo ensino.	UFG
Respondente 42	OBJETIVO, PUC, UFG, Universo, Alfa, Padrão, Anhanguera	UFG: qualidade, por ser gratuita e pela referência. PUC: qualidade, nome e programa para bolsas de estudo. Objetivo, Universo, Alfa, Padrão: praticidade, qualidade e bolsas de estudo.	Uni-Anhanguera
Respondente 43	PUC, UFG	Porque são ótimas faculdades e tem um bom ensino.	
Respondente 44	PUC	PUC: Porque meu primo me passou informação sobre ela; porque eu tenho uma oportunidade de pagar menos; tem o curso que tanto quero fazer.	PUC
Respondente 45	PUC, Estácio		PUC
Respondente 46	UFG	Porque é uma boa universidade, porque é pública e porque é nela que eu pretendo estudar	UFG
Respondente 47			

Respondente 48	PUC, UFG	UFG: qualidade no ensino; uma das melhores faculdades na disciplina que escolhi; conhecimento. PUC: qualidade no ensino; prestígio e corpo docente ser um dos melhores.	UFG
Respondente 49	UFG	UFG: Isenção no pagamento; maior reconhecimento quando formado; oportunidades de estágio.	UFG
Respondente 50	UFG, Anhembi Morumbi - São Paulo	UFG: É a que mais me interessa e possui um curso que me interessa; Anhembi: A única que possui o curso que realmente me interessa (Design de jogos).	Anhembi Morumbi
Respondente 51	PUC, UFG	UFG: Oportunidade de estagiar na instituição; fazer carreira profissional após o término de conclusão do curso; bolsa auxílio para estudantes de baixa renda.	UFG
Respondente 52	PUC	PUC: Por se uma das melhores faculdades; o melhor ensino; por ser próxima.	UFG
Respondente 53	OBJETIVO, UFG	UFG: porque é a vontade de qualquer estudante em busca de uma carreira profissional; Objetivo: Porque é uma das poucas faculdades que contém o meu curso.	UFG
Respondente 54	Uni-Anhanguera	Uni-Anhanguera: Fica próxima à minha residência. Está conceituada na área que quero fazer.	Uni-Anhanguera
Respondente 55	UFG		UFG
Respondente 56	OBJETIVO, UFG	Pelo fato dessas faculdades serem o melhor caminho para meu futuro.	UFG
Respondente 57	PUC, UFG	Para ter um futuro melhor; conseguir ter uma profissão.	UFG
Respondente 58	PUC	Escolha própria, não tenho motivos claros a dizer.	
Respondente 59	UFG, Alfa	- Bom ensino; - Boa estrutura; - Renda acessível.	UFG
Respondente 60	UFG, Alfa	- Bom ensino; - Boa estrutura; - Renda acessível.	UFG
Respondente 61	PUC, UFG	Por se tratar de uma faculdade pública e não ter custeio de mensalidade; Porque é uma faculdade conceituada no estado de Goiás.	
Respondente 62	PUC, UFG	UFG: Nome no mercado de trabalho; preferência devido à renda possuída; indicação de muitos. PUC: Nome no mercado de trabalho; qualidade de ensino; desejo próprio.	PUC
Respondente 63	UFG	UFG: é uma ótima universidade e, além disso, por eu não ter uma condição financeira que me possibilite parar de trabalhar para pagar uma faculdade.	UFG

Parte 3 - FONTES CONSULTADAS SOBRE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR		
Participantes da pesquisa	8. Onde você buscou informações para ajudá-lo(a) a decidir sobre sua opção por essa(s) instituição(ões)?	9. Dentre as fontes de informação que você utilizou, qual foi a principal para ajudá-lo(a) a decidir sobre as opções de onde cursar o ensino superior?
Respondente 1	Amigos	
Respondente 2	Família, Amigos, Professores da escola, Jornais	Família
Respondente 3	Família, Amigos	Família
Respondente 4	Família	
Respondente 5	Amigos	Amigos
Respondente 6	Família, Amigos, Professores da escola, Jornais, Revistas	Família
Respondente 7	Amigos, Revistas, Site da instituição de ensino	Amigos
Respondente 8	Família	Família
Respondente 9	Programa de TV	
Respondente 10	Família, Jornais, Revistas	Jornais
Respondente 11	Família, Professores da escola	Família
Respondente 12	Jornais, Site da instituição de ensino, Material impresso da(s) instituição(ões)	Jornais
Respondente 13	Família, Amigos, Professores da escola	Professores da escola
Respondente 14	Família, Amigos	Família
Respondente 15	Família, Amigos, Professores da escola, Internet	Amigos
Respondente 16	Família, Amigos, Site da instituição de ensino	Família
Respondente 17	Família	Família
Respondente 18		
Respondente 19	Site da instituição de ensino	Site da instituição de ensino
Respondente 20	Professores da escola, Palestra fora da escola, Material impresso da(s) instituição(ões)	Material impresso da(s) instituição(ões)
Respondente 21	Família, Amigos, Professores da escola, Palestra na escola, Palestra fora da escola, Jornais, Revistas, Site da instituição de ensino, Conversa com profissional da área.	Conversar com profissional da área.
Respondente 22	Família	
Respondente 23	Família	Família
Respondente 24	Família, Amigos, Professores da escola, Palestra na escola, Jornais, Site da instituição de ensino, Material impresso da(s) instituição(ões), Facebook da instituição	
Respondente 25	Família, Amigos	Família
Respondente 26	Amigos	
Respondente 27	Site da instituição de ensino	Internet
Respondente 28	Família, Amigos, Jornais, Site da instituição de ensino	Família
Respondente 29	Amigos, Professores da escola, Site da instituição de ensino	Site da instituição de ensino
Respondente 30	Amigos	Família

Respondente 31	Família, Amigos, Site da instituição de ensino, Material impresso da(s) instituição(ões)	Site da instituição de ensino
Respondente 32	Família	Família
Respondente 33	Professores da escola	Professores da escola
Respondente 34	Família	Família
Respondente 35	Família, Amigos, Professores da escola	Família
Respondente 36	Amigos	Amigos
Respondente 37	Família, Amigos, Site da instituição de ensino	Amigos
Respondente 38	Família, Amigos, Professores da escola	
Respondente 39	Família, Professores da escola, Jornais, Site da instituição de ensino	
Respondente 40	Família, Amigos, Professores da escola	Família
Respondente 41	Família	Internet
Respondente 42	Família, Amigos, Professores da escola, Palestra fora da escola, Jornais, Revistas, Site da instituição de ensino, Material impresso da(s) instituição(ões), Programa de TV	Família
Respondente 43	Amigos	Amigos
Respondente 44	Família	Família
Respondente 45	Família, Amigos, Site da instituição de ensino	Internet
Respondente 46	Família, Professores da escola	Família
Respondente 47		
Respondente 48	Família, Amigos, Professores da escola	Família
Respondente 49	Família, Amigos, Professores da escola	Professores da escola
Respondente 50	Palestra na escola, Site da instituição de ensino	Site da instituição de ensino
Respondente 51	Família, Amigos, Site da instituição de ensino	Família
Respondente 52	Professores da escola	internet
Respondente 53	Família	Família
Respondente 54	Amigos	
Respondente 55	Família, Amigos, Jornais, Revistas	
Respondente 56	Amigos	Programa de TV
Respondente 57	Família	Família
Respondente 58	Família, Amigos	Professores da escola
Respondente 59	Palestra na escola	Professores da escola
Respondente 60	Professores da escola	Professores da escola
Respondente 61	Palestra fora da escola	Palestra fora da escola
Respondente 62	Família, Amigos, Professores da escola, Revistas, Site da instituição de ensino	Revistas
Respondente 63	Família, Amigos, Professores da escola, Site da instituição de ensino	

Parte 4 - ACESSO À INTERNET EM BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR			
Participantes da pesquisa	10. Com que frequência você acessa a internet?	11. Você utilizou a internet em busca de informações para ajudá-lo a se decidir sobre a instituição onde cursar o ensino superior?	11a. Por que?
Respondente 1	Diariamente	Sim	Para saber mais informações do curso.
Respondente 2	Diariamente	Sim	Para ficar por dentro das novidades que ocorre na instituição onde eu vou cursar.
Respondente 3	Diariamente	Sim	Porque a internet tem grandes informações sobre as universidades.
Respondente 4	Diariamente	Sim	Porque eu queria me informar se que o curso era o que eu realmente queria.
Respondente 5	Diariamente	Não	
Respondente 6	Diariamente	Não	Porque eu já tenho definido que futuramente eu irei para a UFG.
Respondente 7	Diariamente	Sim	Optei por procurar excelentes instituições de ensino.
Respondente 8	Diariamente	Não	Porque pretendo cursar fora do país.
Respondente 9	Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)	Sim	Para decidir o que eu quero mesmo.
Respondente 10	Diariamente	Sim	Porque na internet tem várias informações que me ajudaram.
Respondente 11	Diariamente	Sim	Para ter a certeza de qual seria a melhor.
Respondente 12	Diariamente	Sim	Por ser mais rápido e fácil.
Respondente 13	Diariamente	Não	
Respondente 14	Diariamente	Sim	Na internet há vários jeitos de você saber, procurar o que deseja.
Respondente 15	Diariamente	Não	
Respondente 16	Diariamente	Não	
Respondente 17	Diariamente	Sim	Porque você fica em dúvida em qual instituição a aprendizagem é melhor.
Respondente 18	Diariamente	Não	Porque eu já conheço a instituição e sei como ela é.
Respondente 19	Diariamente	Sim	É o meio mais simples e prático.
Respondente 20	Diariamente	Sim	Pois lá onde eu tive acesso ao material.
Respondente 21	Diariamente	Sim	Para ter uma segurança de que a minha escolha era a melhor.
Respondente 22	Diariamente	Não	
Respondente 23	Diariamente	Sim	Pela ampla informação que contém nela, para poder tirar algumas dúvidas.
Respondente 24	Diariamente	Sim	Pois pude analisar o que tinha o melhor ensino.
Respondente 25	Diariamente		
Respondente 26	Diariamente		
Respondente 27	Diariamente	Sim	Porque acho que na internet passa mais informações.
Respondente 28	Diariamente	Sim	Para conhecer um pouco mais sobre cada instituição.
Respondente 29	Diariamente	Sim	Pois é necessário, me ajudou a achar onde tinha o curso que procuro.
Respondente 30	Diariamente	Não	Porque minha família e amigos já tinham me indicado.
Respondente 31	Diariamente	Sim	Porque no site mostra coisas mais detalhadas do que quero realmente saber.
Respondente 32	Diariamente	Sim	Porque tem informações mais bem explicadas.

Respondente 33	Diariamente	Sim	Para tirar dúvidas, como ponto de corte.
Respondente 34	Raramente (pelo menos 1 vez por mês)	Sim	Por ser um meio mais ágil de obter informações.
Respondente 35	Diariamente	Sim	Porque não são todas as faculdades que têm o curso disponível.
Respondente 36	Diariamente	Sim	Porque a internet hoje em dia é a fonte mais usada pelas pessoas para fazer pesquisa.
Respondente 37	Diariamente	Sim	Procuro onde tem faculdades onde tem o curso que eu quero.
Respondente 38	Diariamente	Não	
Respondente 39	Diariamente	Sim	Eu usei a internet e pesquisei sobre a faculdade Fanap e fui indicada.
Respondente 40	Diariamente	Sim	Para ficar por dentro das novidades que ocorre na instituição que irei cursar.
Respondente 41	Diariamente	Sim	Por conter mais informações.
Respondente 42	Diariamente (pelo menos 1 vez por semana)	Sim	Porque no site era possível encontrar e esclarecer dúvidas, novidades e outros.
Respondente 43	Diariamente	Não	
Respondente 44	Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)	Sim	Por ser mais de fácil de obter informações.
Respondente 45	Diariamente	Sim	Porque na internet tem mais informações.
Respondente 46	Diariamente	Não	
Respondente 47	Diariamente	Sim	Foi necessário para tirar muitas dúvidas.
Respondente 48	Raramente (pelo menos 1 vez por mês)	Sim	Porque às vezes te mostram uma base melhor sobre o ensino e a qualidade da faculdade.
Respondente 49	Diariamente		
Respondente 50	Diariamente	Sim	Porque é mais prático.
Respondente 51	Diariamente	Sim	Procurei me informar sobre a qualidade de ensino da instituição.
Respondente 52	Diariamente	Sim	Porque nela encontra-se as respostas das dúvidas e vantagens e desvantagens de curso no local.
Respondente 53	Diariamente	Sim	Para ver como funciona.
Respondente 54	Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)	Sim	Porque não tinha conhecimento do curso.
Respondente 55	Diariamente	Sim	Para ter uma visão melhor.
Respondente 56	Diariamente	Não	
Respondente 57	Diariamente	Não	
Respondente 58	Diariamente	Não	
Respondente 59	Diariamente	Sim	Para melhores esclarecimentos sobre a instituição.
Respondente 60	Diariamente	Sim	Para melhores esclarecimentos sobre a instituição.
Respondente 61	Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)	Sim	Porque na internet possui muitas informações sobre a instituição.
Respondente 62	Diariamente	Sim	Busquei informações nos sites destas e em revistas online que informam sobre elas.
Respondente 63	Diariamente	Sim	Não decidir em qual, mas saber como conseguiria [entrar] nela.

Parte 5 - ACESSO AO SITE DA UFG		
Participantes da pesquisa	12. Você acessou o site da UFG em busca de informações que pudessem ajudá-lo a se decidir sobre o acesso ao ensino superior na instituição?	13. Quais informações buscou?
Respondente 1	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 2	Não	
Respondente 3	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 4	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 5	Não	
Respondente 6	Não	
Respondente 7	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), processo seletivo
Respondente 8	Não	
Respondente 9	Não	
Respondente 10	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), sobre a UFG, de modo geral
Respondente 11	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 12	Sim	Tudo
Respondente 13	Não	
Respondente 14	Sim	sobre a UFG, de modo geral
Respondente 15	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 16	Não	
Respondente 17	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 18	Não	
Respondente 19	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), sobre cotas, sobre ponto de corte
Respondente 20	Sim	formas de ingresso
Respondente 21	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 22		
Respondente 23	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 24	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 25	Não	
Respondente 26		
Respondente 27	Sim	provas e gabaritos
Respondente 28	Não	
Respondente 29	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 30	Não	
Respondente 31	Não	
Respondente 32	Não	

Respondente 33	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), sobre ponto de corte
Respondente 34	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 35	Não	
Respondente 36	Não	
Respondente 37	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), inscrições, sobre ponto de corte
Respondente 38	Não	
Respondente 39	Não	
Respondente 40	Não	
Respondente 41	Sim	inscrições
Respondente 42	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), sobre a UFG, de modo geral, localização, programas acadêmicos e outros.
Respondente 43	Não	
Respondente 44	Não	
Respondente 45	Não	
Respondente 46	Não	
Respondente 47	Sim	inscrições, concorrência
Respondente 48	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), formas de ingresso, corpo docente
Respondente 49		
Respondente 50	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 51	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 52	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), formas de ingresso
Respondente 53	Não	
Respondente 54	Não	
Respondente 55	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 56	Sim	
Respondente 57		
Respondente 58	Não	
Respondente 59	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso), Dados sobre o vestibular
Respondente 60	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 61	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 62	Sim	sobre os cursos (opções, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)
Respondente 63	Sim	formas de ingresso

Parte 5 - ACESSO AO SITE DA UFG					
Participante da pesquisa	14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [a] clareza das informações]	14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [b] capacidade de sanar minhas dúvidas]	14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [c] facilidade para localizar as informações]	14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [d] indicação de disponibilidade de contato]	14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [e] retorno aos contatos encaminhados por e-mail]
Respondente 1	3	3	3	3	3
Respondente 2					
Respondente 3	4	5	5	5	5
Respondente 4	4	4	4	5	3
Respondente 5					
Respondente 6					
Respondente 7	3	4	3	5	5
Respondente 8					
Respondente 9					
Respondente 10	3	4	4	4	3
Respondente 11	4	4	5	5	4
Respondente 12	3	2	3	3	4
Respondente 13					
Respondente 14	4	4			
Respondente 15	4	5	5	4	4
Respondente 16					
Respondente 17	4	5	5	5	5
Respondente 18					
Respondente 19	3	3	4	3	1
Respondente 20	2	2	3	3	5
Respondente 21	4	4	4	3	3
Respondente 22					
Respondente 23	4	5	3	3	5
Respondente 24	5	5	4	4	5
Respondente 25					
Respondente 26					
Respondente 27	3	4	3	5	5

Respondente 28					
Respondente 29	3	4	1	4	3
Respondente 30					
Respondente 31					
Respondente 32					
Respondente 33	4	4	3	5	5
Respondente 34	2	2	3	2	2
Respondente 35					
Respondente 36					
Respondente 37	5	5	5	5	5
Respondente 38					
Respondente 39	5	5	4	2	4
Respondente 40					
Respondente 41	5	5	5	5	5
Respondente 42	5	5	5	3	3
Respondente 43					
Respondente 44					
Respondente 45					
Respondente 46					
Respondente 47	5	5	5	5	5
Respondente 48	4	5	5	3	4
Respondente 49					
Respondente 50	4	3	3	4	5
Respondente 51	5	5	4	5	4
Respondente 52	4	4	4	3	3
Respondente 53					
Respondente 54					
Respondente 55	5	4	3	2	2
Respondente 56					
Respondente 57					
Respondente 58					
Respondente 59	4	5	3	4	2
Respondente 60	4	4	3	4	2
Respondente 61	2	2	1	1	1
Respondente 62	5	4	5	5	5
Respondente 63	4	5	4	5	5

Parte 6 - CONTATO COM A UFG EM BUSCA DE INFORMAÇÕES				
Participantes da pesquisa	15. Você precisou entrar em contato com a UFG para solicitar informações ou esclarecimentos para ajudá-lo a se decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição?	16. Qual(quais) informação(ões) você solicitou?	17. Qual foi o meio de contato utilizado?	18. Você obteve a informação solicitada?
Respondente 1	Não			
Respondente 2	Sim	Quantas vagas por concorrente	e-mail (fale conosco) da unidade acadêmica que oferece o curso do meu interesse	Sim
Respondente 3	Não			
Respondente 4	Não			
Respondente 5	Não			
Respondente 6	Não			
Respondente 7	Sim	local de prova do vestibular	telefone	Sim
Respondente 8	Não			
Respondente 9	Não			
Respondente 10	Não			
Respondente 11	Não			
Respondente 12	Não			
Respondente 13	Não			
Respondente 14	Não			
Respondente 15	Não			
Respondente 16	Sim		e-mail (fale conosco) do site da UFG	Sim
Respondente 17	Sim	sobre as opções de cursos	telefone	Sim
Respondente 18	Não			
Respondente 19	Não			
Respondente 20	Não			
Respondente 21	Não			
Respondente 22	Não			
Respondente 23	Sim	sobre o curso de interesse (duração, disciplinas do curso, mercado de trabalho ou duração do curso)	e-mail (fale conosco) do site da UFG	Sim
Respondente 24	Sim	sobre cotas	e-mail (fale conosco) do site do Centro de Seleção	Sim
Respondente 25	Não			
Respondente 26	Não			
Respondente 27	Não			
Respondente 28	Não			
Respondente 29	Não			

Respondente 30	Sim	sobre as opções de cursos, - sobre o curso de interesse (duração, disciplinas do curso, mercado de trabalho ou duração do curso)	telefone	Sim
Respondente 31	Não			
Respondente 32	Não			
Respondente 33	Não			
Respondente 34	Não			
Respondente 35				
Respondente 36	Não			
Respondente 37	Não			
Respondente 38	Não			
Respondente 39	Não			
Respondente 40	Sim	concorrentes	e-mail (fale conosco) da unidade acadêmica que oferece o curso do meu interesse	Sim
Respondente 41	Não			
Respondente 42	Não			
Respondente 43				
Respondente 44	Não			
Respondente 45	Não			
Respondente 46	Não			
Respondente 47	Não			
Respondente 48	Sim	formas de ingresso	telefone	Sim
Respondente 49	Não			
Respondente 50	Não			
Respondente 51	Não			
Respondente 52				
Respondente 53	Não			
Respondente 54	Não			
Respondente 55	Sim		telefone	Sim
Respondente 56				
Respondente 57	Não			
Respondente 58	Não			
Respondente 59	Não			
Respondente 60	Não			
Respondente 61	Não			
Respondente 62	Não			
Respondente 63	Não			

Parte 6 - CONTATO COM A UFG EM BUSCA DE INFORMAÇÕES					
Participantes da pesquisa	19. Você considera que a resposta obtida foi:	20. Você gostaria de obter alguma informação sobre a UFG para ajudá-lo(a) a decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição, por meio do vestibular ou do Sisu?	20.a.Qual?	21. Você pretende entrar em contato com a instituição para obter a informação que precisa?	21.a. De que forma?
Respondente 1					
Respondente 2	parcialmente esclarecedora			Sim	internet
Respondente 3					
Respondente 4					
Respondente 5					
Respondente 6					
Respondente 7	parcialmente esclarecedora	Não		Sim	
Respondente 8					
Respondente 9					
Respondente 10					
Respondente 11					
Respondente 12					
Respondente 13					
Respondente 14					
Respondente 15					
Respondente 16	suficientemente esclarecedora	Não		Sim	pessoalmente
Respondente 17	parcialmente esclarecedora			Sim	pessoalmente
Respondente 18					
Respondente 19					
Respondente 20					
Respondente 21					
Respondente 22					
Respondente 23	suficientemente esclarecedora	Não		Sim	internet
Respondente 24	suficientemente esclarecedora	Não. Já esclareci todas	Não		
Respondente 25					
Respondente 26					
Respondente 27					
Respondente 28					
Respondente 29					
Respondente 30	suficientemente esclarecedora	Não		Não	
Respondente 31					
Respondente 32					
Respondente 33					

Respondente 34					
Respondente 35					
Respondente 36					
Respondente 37					
Respondente 38					
Respondente 39					
Respondente 40	parcialmente esclarecedora			Sim	internet
Respondente 41					
Respondente 42					
Respondente 43					
Respondente 44					
Respondente 45					
Respondente 46					
Respondente 47					
Respondente 48	parcialmente esclarecedora				
Respondente 49					
Respondente 50					
Respondente 51					
Respondente 52					
Respondente 53					
Respondente 54					
Respondente 55	parcialmente esclarecedora			Sim	pessoalmente
Respondente 56					
Respondente 57					
Respondente 58					
Respondente 59					
Respondente 60					
Respondente 61					
Respondente 62					
Respondente 63					

Parte 7 - CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG E IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO							
CONHECIMENTO SOBRE AS AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG							
Participante da pesquisa	22. Você sabe que a UFG oferece: [a] bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda]	22. Você sabe que a UFG oferece: [b] isenção na taxa de matrícula]	22. Você sabe que a UFG oferece: [c] moradia para os alunos que estudam em Goiânia]	22. Você sabe que a UFG oferece: [d] oportunidades de estágio na instituição]	22. Você sabe que a UFG oferece: [e] oportunidades de estágio em outras instituições]	22. Você sabe que a UFG oferece: [f] creche para crianças de até 4 anos, filhas de alunos]	22. Você sabe que a UFG oferece: [h] bolsas para os cursos de licenciatura]
Respondente 1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Respondente 2	Sim	Sim	Não	Sim	Sim		Sim
Respondente 3	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 4	Sim	Sim	Não	Sim	Sim		Sim
Respondente 5	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Respondente 6	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Respondente 7	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 8	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 9	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Respondente 10	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 11	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 12	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Respondente 13	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 14	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Respondente 15	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 16	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 17	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 18	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 19	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Respondente 20	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 21	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 22	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 23	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Respondente 24	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 25	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 26	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Respondente 27	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Respondente 28	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 29	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 30	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Respondente 31	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 32	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Respondente 33	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 34	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não
Respondente 35	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Respondente 36	Não	Não	Não	Sim		Não	Sim
Respondente 37	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 38	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 39	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Respondente 40	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 41	Sim	Sim	Sim		Sim	Não	Sim
Respondente 42	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 43	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Respondente 44	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	
Respondente 45	Sim	Sim	Sim		Sim	Não	Não
Respondente 46	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 47	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 48	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
Respondente 49	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Respondente 50	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim
Respondente 51	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Respondente 52	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 53	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 54	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
Respondente 55							
Respondente 56	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 57	Não						
Respondente 58							
Respondente 59	Sim	Sim		Sim	Sim	Não	Não
Respondente 60	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 61	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
Respondente 62	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Respondente 63	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim

Parte 7 - CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG E IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO	
INTERESSE SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG	
Participante da pesquisa	23. Dentre os serviços acima citados, cite os três principais com os quais você gostaria de contar para apoiar sua permanência durante o curso superior na UFG?
Respondente 1	
Respondente 2	b) isenção na taxa de matrícula, e) oportunidades de estágio em outras instituições, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 3	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 4	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia
Respondente 5	c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 6	b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 7	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 8	
Respondente 9	
Respondente 10	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 11	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 12	b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 13	d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 14	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 15	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 16	
Respondente 17	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 18	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 19	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula
Respondente 20	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 21	b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 22	
Respondente 23	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 24	d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 25	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 26	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 27	c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 28	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 29	b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 30	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda
Respondente 31	d) oportunidades de estágio na instituição

Respondente 32	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, e) oportunidades de estágio em outras instituições, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 33	b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 34	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 35	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 36	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 37	b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 38	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda
Respondente 39	
Respondente 40	b) isenção na taxa de matrícula, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 41	
Respondente 42	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 43	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 44	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 45	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 46	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 47	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia
Respondente 48	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula
Respondente 49	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 50	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 51	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 52	c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição, h) bolsas para os cursos de licenciatura
Respondente 53	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda
Respondente 54	f) creche para crianças de até 4 anos, filhas de alunos
Respondente 55	
Respondente 56	
Respondente 57	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 58	
Respondente 59	b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 60	b) isenção na taxa de matrícula, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, d) oportunidades de estágio na instituição
Respondente 61	b) isenção na taxa de matrícula, d) oportunidades de estágio na instituição, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 62	a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda, c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia, e) oportunidades de estágio em outras instituições
Respondente 63	

Parte 7 - CONHECIMENTO E INTERESSE SOBRE AÇÕES E POLÍTICAS DA UFG E IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO		
IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO		
Participantes da pesquisa	24. Você considera que ter conhecimento sobre esses serviços contribui para sua decisão de estudar na UFG ou não faz diferença informação sobre isso?	24.a. Por que?
Respondente 1		
Respondente 2		
Respondente 3	Sim	Porque ela me ajuda e dá auxílio em tudo que preciso.
Respondente 4	Sim	Porque assim posso saber os recursos que posso ter de direito meu.
Respondente 5	Sim	Pois eu vou ter mais conhecimento sobre ela.
Respondente 6	Não	Não faz diferença, pois o que eu quero é entrar na Federal porque ela é pública.
Respondente 7	Sim	Pois oferece a garantia de uma vida escolar mais acolhedora.
Respondente 8		
Respondente 9		
Respondente 10	Sim	O meu conhecimento cresceu e tive a oportunidade de saber mais sobre a empresa.
Respondente 11	Sim	Pois é uma universidade que apoia você.
Respondente 12	Sim	Contribui em casos, por exemplo, de quem tem filho.
Respondente 13	Sim	
Respondente 14	Sim	Faz diferença saber sobre a universidade que deseja cursar.
Respondente 15	Sim	Pois aumenta o interesse de saber mais sobre ela.
Respondente 16		
Respondente 17	Não	Provavelmente não fará diferença para mim.
Respondente 18	Não	Porque não conheço.
Respondente 19	Sim	Muitos candidatos podem optar por pagar uma instituição inferior.
Respondente 20	Sim	Porque facilitará meu estudos, além de propor um estágio.
Respondente 21	Sim	Todos querem um lugar bom para estudar e sabendo o que a UFG oferece é bem mais fácil escolher.
Respondente 22		
Respondente 23	Sim	Faz uma grande diferença, pois agora eu sei que tenho vantagens em estudar na UFG.
Respondente 24	Sim	Porque se não tiver conhecimento, não teria um direito bom de escolha.
Respondente 25	Sim	Assim posso conhecer mais oportunidades que os alunos de lá podem ter.
Respondente 26	Sim	Faz diferença pois o aluno vai ter mais condições de cursar a faculdade.
Respondente 27	Sim	Porque dá mais motivação.
Respondente 28	Sim	Pois dá mais facilidade de acesso ao ensino superior.
Respondente 29	Sim	Pois é importante termos conhecimento sobre a instituição para escolhermos bem.
Respondente 30	Sim	Facilita a entrada.
Respondente 31	Sim	Porque acho que devemos saber se o ensino é de qualidade.
Respondente 32	Não	

Respondente 33		
Respondente 34	Sim	
Respondente 35	Sim	Porque sempre é bom ter um conhecimento maior.
Respondente 36	Sim	Porque vai nos ajudar cada vez mais.
Respondente 37	Sim	Pois a UFG é uma universidade excelente, que procura sempre o melhor para seus alunos.
Respondente 38	Sim	
Respondente 39		
Respondente 40		
Respondente 41	Não	Não faz diferença.
Respondente 42	Não	Porque certas informações não eram do meu conhecimento e nunca havia ouvido falar.
Respondente 43	Sim	Porque eu não sabia muito que a UFG tem benefícios para o aluno.
Respondente 44	Sim	
Respondente 45		
Respondente 46	Sim	Pois com essas ajudas o ensino para nós fica até mais fácil.
Respondente 47	Sim	Porque ajuda muito as informações.
Respondente 48	Sim	Mostra que tem a vontade de formar pessoas.
Respondente 49	Sim	Pois o aluno toma conhecimento que poderá ter mais auxílios durante seu curso caso precise.
Respondente 50	Sim	Facilitam meus estudos.
Respondente 51	Sim	Porque ficaria mais segura em saber que tenho certas oportunidades.
Respondente 52	Sim	Para melhor tomar uma decisão.
Respondente 53	Sim	Porque facilitaria a entrada.
Respondente 54	Sim	Porque não passa informações e conhecimento que não sabíamos.
Respondente 55		
Respondente 56		
Respondente 57	Sim	
Respondente 58		
Respondente 59	Sim	Porque me oferece grandes ajudas sobre como é universidade.
Respondente 60	Sim	Porque me oferece grandes ajudas.
Respondente 61	Não	
Respondente 62	Sim	Me ajuda a ter um suporte a mais caso a escolha.
Respondente 63	Sim	Por saber que posso precisar dela.

Parte 8 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA		
Participante da pesquisa	25. Você trabalha atualmente?	26. Você precisará trabalhar durante o curso superior?
Respondente 1	Não	Não
Respondente 2	Sim	Sim
Respondente 3	Sim	Sim
Respondente 4	Sim	Sim
Respondente 5	Sim	Sim
Respondente 6	Não	Não
Respondente 7	Não	Sim
Respondente 8	Sim	Sim
Respondente 9	Sim	Sim
Respondente 10	Sim	Sim
Respondente 11	Sim	Sim
Respondente 12	Não	Sim
Respondente 13	Não	Não
Respondente 14	Não	Sim
Respondente 15	Não	Sim
Respondente 16	Sim	Sim
Respondente 17	Sim	Não
Respondente 18	Não	Sim
Respondente 19	Não	Não
Respondente 20	Não	Sim
Respondente 21	Sim	Não
Respondente 22	Não	Não
Respondente 23	Não	Não
Respondente 24	Não	Sim
Respondente 25	Não	Sim
Respondente 26	Sim	Sim
Respondente 27	Sim	Sim
Respondente 28	Sim	Sim
Respondente 29	Sim	Sim
Respondente 30	Não	Não
Respondente 31	Sim	Não
Respondente 32	Não	Não

Respondente 33	Não	Sim
Respondente 34	Não	Sim
Respondente 35	Não	Sim
Respondente 36	Não	Sim
Respondente 37	Não	Não
Respondente 38	Não	Sim
Respondente 39	Sim	Sim
Respondente 40	Não	Sim
Respondente 41	Sim	Sim
Respondente 42	Não	Sim
Respondente 43	Não	Sim
Respondente 44	Sim	Sim
Respondente 45	Sim	Sim
Respondente 46	Não	Sim
Respondente 47	Não	Sim
Respondente 48	Não	Sim
Respondente 49	Não	Sim
Respondente 50	Não	Não
Respondente 51	Sim	Sim
Respondente 52	Não	Sim
Respondente 53	Não	Não
Respondente 54	Sim	Sim
Respondente 55		
Respondente 56	Não	Sim
Respondente 57	Não	Sim
Respondente 58	Sim	Sim
Respondente 59	Não	Sim
Respondente 60	Não	Sim
Respondente 61	Não	Sim
Respondente 62	Não	
Respondente 63	Sim	Não

ANEXO 4 – TABELA DE DADOS TABULADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO
INFORMAÇÕES SOBRE ENSINO SUPERIOR, AÇÕES AFIRMATIVAS E
ACESSO À UFG, REALIZADA COM ALUNOS DO COLÉGIO ESTADUAL A

Parte I – Interesse em cursar o ensino superior e concorrer à vaga para início em 2014.

1. Você pretende cursar o ensino superior?		
Sim	62	98%
Não	1	2%
Não respondeu	0	0%
Participantes da pesquisa	63	100%

2. Você pretende prestar vestibular esse ano?		
Sim	48	76%
Não	14	22%
Não respondeu	1	2%
Participantes da pesquisa	63	100%

3. Você participará do ENEM esse ano?		
Sim	52	83%
Não	11	17%
Não respondeu	0	0%
Participantes da pesquisa	63	100%

4. Qual seu objetivo principal ao participar do ENEM?		
Concorrer à vaga no ensino superior na instituição de minha preferência;	27	43%
Concorrer à vaga no ensino superior, mesmo que não seja na instituição de minha preferência;	11	17%
Concorrer à bolsa no PROUNI para a instituição de minha preferência;	8	13%
Concorrer à bolsa do PROUNI, mesmo que não seja para a instituição de minha preferência;	5	8%
Obter o certificado de conclusão do ensino médio;	2	3%
Outra resposta;	2	3%
Não responderam	8	13%
Participantes da pesquisa	63	100%

Parte II – Instituições de preferência e motivos

5. Em qual(ou quais) instituição(ões) você pretende concorrer à vaga para cursar o ensino superior?		
UFG	43	68%
PUC	22	35%
Uni-Anhanguera		0%
Universo	7	11%
Faculdade Anhanguera de Anápolis		0%
Anhembi Morumbi		0%
UNIP	9	14%
Alfa		0%
Não respondeu		0%
Número total de participantes	-	-

* Os participantes puderam indicar mais de uma instituição.

7. Dentre as instituições citadas, qual é a de sua preferência?		
UFG	36	57%
PUC	6	10%
Uni-Anhanguera	3	5%
Universo	3	5%
Faculdade Anhanguera de Anápolis	1	2%
Anhembi Morumbi	1	2%
UNIP	1	2%
Alfa	1	2%
Não respondeu	11	17%
Número total de participantes	63	100%

* Dados transcritos do relatório gerado no Google Docs.

Tipo de instituição(ões) em que os participantes da pesquisa pretendem concorrer à vaga para cursar o ensino superior:		
Pública	10	16%
Privada	16	25%
Pública e privada	32	51%
Não respondeu	5	8%
Número total de participantes	63	100%

Parte III – Fontes consultadas sobre acesso ao ensino superior.

8. Onde você buscou informações para ajudá-lo(a) a decidir sobre sua opção por essa(s) instituição(ões)?		
Família	11	17%
Amigos	8	13%
Professores da escola	3	5%
Internet	0	0%
Site da instituição de ensino	2	3%
Jornais	0	0%
Material impresso da(s) instituição(ões)	0	0%
Outros - Conversa com profissional	1	2%
Palestra fora da escola	1	2%
Programa de TV	1	2%
Revistas	0	0%
Facebook da instituição de ensino	0	0%
Palestra na escola	1	2%
Não responderam	2	3%
Participantes da pesquisa		

* Os participantes puderam indicar mais de uma resposta.

9. Dentre as fontes de informação que você utilizou, qual foi a principal para ajudá-lo(a) a decidir sobre as opções de onde cursar o ensino superior?		
Família	23	37%
Amigos	6	10%
Professores da escola	6	10%
Internet	4	6%
Site da instituição de ensino	4	6%
Jornais	2	3%
Material impresso da(s) instituição(ões)	1	2%
Outros - Conversa com profissional	1	2%
Palestra fora da escola	1	2%
Programa de TV	1	2%
Revistas	1	2%
Facebook da instituição de ensino	0	0%
Palestra na escola	0	0%
Não responderam	13	21%
Participantes da pesquisa	63	100%

Parte IV – Acesso à internet em busca de informações sobre o ensino superior

10. Com que frequência você acessa a internet?		
Diariamente	56	89%
Quase sempre (pelo menos 1 vez por semana)	5	8%
Raramente (pelo menos 1 vez por mês)	2	3%
Quase nunca (menos de 1 vez por mês)	0	0%
Não acesso internet	0	0%
Não responderam	0	0%
Participantes da pesquisa	63	100%

11. Você utilizou a internet em busca de informações para ajudá-lo a se decidir sobre a instituição onde cursar o ensino superior?		
Sim	45	71%
Não	16	25%
Não responderam	2	3%
Participantes da pesquisa	63	100%

Parte V– Acesso ao site da UFG.

12. Você acessou o site da UFG em busca de informações que pudessem ajudá-lo a se decidir sobre o acesso ao ensino superior na instituição?		
Sim	34	54%
Não	25	40%
Não respondeu	4	6%
Participantes da pesquisa	63	100%

13. Que informações você buscou?		
Sobre os cursos (opções, duração, disciplinas do curso, mercado de trabalho e/ou duração do curso)	26	41%
Sobre processo seletivo (inscrição, concorrência, local de p	6	10%
Outras informações	7	11%
Não respondeu	30	48%
Participantes da pesquisa	-	-

* Esta questão foi respondida por 34 participantes, os quais acessaram o site da UFG. Alguns deles buscaram informações variadas, classificadas em mais de uma das categorias

14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [a] clareza das informações]		
1 (menos satisfatório)	0	0%
2	3	9%
3	7	21%
4	15	44%
5 (mais satisfatório)	9	26%
Não respondeu	0	0%
Participantes que acessaram o site da UFG	34	100%

14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [b] capacidade de sanar minhas dúvidas]		
1 (menos satisfatório)	0	0%
2	4	12%
3	3	9%
4	13	38%
5 (mais satisfatório)	14	41%
Não respondeu	0	0%
Participantes que acessaram o site da UFG	34	100%

14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [c] facilidade para localizar as informações]

1 (menos satisfatório)	2	6%
2	0	0%
3	12	35%
4	9	26%
5 (mais satisfatório)	10	29%
Não respondeu	1	3%
Participantes que acessaram o site da UFG	34	100%

14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [d] indicação de disponibilidade de contato]

1 (menos satisfatório)	1	3%
2	3	9%
3	9	26%
4	7	21%
5 (mais satisfatório)	13	38%
Não respondeu	1	3%
Participantes que acessaram o site da UFG	34	100%

14. Em uma escala de 0 a 5, considerando 5 o nível mais satisfatório e 0 menos satisfatório, como você avalia o site da UFG em relação aos seguintes itens: [e] retorno aos contatos encaminhados por e-mail]

1 (menos satisfatório)	2	6%
2	4	12%
3	7	21%
4	6	18%
5 (mais satisfatório)	14	41%
Não respondeu	1	3%
Participantes que acessaram o site da UFG	34	100%

Parte VI – Contato com a UFG em busca de informações

15. Você precisou entrar em contato com a UFG para solicitar informações ou esclarecimentos para ajudá-lo a se decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição?

Sim	10	16%
Não	49	78%
Não respondeu	4	6%
Participantes da pesquisa	63	100%

17. Qual foi o meio de contato utilizado?		
telefone	5	8%
e-mail (fale conosco) do site da UFG	2	3%
e-mail (fale conosco) do site do Centro de Seleção	1	2%
e-mail (fale conosco) da unidade acadêmica eu ofereço o curso	2	3%
e-mail (fale conosco) do site da Ouvidoria da UFG	0	0%
facebook UFG	0	0%
twitter UFG	0	0%
pessoalmente	0	0%
outro	0	0%
Não respondeu	53	84%
Participantes da pesquisa	63	100%

18. Você obteve a informação solicitada?		
Sim	10	16%
Não	0	0%
Não respondeu	53	84%
Participantes da pesquisa	63	100%

19. Você considera que a resposta obtida foi:		
suficientemente esclarecedora	4	6%
parcialmente esclarecedora	6	10%
insuficiente	0	0%
Não respondeu	53	84%
Participantes da pesquisa	63	100%

20. Você gostaria de obter alguma informação sobre a UFG para ajudá-lo(a) a decidir sobre concorrer a uma vaga na instituição, por meio do vestibular ou do Sisu?		
Sim	0	0%
Não	5	8%
Não respondeu	58	92%
Participantes da pesquisa	63	100%

21. Você pretende entrar em contato com a instituição para obter a informação que precisa?		
Sim	7	11%
Não	1	2%
Não respondeu	55	87%
Participantes da pesquisa	63	100%

Parte VII – Conhecimento e interesse sobre ações e políticas da UFG e importância da informação

22. Você sabe que a UFG oferece:	Sim	Não	Não respondeu	Total de participantes
a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda	47 75%	14 22%	2 3%	63 100%
b) isenção na taxa de matrícula	43 68%	18 29%	2 3%	63 100%
c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia	16 25%	44 70%	3 5%	63 100%
d) oportunidades de estágio na instituição	46 73%	13 21%	4 6%	63 100%
e) oportunidades de estágio em outras instituições	35 56%	25 40%	3 5%	63 100%
f) creche para crianças de até 4 anos, filhas de alunos	7 11%	52 83%	4 6%	63 100%
h) bolsas para os cursos de licenciatura	38 60%	22 35%	3 5%	63 100%

23. Dentre os serviços acima citados, cite os três principais com os quais você gostaria de contar para apoiar sua permanência durante o curso superior na UFG?

a) bolsas de auxílio para estudantes de baixa renda	35	56%
b) isenção na taxa de matrícula	28	44%
c) moradia para os alunos que estudam em Goiânia	13	21%
d) oportunidade de estágio na instituição	34	54%
e) oportunidade de estágio em outras instituições	0	0%
f) creche para crianças até 4 anos, filhas de alunos	0	0%
h) bolsas para os cursos de licenciatura	15	24%

24. Você considera que ter conhecimento sobre esses serviços contribui para sua decisão de estudar na UFG ou não faz diferença ter informação sobre isso?

Sim	43	68%
Não	7	11%
Não respondeu	13	21%
Participantes da pesquisa	63	100%

Parte VIII – Situação socioeconômica.

25. Você trabalha atualmente?

Sim	24	38%
Não	38	60%
Não respondeu	1	2%
Participantes da pesquisa	63	100%

26. Você precisará trabalhar durante o curso superior?		
Sim	46	73%
Não	15	24%
Não respondeu	2	3%
Participantes da pesquisa	63	100%